

TECNOLOGIA  
SOCIAL,  
AUTOGESTÃO  
E ECONOMIA  
SOLIDÁRIA

ANA PAULA DE MOURA VARANDA  
PEDRO CLAUDIO CUNCA BOCAYUVA



**IPPUR**  
Instituto de Pesquisa  
e Planejamento Urbano e Regional



**LASTRO**  
LABORATÓRIO DA CONJUNTURA SOCIAL,  
TECNOLOGIA E TERRITÓRIO

O livro *Tecnologia social, autogestão e economia solidária* resgata a centralidade do trabalho concreto num período em que o acesso à técnica mais moderna, a atração de grandes investidores, a produção para o mercado externo e o estímulo ao consumo concentram a atenção dos gestores da economia brasileira.

Comprometidos com projetos inclusivos de desenvolvimento, os autores desvendam outro “mundo do trabalho”, baseado no compartilhamento de recursos, em iniciativas locais e na ação espontânea. Neste outro “mundo”, que sempre esteve submetido a crises, a tecnologia possui uma dupla face: na primeira, encontra-se a produção de bens e serviços e, na segunda, a arte da sobrevivência. Nesta última face, os que se “viram” são mestres imbatíveis. Deles deve ser, portanto, o protagonismo da economia solidária.

Com esta perspectiva, o livro examina o campo da tecnologia social, que procura articular as duas faces do outro “mundo do trabalho” através da difusão de conhecimentos técnicos, aportes



**TECNOLOGIA  
SOCIAL,  
AUTOGESTÃO  
E ECONOMIA  
SOLIDÁRIA**

**ANA PAULA DE MOURA VARANDA  
PEDRO CLAUDIO CUNCA BOCAIUVA**

1ª edição  
Rio de Janeiro, Brasil, 2009



# Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária

© 2009, FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional)

Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo

CEP 22270-070 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 2536-7350

Fax: (21) 2536-7379

[www.fase.org.br](http://www.fase.org.br)

## Projeto de Acompanhamento da Rede de Tecnologia Social

Convênio FASE/FINEP

### Equipe Executora

#### Coordenador Geral

Pedro Claudio Cunha Bocayuva

#### Coordenadora Técnica

Ana Paula de Moura Varanda

#### Pesquisadores

Letícia Rebello Pimentel

Carlos Alberto Amaral

José Guilherme Gonzaga

#### Sistematização dos Seminários

Carlos Alberto Amaral

### Projeto gráfico

Mais Programação Visual

[www.maisprogramacao.com.br](http://www.maisprogramacao.com.br)

---

Varanda, Ana Paula de Moura e Bocayuva, Pedro Cláudio Cunha.

**Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária.** Rio de Janeiro : FASE | Ippur | Lastro | UFRJ, 2009. 152 p.

ISBN 978-85-86471-42-1

1. Autogestão 2. Tecnologia Social 3. Economia Solidária  
4. Trabalho Associado I. Ana Paula de Moura Varanda II.  
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva III. Projeto de  
Acompanhamento da Rede de Tecnologia Social, convênio  
FASE/FINEP IV. Brasil

---

# Índice

<b>Apresentação</b> .....	<b>5</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>11</b>
<b>1. Teoria crítica da ciência e da tecnologia</b> .....	<b>13</b>
1.1. O trabalho associado .....	10
1.2. As relações com as instituições de ensino e pesquisa .....	20
1.3. A tecnologia social .....	24
<b>2. Incubadoras de Empreendimentos Solidários e tecnologia social</b> .....	<b>27</b>
<b>3. Metodologia e atividades desenvolvidas</b> .....	<b>31</b>
3.1. Visitas aos projetos apoiados .....	32
3.2. Realização de seminários .....	34
<b>4. Eixos de análise dos projetos</b> .....	<b>35</b>
4.1. Políticas públicas estaduais e municipais de economia solidária .....	36
4.2. Estratégias de desenvolvimento local/territorial .....	38
4.3. Estruturação de redes e segmentos produtivos .....	42
4.4. Formação e sustentabilidade de Incubadoras Universitárias .....	50
<b>5. Resultados alcançados junto aos grupos incubados</b> .....	<b>52</b>
5.1. Caracterização dos empreendimentos .....	52
5.2. Perfil dos participantes dos empreendimentos .....	57
5.3. Aspectos financeiros .....	61
5.4. Metodologias de incubação, redes e circuitos produtivos .....	64
<b>6. Território, trabalho associado e autogestão</b> .....	<b>68</b>
6.1. Apropriação do espaço e trabalho associado .....	68
6.2. Tecnologia social, economia solitária e modo de produção .....	78
6.3. Autogestão, democracia e transição produtiva .....	81
<b>Considerações finais</b> .....	<b>89</b>
<b>Bibliografia</b> .....	<b>92</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>94</b>
<b>Relatórios dos Seminários Temático-Regionais</b> .....	<b>94</b>
• Tecnologia social, incubação de empreendimentos solidários e políticas públicas .....	96
• Tecnologia social e economia solidária: estratégias de formação e desenvolvimento local .....	113
• Tecnologia social e Incubadoras de Empreendimentos Solidários .....	135



# Apresentação

Rodrigo Fonseca\*  
Larissa Barros\*\*

Este livro que apresentamos é reflexo de um momento a ser celebrado. Este é um ponto do tempo, cada vez mais raro, onde paramos para olhar para trás, para refletir o que foi construído há algum tempo. Ocasões com essa devem ser celebradas, pois oportunidades de reflexão organizadas sobre o passado são uma base sólida para o aprendizado e preparação para o futuro.

Entre os anos de 2004 e 2005, o então emergente conceito de Tecnologia Social reuniu uma série de instituições governamentais, não-governamentais, professores e estudantes universitários e empresas estatais. Olhando para trás, podemos ver que, inspirados pelo conceito, estes agentes apontavam para a construção de uma estratégia de desenvolvimento que teria como centralidade a inclusão social. Esta reunião resultou na proposição e construção da Rede de Tecnologia Social – RTS. A história da Rede já foi contada em outros documentos. O que nos interessa aqui é a parte da história que coincide com o objeto de reflexão deste livro.

Como estratégia para não cair no mesmo erro das ações de curto prazo, a RTS, desde a sua criação, propôs planos de ação bienais. Para o biênio 2005/2006 a Rede priorizou o apoio a Tecnologias Sociais de geração de trabalho e renda. Além disso, a RTS definiu como territórios prioritários para atuação das instituições mantenedoras e de investidores o Semi-árido, a Amazônia Legal e os bolsões de pobreza das grandes cidades.

A definição destas prioridades temáticas e territoriais teve como objetivo articular e organizar o investimento das instituições mantenedoras.

---

\* Sociólogo, doutorando do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp. Analista de Projetos da Área de Tecnologias para o Desenvolvimento Social da FINEP.

\*\* Socióloga, Secretária executiva da Rede de Tecnologia Social.

Desta maneira será possível integrar os esforços e potencializar os resultados do investimento realizado por cada um dos parceiros.

A **Chamada Pública MCT/FINEP/MDS/Caixa “Incubação de Empreendimentos Solidários” – 01/2005** surgiu no contexto das ações prioritizadas pela Rede de Tecnologia Social – RTS para o biênio 2005/2006. A Chamada foi discutida e construída durante o processo de constituição da própria Rede. O que fica claro ao observar que a RTS foi lançada no dia 14 de abril e essa Chamada no dia 20 de abril de 2005. A participação do conjunto diverso de parceiros que discutia a RTS foi fundamental para que a Chamada ganhasse uma série de características que a diferenciam da maioria das Chamadas Públicas lançadas pela FINEP e por seus parceiros.

A Chamada Pública tinha por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de reaplicação de tecnologia social de incubação de empreendimentos solidários, visando prioritariamente à geração de trabalho e renda, nos seguintes territórios: grandes cidades (acima de 1 milhão de habitantes, segundo o Censo 2000), municípios localizados em regiões metropolitanas, Amazônia Legal e áreas dos Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento – Consads. A seleção dos territórios buscava manter a lógica de atuação proposta pela RTS.

Também eram objetivos específicos da Chamada:

- “a) Articulação da ação da Rede de Tecnologia Social com políticas públicas, em especial com o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – Proninc;
- b) estimular a geração de trabalho e renda através da reaplicação da Tecnologia Social de incubação de empreendimentos solidários;
- c) implementar incubadoras de empreendimentos solidários através de ações de transferência e apropriação de tecnologia e métodos de gestão relacionados com as dinâmicas de produção de conhecimento e geração de tecnologias sociais;
- d) implementar metodologias comunitárias participativas, estimulando a cooperação entre Universidades, outras Instituições de Ensino e Pesquisa, Centros de Pesquisa, Associações Técnico-Científicas, Órgãos ou Empresas Públicas ou Privadas, Cooperativas e outras Organizações;

- e) promover a disponibilização e apropriação de tecnologias sociais com a valorização dos conhecimentos, insumos e produtos locais;
- f) incentivar o protagonismo local dos envolvidos nos projetos de disponibilização e apropriação tecnológica visando ao desenvolvimento sustentável com autonomia das comunidades;
- g) estimular a dinâmica inovadora nas suas dimensões técnica, sócio-organizacional e metodológica, voltada à incubação de empreendimentos solidários.”

Na Chamada Pública foram apoiadas dois tipos de ações:

- a) Incubação de Incubadoras de Empreendimentos Solidários: transferência, por uma organização capacitada, da tecnologia de incubação para outras organizações;
- b) Incubação de Empreendimentos Solidários: aplicação da tecnologia de incubação resultando na implantação de empreendimentos solidários.

A construção coletiva, no âmbito da Rede, agregou uma série de prioridades à Chamada que não ocorreria se fosse elaborada somente pelas burocracias internas. As características listadas a seguir foram sugeridas pelos parceiros de financiamento do edital e pelos que discutiam a construção da RTS.

“Todas as propostas apresentadas deveriam prever que 50% dos empreendimentos solidários a serem incubados obedecessem a uma das características abaixo descritas:

- a) grupo formado por, no mínimo, 80% de mulheres;
- b) grupo formado por, no mínimo, 80% de beneficiários do Programa Bolsa Família;
- c) grupo de Catadores e outras atividades ligadas ao reaproveitamento e reciclagem de resíduos;
- d) grupo que desenvolva atividades econômicas relacionadas à produção de alimentos;
- e) pessoas Portadoras de Deficiências.”

A combinação de instituições e recursos para implementação da Chamada Pública também foi bastante inovadora. Foram aplicados R\$ 2.000.000,00

do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, R\$ 500.000,00 da FINEP, e R\$ 900.000,00 da Caixa Econômica Federal – Caixa, totalizando R\$ 3.400.000,00. A condução do lançamento da Chamada, organização da avaliação das propostas e contratação dos projetos coube à FINEP. Mas a participação dos demais financiadores e integrantes da RTS foi intensa, tanto na divulgação da Chamada, como na avaliação e acompanhamento dos projetos.

A combinação de instituições e a diretriz de manter a participação durante todo o processo proporcionaram complexas e, algumas vezes, desgastantes negociações interinstitucionais que ensinaram a muitos as imensas possibilidades e dificuldades de se realizar parcerias dentro do Estado brasileiro.

É preciso ressaltar que uma ação de fomento, ao ser lançada, gera um sem número de consequências, das quais a maioria fica desconhecida daqueles que a conceberam no início. Por exemplo, ao permitir a submissão de propostas por ONGs e universidades, a Chamada reconheceu a atividade de incubação que já vinha sendo realizada por um grande conjunto de entidades do terceiro setor. Porém, mais importante que isso, reconheceu e abriu possibilidade de apoio público federal à construção de conhecimento realizado e sistematizado por essas entidades.

Outra consequência, proporcionada pelo edital, foi a articulação, sob diversas combinações, de parceiras entre universidades, prefeituras e ONGs orientadas por um objetivo de geração de trabalho e renda e de produção e sistematização de conhecimento.

Foram submetidos 70 projetos, totalizando uma demanda de mais de R\$ 21 milhões. Destes, 21 foram aprovados. Outra interessante inovação introduzida nesta Chamada e retomada em outras ocasiões foi a constituição da banca de avaliação. Em geral, as bancas de avaliação de editais da FINEP são compostas por professores universitários especialistas no tema. Nessa Chamada, buscando manter a coerência com o alto nível de participação de outros agentes, constituiu-se uma banca composta por especialistas saídos de ONGs, de áreas de governo, de estatais e de professores universitários.

Esta composição diferenciada da banca é interessante porque coloca critérios de avaliação mais amplos do que apenas a qualidade técnica

ou científica das propostas. Passam a ser critérios de análise e de priorização, entre outros, desigualdades regionais e/ou institucionais, nível de vulnerabilidade do público-alvo, construção de parcerias e prioridades governamentais.

Muitos dos resultados dos projetos aprovados segundo estes critérios poderão ser vistos ao longo do livro. Celebramos aqui a possibilidade de parar e olhar para trás. Convidamos todos a ler este livro não apenas em busca de informação, mas como forma de reflexão e aprendizado. Aqui importam menos erros e acertos do que a rica oportunidade de usar o corpo de conhecimento desenvolvido e o coletivo de atores mobilizados para a construção do futuro desejado.

Graças à organização de um extenso conjunto de informações, podemos refletir, comparando o futuro que vislumbrávamos ao pensar as ações de fomento e a maneira como estas se materializaram na realidade. Isso é um fato extremamente positivo, pois muito além dos cerca de 70 projetos submetidos, o edital promoveu – formalmente – o encontro entre duas áreas muito caras aos que almejam um futuro diferente para nossa sociedade: Tecnologia Social e Economia Solidária.

Esperamos que os leitores possam encontrar neste livro, e em outras publicações resultantes deste esforço, uma base sólida para a reflexão sobre a conexão entre as duas áreas. Embora ainda não suficientemente explorada, a relação entre Tecnologia Social e Economia Solidária é estreita e fundante de uma estratégia de desenvolvimento socialmente inclusiva, economicamente responsável e ambientalmente sustentável.



# Introdução

A seguir, apresentamos as atividades e os resultados do *Projeto de Acompanhamento da Rede de Tecnologia Social*, desenvolvido pela FASE Nacional no período de dezembro de 2006 a abril de 2009, através de um Convênio com a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). O Convênio teve por objetivo a realização de ações de acompanhamento e avaliação a um conjunto de projetos que envolvem a reaplicação da metodologia de incubação de empreendimentos solidários, apoiados através de um edital articulado no âmbito da Rede de Tecnologia Social.

A Rede de Tecnologia Social abrange cerca de 600 instituições, distribuídas em vários estados do país, e que atuam segundo o marco teórico-conceitual da Tecnologia Social – compreendido como o desenvolvimento de produtos, técnicas e metodologias reaplicáveis a partir de diferentes formas de interação com as comunidades e que representem soluções para a diminuição das desigualdades sociais.

A construção da Rede de Tecnologia Social (RTS) no Brasil pretende ser um marco para a reformulação e complexificação da política nacional de Ciência e Tecnologia (C&T). Este marco articula um conjunto de iniciativas e tem como perspectiva atuar sob um enfoque crítico da tecnologia, buscando formar um bloco social e técnico capaz de apoiar uma nova forma de pensar a dinâmica social e produtiva.

Desta forma, o termo tecnologia social tem sido utilizado por pesquisadores, movimentos sociais, gestores públicos e diversas organizações no intuito de demarcar um campo de iniciativas que atuam segundo uma vertente crítica às visões de neutralidade e de determinismo tecnológico que, comumente, influenciam os modelos de ciência e tecnologia hegemônicos nas instituições de ensino e pesquisa.

Nesta publicação, discutiremos as bases teórico-conceituais e políticas que fundamentam as estratégias de apoio à constituição de organizações produtivas nos segmentos populares, baseadas no trabalho associado.

No primeiro capítulo, apresentamos uma reflexão crítica sobre o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, problematizando a construção de alternativas tecnológicas a partir da centralidade do trabalho associado, enquanto categoria analítica presente em diferentes contextos e formações econômico-sociais.

O capítulo dois analisa as Incubadoras de Empreendimentos Solidários em suas relações com as dinâmicas de transição produtiva, via o incentivo ao cooperativismo popular, e vínculos com modelos de desenvolvimento tecnológico adequados aos referenciais de autogestão.

A metodologia e as atividades desenvolvidas pelo *Projeto de Acompanhamento da Rede de Tecnologia Social*, que originaram as reflexões realizadas nesse estudo, são abordadas no terceiro capítulo. O estudo dos planos de trabalho das Incubadoras apoiadas, visitas e seminários possibilitaram a identificação e a abordagem dos resultados das atividades desenvolvidas a partir dos eixos problematizados no capítulo quatro.

O *Projeto de Acompanhamento* levantou, ainda, informações sobre os resultados dos procedimentos de incubação na percepção dos grupos apoiados. Os impactos das assessorias e formações recebidas, além de uma caracterização dos empreendimentos e seus participantes, são discutidos no quinto capítulo.

A realização do trabalho de pesquisa e avaliação motivou a aproximação de sua equipe executora ao *Laboratório da Conjuntura Social: Tecnologia e Território*, ligado ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Como resultados dos encontros e reflexões desenvolvidas a partir da integração ao Laboratório, apresentamos no capítulo seis um conjunto de referenciais para a leitura dos processos acompanhados no decorrer das visitas e espaços de diálogo abertos com gestores públicos, empreendimentos, Incubadoras e pesquisadores ligados aos temas da autogestão e da economia solidária.

Anexamos também, a esta publicação, os relatórios originados dos três seminários temático/regionais realizados por nosso projeto.

# 1

## Teoria crítica da ciência e da tecnologia

A tecnologia é compreendida, nesse estudo, como o conjunto dos instrumentos, meios, relações e métodos que se articulam – enquanto base material e formas de organização do trabalho – nos distintos modos de produção.

Nesse sentido, a tecnologia representa o conhecimento objetivado e encontra forte legitimação nas concepções dominantes de ciência, que influenciam os modelos de atuação das instituições de ensino e pesquisa. Extensa literatura relativa ao campo de estudos da chamada Sociologia da Ciência<sup>1</sup> vem demonstrando os vínculos entre motivações, interesses e relações de forças que configuram contextos sócio-culturais legitimadores e normatizadores das práticas científicas.

No modo de produção capitalista, a ciência – aliada aos processos de valorização do capital – configura-se como uma força produtiva que acirra a divisão social do trabalho, entre trabalho manual e intelectual. A ciência, a técnica e a tecnologia, portanto, não são neutras e expressam um conteúdo de classe.

As reflexões sobre a tecnologia interagem com o campo dos saberes e dos conhecimentos científicos, mas concentram-se na sua função como processo e produto, ou seja, como utilidade. Suas dinâmicas de implantação apoiam-se num quadro de sistematização de referências para a observação e análise centradas nas suas condições de uso, funções e estratégias de gestão. Como afirma Andrew Feenberg (2003), formulador de uma teoria

---

1 Como autores inseridos nessa vertente de estudos, podemos mencionar: Pierre Bourdieu (2004), Edgar Morin (1999) e Pablo Casanova (2006).

crítica para a tecnologia, “*onde a ciência busca o saber, a tecnologia busca o controle*”.

As visões sobre ciência, tecnologia e mudança no paradigma do trabalho, pela ótica da tecnologia social, encontram forte referência na Teoria Crítica da Sociedade, que se desenvolve através do movimento de renovação do pensamento marxista, desencadeado, sobretudo, pela Escola de Frankfurt<sup>2</sup> nas primeiras décadas do século XX. Nas formulações críticas ao positivismo, à razão instrumental e à ideologia da sociedade industrial, esse movimento permitiu o desenvolvimento de uma Teoria Crítica da Tecnologia, especialmente, a partir da abordagem de Feenberg (1999, 2002) sobre os estudos de Marcuse (1991) acerca da sociedade “unidimensional”.

Nas reflexões desses autores, as matrizes tecnológicas dominantes são compreendidas como resultado de uma fabricação, ou construção social interessada. A neutralidade da ciência e da tecnologia é criticada, tendo como fundamentação as análises sobre os modos de racionalização, manifestação e identificação dos interesses e posições de classe que se objetivam nos dispositivos da divisão do trabalho.

As análises de Herbert Marcuse abriram caminho para a crítica da razão instrumental, expressa em suas reflexões sobre a configuração de uma “ideologia cientificista”, manifestada na “consciência tecnocrática”. Para o autor, “*a consciência tecnocrática é, por um lado, ‘menos ideológica’ do que as ideologias precedentes; pois não tem o poder opaco de uma ofuscação que apenas sugere falsamente a realização dos interesses.*”

---

2 A denominação *Escola de Frankfurt* se refere a uma corrente filosófica nascida no contexto da República de Weimar na Alemanha, através da iniciativa de um conjunto de intelectuais organizados no Instituto de Pesquisas Sociais (IPS). O Instituto, criado em Frankfurt em 1923, foi bastante original, independente e ativo nas suas elaborações. Seus fundadores e colaboradores ganharam notoriedade pela capacidade de configurar caminhos teórico-críticos de grande ousadia. De Instituto formal que é dissolvido pelo nazismo, passa por várias formas de exílio, inclusive com estruturas mais formais na Suíça e nos EUA, retornando e se reorganizando na década de 50 na República Federal da Alemanha. Max Horkheimer e Theodor Adorno foram seus dirigentes mais destacados, sendo Herbert Marcuse seu principal interlocutor ao longo dos anos. Outro membro importante foi Walter Benjamin, que teve uma trajetória distinta de colaboração e um destino trágico, mas também é associado ao nome desse legado contraditório, que se unifica por distintas leituras posteriores sob a égide da noção de teoria crítica, oscilando entre o neo-marxismo e a teoria do agir e da razão comunicativa de Jürgen Habermas.

*Por outro lado, a ideologia de fundo, um tanto vítrea, hoje dominante, que faz da ciência um feitiço, é mais irresistível e de maior alcance do que as ideologias de tipo antigo, já que com dissimulação das questões não só justifica o interesse parcial de dominação de uma determinada classe e reprime a necessidade parcial de emancipação por parte de outra classe, mas também afeta o interesse emancipador como tal do gênero humano” (Marcuse apud Habermas 1987:80).*

Os dispositivos técnicos – que asseguram o poder e a reprodução ampliada do capital – comumente, manifestam-se revestidos por uma ideologia que os afirmam como processos a-históricos. Sob esta construção, são gerados verdadeiros sistemas tecnológicos. Com o objetivo de desnaturalizar essa relação, a Teoria Crítica da Tecnologia busca fundamentações na Crítica da Economia Política, demonstrando sua relevância nos momentos de crise do regime de acumulação.

A economia política do capital (propriedade privada dos meios [sociais] de produção, divisão do trabalho, comando e controle do processo de valorização, fetichismo das relações sociais, produção de mais-valia) dispõe sobre a divisão do trabalho. Isto é, sobre para quem vai a abundância e para quem vai a escassez em matéria de riqueza nas sociedades.

Os limites cíclicos do modo de produção capitalista se manifestam através da contradição expressa no desenvolvimento desigual entre relações de produção e forças sociais produtivas do trabalho. Os momentos de crise abrem para a classe trabalhadora a possibilidade de lutar por uma nova direção e utilização nos meios de produção e reprodução sociais.

O potencial de emancipação da classe trabalhadora, nesses momentos, deve considerar o redesenho tecnológico e de trajetórias socioprodutivas, baseadas no trabalho cooperativo e autogestionário.

As políticas públicas de economia solidária podem representar essa ponte na criação de um substrato para uma transição, ou mudança estrutural, no regime de acumulação. Elas têm como base um novo social-metabolismo, que parte das resistências e movimentos sociais capazes de disputar os fundos públicos, o acesso a direitos e distribuição da riqueza, alargando a função pública da propriedade.

A economia solidária é compreendida por um conjunto de atores – envolvidos no seu processo de institucionalização, através da criação de

órgãos de fomento, conselhos e fóruns – como uma forma social produtiva de novo-tipo. Uma mesma formação econômico-social pode abrigar disputas entre modos de produção distintos, conforme já observava Marx (1998 [1867]) em suas análises sobre o processo de acumulação primitiva do capital, no curso da transição da sociedade feudal para o capitalismo.

O próprio capitalismo, como modo de produção hegemônico, reproduz formas produtivas pré-capitalistas que lhes são úteis<sup>3</sup>. No entanto, o campo de iniciativas da economia solidária a compreende como uma forma de resistência, que se vincula a um projeto mais amplo de sociedade, orientado para a construção de uma via produtiva necessária ao socialismo. Neste caso, a organização das bases econômicas – através do trabalho associado e autogestionário – pode significar uma ruptura mais orgânica com o modo de produção capitalista.

## 1.1. O trabalho associado

As relações de trabalho capitalistas afirmam-se sobre condições objetivas (relacionadas às forças produtivas empregadas) e subjetivas (nas dimensões relativas à utilização da força de trabalho), que engendram todo um regime produtivo sob a supervisão e comando do capital. Esta subordinação, aliada ao regime de propriedade privada dos meios de produção, constitui a base para a permanência do sistema capitalista e de suas relações de produção.

Marx (2004 [1933]), ao descrever o processo de valorização do capital, destaca a submissão das questões técnicas ao regime de acumulação intensiva, que se constitui como forma dominante de extração de mais-valia, ou seja, de trabalho não-pago. O desenvolvimento tecnológico tem como objetivo prioritário a garantia do poder e da dominação do capital sobre a compra e o uso da força de trabalho.

As forças produtivas são sociais por serem utilizadas na perspectiva do processo de valorização. A revolução permanente da base técnica, com a

---

3 Podemos mencionar os complexos agroindustriais que, em suas estratégias de verticalização produtiva, dispensam formas de assalariamento e subordinam a pequena produção baseada no trabalho familiar.

incorporação da ciência ao processo industrial e produtivo, em geral, faz da tecnologia um aparato de dominação, um dispositivo de controle. Esta se transforma numa combinação de formas materiais e maquinicas de exploração intensiva (com regimes de disciplina, comando e controle); e de gestão e organização da divisão social e técnica do trabalho.

A multiplicação de objetos e dispositivos de controle, de meios de produção e consumo se desdobra para o conjunto da vida social. A reprodução ampliada do capital e da força de trabalho é atravessada pelo aumento de valores de uso, pela generalização da troca e pelo cálculo econômico e a racionalidade monetária e abstrata do valor como expressão da mais-valia.

Os aspectos subjetivos do trabalho, e seu poder de cooperação, são apropriados e integrados ao comando do capital, que vai subsumindo este potencial de maneira formal (através dos vínculos com o antigo modo de produção artesanal, familiar e corporativo) e de maneira real na forma social da intensificação gerada pela extração de sobre-trabalho pelo modo industrial e tecnológico de produção de mercadorias.

O trabalho social e sua força cooperativa são objeto de compra – coisa adquirida como mercadoria a ser utilizada pelo capital<sup>4</sup>. Colocada diante dos meios de produção e, motivada pela necessidade, esta forma alienada de cooperação direta do coletivo de trabalhadores se submete ao poder de comando do capital. Este processo de trabalho socializado – enquanto criador de riqueza – aparece como estranho ao trabalhador, de forma fetichizada.

Resgatar criticamente o tema do trabalho associado se torna uma questão estratégica para uma teoria crítica da tecnologia, ao desvendar a componente política do poder de criação de riqueza pelo “trabalho vivo”. Poder que, ao ser ampliado pelo sistema de máquinas sob o comando do capitalista, ganhou opacidade, acentuando a separação real dada pela coerção das relações de produção.

O desenvolvimento das forças produtivas, paradoxalmente, aparece como obra do capital, quando na verdade é resultado da divisão social e

---

4 Para Marx, a força de trabalho e suas formas de cooperação no processo produtivo compreendem uma mercadoria *sui generis*, porque pode ela própria gerar valor.

técnica do trabalho. Nesse sentido, o redesenho de tecnologias e de bases materiais de produção necessitam resgatar a categoria do trabalho associado, em seu potencial emancipatório. Este é revelado através da luta prática pela autogestão e pela consciência crítica dos trabalhadores acerca do processo de produção de mais-valia na sociedade capitalista. A dominação do capital sobre o valor gerado, através da dimensão coletiva e colaborativa do trabalho, é desvendada na medida em que são analisadas, em conjunto, as condições objetivas e subjetivas que sustentam o modo de produção. Estas colocam em tensão os conceitos de trabalho associado e de força social produtiva.

A categoria trabalho associado, e sua possibilidade de conversão em estratégia emancipatória, surge em momentos significativos dos estudos de Marx sobre o modo de produção capitalista, especialmente, como crítica ao trabalho alienado. A seguir, destacamos três dessas acepções:

1. Em uma primeira definição, o trabalho associado representa condição material objetiva para a produção capitalista, que compra pela via monetário-mercantil o tempo de trabalho ou a capacidade do trabalhador, convertendo-a em cooperação sobre o domínio do capital para a produção de mais-valia (Marx, 2004 [1933]);
2. Uma segunda acepção é encontrada nas análises sobre as condições técnicas acabadas, ou subordinação real do trabalho para a produção intensiva de mais-valia relativa, onde a capacidade de trabalho é acionada de forma combinada à dinâmica da produção. Os meios de produção, assim como o ambiente técnico e as formas de gestão e controle, fazem com que o poder cooperativo do trabalho social apareça como obra do capital – como força social produtiva do capital. Há uma combinação entre a face técnica e organizacional, que concentra a massa trabalhadora nos espaços fabris e difunde as relações de assalariamento. No entanto, ao impor estes condicionamentos, sofre as pressões internas pela autonomização do poder do trabalho social. Para Marx (1998 [1867]), a concentração de uma massa de trabalhadores nos ambientes das grandes indústrias também poderia provocar a consciência de sua função enquanto corpo coletivo gerador de riqueza;

3. Como trabalhador social, e como supervisor dos complexos maquínicos, o trabalhador direto é pressionado pela fluidez e pela versatilidade forçada no processo de trabalho. As forças produtivas entram em choque com as relações de produção, e levam a uma terceira expressão contraditória do trabalho associado, que conduz à possibilidade de constituição da “fábrica cooperativa” ou do surgimento do modo de produção associado. Como afirma Marx: *“as empresas capitalistas por ações tanto quanto as fábricas cooperativas devem ser consideradas formas de transição do modo de produção capitalista ao modo associado, só que num caso, a antítese é abolida negativamente e, no outro, positivamente”* (Marx, 1986 [1894]: 335).

O modo de produção associado pode ser compreendido, nas formulações de Marx, como o equivalente das formas de autogestão operária, condição necessária, mas não suficiente, para uma transição socialista.

Atualmente, as políticas públicas de economia solidária articulam grupos produtivos do segmento popular nos espaços de redes sociais e técnicas. A formação de cooperativas populares aparece como um horizonte estratégico, tendo por referencial a reflexão clássica sobre a constituição da “fábrica cooperativa” e a superação do papel dos capitalistas, enquanto proprietários e supervisores diretos do processo de produção. Essa transição se inscreve como tendência imanente ao modo de produção capitalista, e também foi identificada por Marx (1986 [1894]) na multiplicação das sociedades por ações.

Karl Marx (1986 [1894]) observa essa dupla via dialética que aponta para a superação do modo de produção capitalista: a chamada “positiva” e a chamada “negativa”. Ambas abrem as portas para o chamado “modo de produção associado”. Este é um aspecto da Crítica da Economia Política, ainda pouco explorado, que permite refletir sobre a ruptura com o capitalismo a partir de suas condições de desenvolvimento e conflito real com as relações de produção, fundadas na propriedade privada dos meios sociais de produção.

## 1.2. As relações com as instituições de ensino e pesquisa

Nas relações com as instituições de ensino e pesquisa, os desafios ao desenvolvimento de tecnologias, compatíveis com a autogestão e o cooperativismo popular, necessitam do apoio em sistemas de conhecimento abertos. As reflexões de Edgar Morin (1999), acerca da complexidade<sup>5</sup> no plano do pensamento, fornecem importante contribuição ao rompimento da noção de linearidade do conhecimento científico. Para o autor supracitado, a complexidade compreende uma forma de pensamento que integra diferentes modalidades de saberes e de disciplinas, possibilitando a identificação da correlação entre aspectos culturais, sociais e históricos na determinação do objeto do conhecimento. A ciência, a técnica e a tecnologia, produzidas a partir dessas premissas, estabelecem vínculos com uma educação transformadora e emancipadora, que valoriza os contextos socioeconômicos e culturais.

A ciência moderna, que emerge a partir do século XVII, possui uma relação direta com a evolução da técnica, transformando-se no que Morin denomina de tecnociência<sup>6</sup>. A tecnociência influencia várias esferas, como: as universidades, as empresas, os Estados, assim como, decorre da interferência destas instituições e de contextos sociais específicos.

---

5 Edgar Morin (1999) esclarece alguns mal entendidos, observados com frequência no pensamento acadêmico, associados à noção de complexidade. O primeiro seria a compreensão da complexidade como receita e resposta, e não como desafio e motivação para o conhecimento científico. Nesta direção, é comum a associação entre complexidade e desordem e falta de clareza. O segundo mal entendido formulado pelo autor consiste na confusão entre complexidade e completude. Morin (op cit) assinala que o problema da complexidade não é o da completude, mas o da incompletude do conhecimento. Sendo assim, o pensamento complexo procura abranger aquilo que os outros tipos de conhecimento, denominados como mutilante pelo autor, ignoram. O esforço do pensamento complexo não consiste em uma luta contra a incompletude, e sim contra a visão redutora. A complexidade consiste em um esforço para articular as divisões entre disciplinas, considerando as diversas dimensões que compõem um determinado fenômeno (Morin, 1999: 176).

6 Assim como afirma Edgar Morin: a “*técnica produzida pelas ciências transforma a sociedade, mas também retroativamente, a sociedade tecnologicizada transforma a própria ciência*” (Morin, 1999:24).

Uma abrangente reflexão crítica sobre a apropriação das tecnociências e das ciências da complexidade<sup>7</sup> – sob o enfoque da construção de alternativas aos sistemas de dominação e desigualdade produzidos pelo capitalismo tardio – é desenvolvida por Pablo Casanova (2006). O autor demonstra a importância objetiva de uma apropriação política dos avanços das novas ciências. Suas reflexões desvendam os mecanismos científicos e tecnológicos que alicerçam o sistema capitalista, demonstrando sua capacidade de criar meios materiais e subjetivos de gestão de suas crises cíclicas, com base em novos saberes e dispositivos de instrumentalização para atuar em processos de desequilíbrio.

O pensamento crítico, para Pablo Casanova, tem como desafio “*combinar a crítica às tecnociências para a dominação e acumulação do capital com seu possível uso para a libertação humana. Necessita combinar a crítica com a construção de alternativas*” (Casanova, 2006:172).

Outra abordagem relevante é formulada por Bourdieu (2004) ao refletir sobre as relações internas de disputa hierárquica por capital social e posições de prestígio estabelecidas no campo científico. O autor ressalta e problematiza as dificuldades de movimentos sociais em qualificar demandas para a comunidade científica.

No âmbito da Teoria Crítica da Tecnologia, desenvolvida por Andrew Feenberg, o diálogo entre as diretrizes dos movimentos sociais e as instituições de ensino e pesquisa encontram no redesenho de técnicas e de sistemas tecnológicos possibilidades de induzir transformações comprometidas com a redução de desigualdades.

Um contexto de experimentação da argumentação desenvolvida nesse estudo ganha materialidade na atuação das Incubadoras de Cooperativas Populares, presentes no interior de estruturas universitárias, assim como em políticas públicas de economia solidária e em organizações da sociedade civil. As Incubadoras são estruturas formadas por equipes multidisciplinares, que prestam acompanhamento, assessorias e formações a grupos

---

7 Cabe destacar que a expressão “ciências da complexidade” utilizada por Pablo Casanova refere-se a formas de conhecimento surgidas para assegurar o poder das organizações e classes dominantes. Desta forma, difere-se da noção de complexidade desenvolvida por Edgar Morin (1999).

produtivos do segmento popular. Surgem no país, em 1995, a partir de uma experiência desenvolvida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, na incubação de uma cooperativa localizada no Complexo de Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro. Esta iniciativa levou à criação de um programa nacional de apoio à constituição de Incubadoras de Cooperativas Populares nas Universidades, o Proninc<sup>8</sup>.

Além do Proninc, o fomento a atividades de incubação – enquanto rotinas de acompanhamento e assessorias sistemáticas, voltadas para a criação de cooperativas e empreendimentos solidários – vem sendo promovido através de programas lançados por diferentes ministérios e agências financiadoras. Este é o caso do Edital, lançado através Rede de Tecnologia social, que origina as análises desenvolvidas nesse estudo.

A proposição de alternativas de geração de trabalho e renda nos circuitos populares, executadas pelas Incubadoras, indica elementos para uma transição produtiva baseada no trabalho associado.

A metodologia de incubação de empreendimentos solidários é pensada como um instrumento estratégico para políticas públicas, face à conjuntura de crise do mundo do trabalho. A incubação é considerada como produtora de tecnologias voltadas para a autogestão.

A dimensão educativa atravessa todo o processo de incubação e revela inovações, interfaces e demandas para os sistemas formais de ensino, em diferentes níveis. A relação com a educação pode ser considerada em aspectos, tais como:

1. Na formação dos estudantes das universidades, que ao se envolvem com o trabalho das Incubadoras, entram em contato com as demandas e necessidades dos grupos apoiados, articulando conhecimento teórico e prático;
2. Na indução de reformas nas instituições de ensino, ao impulsionarem reflexões, produção acadêmica, cursos e disciplinas;

---

8 O Proninc – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares experimentou uma primeira versão em 1998, sendo em seguida desativado. Em 2003, no Governo Lula, com a criação da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, o Programa foi reativado e atualmente financia cerca de 90 universidades no país.

3. Nos métodos e materiais pedagógicos produzidos para os processos formativos dos grupos incubados;
4. Nas demandas por elevação de escolaridade dos grupos produtivos;
5. Na inclusão de conteúdos de economia solidária nos cursos de Educação de Jovens de Adultos (EJA).

Como resultado da ampliação do escopo de programas e políticas de economia solidária, a dimensão formativa, inserida nos sistemas formais de educação, vem ganhando destaque. A formação de um sujeito que possa se posicionar criticamente aos mecanismos de subordinação e controle praticados no mercado formal de trabalho apresenta-se como uma necessidade às estratégias de afirmação da economia solidária.

Conforme analisa o educador russo Pistrak (1981), a escola é um espaço privilegiado para a construção da autogestão, ao permitir, através da indução de formas de auto-organização dos alunos, a vivência de relações sociais igualitárias.

Além disso, a abordagem de conteúdos relacionados à dinâmica do mundo do trabalho e à construção de alternativas de inserção produtiva configura-se como uma motivação importante para o retorno à escolarização dos trabalhadores.

Estas demandas geraram, desde 2005, aproximações entre os fóruns de Educação de Jovens e Adultos e os fóruns de Economia Solidária, por se tratar do mesmo sujeito envolvido nas duas iniciativas.

Atendendo a estas solicitações, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação instituiu uma resolução, em dezembro de 2008, que estabelece apoio financeiro para que universidades produzam: material pedagógico-formativo e de apoio didático para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) que contemplem necessariamente a economia solidária; formação de educadores, coordenadores e gestores da Educação de Jovens e Adultos em economia solidária; publicação de experiências de Educação de Jovens e Adultos e economia solidária.

A construção de alternativas de geração de trabalho e renda, com base no trabalho associado, baseia-se na afirmação social do protagonismo produtivo das classes populares. A metodologia de incubação de empreendimentos solidários busca romper com a cultura de desqualificação do

poder do “trabalho vivo” pelo capital. Desta forma, busca transformações nas instituições e práticas que sustentam as várias estratégias pedagógicas e políticas antidemocráticas de contra-reforma, que impedem o acesso ao conhecimento por parte dos grupos populares.

O processo de incubação parte do reconhecimento da voz e da capacidade produtiva das classes populares, demonstradas nos seus circuitos de sobrevivência, e que evidenciam uma potência social latente para o processo de transformação. Podemos observar essa potencialidade nos resultados alcançados a partir de diferentes formas de atuação social e político-educativa desenvolvidas por instituições como as Incubadoras de Cooperativas Populares.

### 1.3. A tecnologia Social

A tecnologia social é uma denominação que vem sendo politicamente construída, abrangendo um conjunto de referenciais críticos às tecnologias convencionais, que são subordinadas ao domínio de classe e aos dispositivos de poder das grandes empresas. A tecnologia social contrapõe-se a essa lógica, atuando a partir de espaços e práticas que articulam saberes e definem táticas cotidianas de resistência das classes trabalhadores. Desta forma, reúne iniciativas desenvolvidas por organizações populares e movimentos sociais, que enfatizam a necessidade:

1. Da valorização de saberes e conhecimentos práticos dos produtores e das comunidades;
2. Do rompimento com os modos hegemônicos de utilização; apropriação e funcionamento dos dispositivos técnicos e meios de produção, buscando formas de autonomia e de adequação sociotécnica;
3. De considerar as tecnologias sociais na sua articulação com problemas e questões gerais da desigualdade na sociedade (acessos a meios de produção e conhecimento);
4. Da formação de um bloco social e técnico que articule as redes de conhecimento, difusão e reaplicação das tecnologias sociais, capaz de criar um referencial constante de alternativas;

5. De avançar na transformação das relações de poder no plano político e das instituições de ensino e pesquisa;
6. De estabelecer vínculos com a construção de políticas públicas de trabalho, renda e bem-estar social, impulsionando a reconfiguração das alianças entre setores da sociedade civil e da sociedade política, na busca por uma reorientação dos investimentos nas matrizes e modelos de ciência e tecnologia.

De acordo com o Instituto de Tecnologia Social (ITS), a tecnologia social compreende o *“conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida”*. (Passoni, 2004:26).

Em face desses desafios, as concepções em torno do desenvolvimento das tecnologias sociais, por parte de organizações e movimentos sociais, destacam a importância da autogestão no âmbito das estratégias de inserção produtiva e da consolidação de esferas de mediação com a sociedade civil, que fortaleçam canais de democracia direta.

As iniciativas em curso articulam-se com as formas de organização do trabalho autônomo e/ou cooperativo que ganha maior visibilidade, tanto nos momentos de transição e reestruturação produtiva, quanto nos períodos de crise social e histórica do capitalismo.

O objetivo geral da pesquisa que desenvolvemos, junto aos projetos de incubação de empreendimentos solidários apoiados através da Rede de Tecnologia Social, foi o de focalizar, dentro de todo esse movimento teórico-crítico e prático-político, os contornos que vêm adquirindo a ação de grupos produtivos, com o apoio de universidades, ONGs e administrações públicas.

Nos limites das observações e avaliações realizadas, através de visitas de campo e da interlocução ativa com pesquisadores, gestores públicos e coordenadores dos programas e projetos desenvolvidos, conseguimos estabelecer recortes estratégicos que vinculam a particularidade das experiências apoiadas com a totalidade das questões que envolvem a crise do trabalho assalariado formal no país. Trata-se da construção teórica e política da categoria “trabalho associado” ou “cooperativo”, voltado para constituição

de empreendimentos autogestionários, ligados a redes e circuitos produtivos em bases socioterritoriais.

Em linhas gerais, como poderá ser observado ao longo desse estudo, consideramos as formas de organização do trabalho como tecnologias sociais, ao compreendermos que as capacidades e potencialidades do trabalho vivo se relacionam como componente das forças sociais produtivas. As relações de produção capitalistas, pondo restrições e sendo pressionadas pelas forças sociais produtivas, têm no potencial de cooperação do trabalho vivo não apenas uma força subordinada, mas um fator de resistência, que ultrapassa os limites de sua apropriação e uso para a produção de mais-valia.

# 2

## Incubadoras de Empreendimentos Solidários e tecnologia social

A incubação de empreendimentos solidários envolve o desenvolvimento de assessorias técnicas e de gestão; orientações e procedimentos voltados para a captação de financiamentos e aquisição de meios de produção; além da atuação para o desenvolvimento de tecnologias adequadas à realidade de grupos produtivos do segmento popular. Iniciativas como as Incubadoras de Cooperativas Populares e Centros de Referência em Economia Solidária necessitam ter como horizonte a percepção da ciência, da técnica e da tecnologia como forças produtivas e suas adequações e transformações para atender à autogestão enquanto organização produtiva dos empreendimentos.

As principais referências para a configuração dos procedimentos de incubação de empreendimentos solidários como uma tecnologia social, a ser reaplicada e financiada através da RTS, foram as experiências desenvolvidas pelas Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares (ITCP's) – apoiadas através do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc). O Proninc financia universidades para que atuem com grupos populares, desenvolvendo ações voltadas para a geração de trabalho e renda, sobretudo, junto aos beneficiários de programas redistributivos (como o Programa Bolsa Família do Governo Federal)<sup>9</sup>.

---

9 O Programa foi avaliado pela FASE no período de março de 2005 a setembro de 2007 e indicou a relevância da atuação das Incubadoras Universitárias na articulação de demandas relacionadas à organização produtiva dos segmentos populares. Os resultados desse trabalho encontram-se disponíveis no site [www.acompanhamentoproninc.org.br](http://www.acompanhamentoproninc.org.br).

A metodologia de incubação foi reconhecida como uma Tecnologia Social, e sua reaplicação em escala, incentivada através da Rede de Tecnologia Social. O Edital, lançado em 2005 pela Rede, estabelece a seguinte definição: *“a incubação e apoio a empreendimentos solidários é uma metodologia de ensino, aprendizagem e transferência de tecnologia de gestão para a criação de empreendimentos, valorizando a autogestão e a inclusão social. O processo envolve a dimensão do letramento e acesso ao conhecimento e tecnologia”*.

A autogestão, compreendida como uma categoria anticapitalista, remete tanto às formas sociais produtivas quanto a um projeto mais amplo de sociedade, caracterizado por relações de mediação facilitadoras da participação popular na elaboração e execução de políticas públicas. Buscando referências em pensadores ligados ao chamado socialismo autogestionário e libertário, a autogestão é impulsionadora de formações socioespaciais comprometidas com a autonomia e emancipação da classe trabalhadora. (Singer, 1998).

Compreendemos por empreendimentos solidários: organizações produtivas de grupos informais, cooperativas, associações e redes; iniciativas com caráter supra-familiar e geridas coletivamente por um regime democrático, onde os associados são proprietários dos meios de produção.

Embora a forma jurídica mais adequada à finalidade econômica, social e política de organização produtiva dos trabalhadores apoiados pelos projetos seja a cooperativa, a inadequação do marco legal do cooperativismo, a elevada carga tributária e a existência limitada de políticas públicas de crédito e financiamento aos grupos produtivos do segmento popular, resulta na existência de uma parcela expressiva de empreendimentos informais ou que se estruturam na forma de associações.

Desta forma, apesar de muitos grupos não estarem formalizados juridicamente como cooperativas, as relações de trabalho fundam-se no princípio da cooperação, enquanto processo de interação social para a tomada de decisões e a realização de ações onde existem interesse e objetivos comuns, a partir da configuração de um grupo. A noção de cooperação se contrapõe às visões de dominação e subordinação que emergem da divisão do trabalho capitalista.

A economia solidária é compreendida, neste estudo, como uma forma social produtiva de transição e em disputa, podendo tanto avançar para um modo de produção autogestionário, como se submeter e se tornar funcional ao capitalismo. Em grande parte, reúne iniciativas produtivas realizadas por um contingente de trabalhadores inseridos na economia informal, que é significativamente ampliada a partir da década de 1990, com os impactos dos processos de terceirização e flexibilização produtiva.

O papel desempenhado pelas Incubadoras na construção da economia solidária é revelado, nesse estudo, a partir das atividades de pesquisa executadas através do *Projeto de Acompanhamento da Rede de Tecnologia Social*. A pesquisa envolveu visitas às instituições executoras, aplicação de roteiros e questionários, construção de ferramentas de integração digital, realização de seminários e produção de sistematizações. O *Projeto de Acompanhamento* teve como objeto 21 projetos apoiados através de um edital financiado pela FINEP, Caixa Econômica Federal e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), lançado em agosto de 2005.

O Edital apoiou projetos que apresentavam especificidades identificadas como impulsionadoras de estratégias de reaplicação em escala dos procedimentos adotados na incubação de empreendimentos solidários, com o apoio a iniciativas sob diferentes formatos institucionais (prefeituras, ONGs, cooperativas).

Tendo em vista a perspectiva inovadora destes projetos e o trabalho anterior desenvolvido na avaliação do Proninc, as instituições financiadoras solicitaram à FASE que executasse o acompanhamento deste Edital. As análises voltam-se, sobretudo, para a afirmação da metodologia incubação de empreendimentos solidários como um conjunto de ações direcionadas à implementação de tecnologias de organização do trabalho associado e cooperativo.

## Relação dos projetos apoiados

<b>Projetos</b>	<b>Estados</b>
<b>Região Norte</b>	
ITCP/UFAC	Acre
Copatiarô	Pará
ITCP/UFAM	Amazonas
UNIRG	Tocantins
<b>Região Nordeste</b>	
INCUBACOOP/UFRPE	Pernambuco
ITCP/UNEB	Bahia
IIEES/UFS	Sergipe
UFBA	Bahia
PANGEA (Centro de Estudos Socioambientais)	Bahia
<b>Região Sudeste</b>	
ITCP/COPPE	Rio de Janeiro
PUC-Rio / Instituto Gênese	Rio de Janeiro
ITCP/UNICAMP	São Paulo
INCOOP/UFSCAR	São Paulo
ITCP/USP	São Paulo
<b>Região Sul</b>	
IEES/UEM	Paraná
ITCP/UFPR	Paraná
OSCIP GUAYÍ	Rio Grande do Sul
CEPAT (Centro de Pesquisa e apoio aos trabalhadores)	Paraná
UFRGS	Rio Grande do Sul
<b>Região Centro-Oeste</b>	
UPC (Universidade Popular Comunitária)	Mato Grosso
UNEMAT	Mato Grosso

# 3

## Metodologia e atividades desenvolvidas

A metodologia do *Projeto de Acompanhamento* foi desenvolvida tendo como objetivo central a construção de análises qualitativas sobre o desenvolvimento dos projetos apoiados. Embora as atividades de pesquisa tenham originado informações sobre o perfil dos indivíduos e empreendimentos apoiados, resultados obtidos pelos processos de incubação na geração de renda e melhoria nas condições de vida (que serão apresentadas ao longo desse estudo), as análises do projeto concentram-se nas reflexões propiciadas pelos espaços de diálogo abertos com as iniciativas apoiadas.

Conforme já mencionado, o Edital – objeto do acompanhamento – tem como característica o apoio a projetos com enfoques em eixos de intervenção estratégicos à afirmação dos procedimentos de incubação de empreendimentos solidários, como alternativa para a inserção produtiva de milhares de pessoas que se encontram abaixo da linha da pobreza no país.

As análises e sistematizações realizadas no decorrer do projeto se apoiam nos espaços de diálogo construídos a partir da realização de seminários e visitas, onde foi possível conhecer o estágio de desenvolvimento e impactos das iniciativas apoiadas, mas também a produção de sínteses, que têm como referência as reflexões e debates de pesquisadores, grupos incubados, gestores públicos e agências financiadoras.

A especificidade colocada pelo Edital em questão demandou a criação e fomento de espaços de cooperação entre as iniciativas, indicando potencialidades e sinergias entre experiências executadas por entidades com

diferentes formatos institucionais (universidades, associações, cooperativas, prefeituras) e atuação a partir de vertentes distintas.

A noção de tecnologia social é permeada pela premissa de seu processo de constituição, a partir da perspectiva da tecnologia enquanto produto de contextos sócio-históricos e de sua reorientação, segundo estratégias que articulam teoria e prática. A diversidade de formatos e campos de atuação dos projetos executados fornece uma importante contribuição à construção de referenciais e diretrizes para a configuração de programas mais amplos, que permitam influenciar de fato a política de C&T no país.

A busca da articulação de atores em todos os níveis de interesse e engajamento, desde a Rede de Tecnologia Social, passando pelas agências financiadoras, gestores públicos até as Incubadoras Universitárias ligadas ao Proninc, informa o esforço da pesquisa como instrumento de consolidação de elementos para a construção de políticas públicas de economia solidária. As relações entre tecnologia social, incubação de EES (empreendimentos econômicos solidários) e políticas públicas nacionais, estaduais e municipais são examinadas dentro de um quadro conceitual e técnico que emerge de um contexto experimental e ativo. Este é orientador da própria ação de pesquisadores e executores dos projetos aprovados, cuja análise foi iniciada com as visitas, que ajudaram a montar as problemáticas e orientaram os convites para a participação nos seminários de trabalho que realizamos.

## 3.1. Visitas aos projetos apoiados

A pesquisa realizou visitas a uma amostra de 10 projetos apoiados, selecionados em função dos diferenciais em termos de objetivos, formatos institucionais e localização regional, para que a amostragem fosse representativa das inovações propostas nas diretrizes do Edital.

As visitas foram realizadas no período de fevereiro de 2007 a setembro de 2008, orientadas por dois roteiros, aplicados às equipes executoras e aos grupos incubados, que originaram uma base de dados, com informações sobre o perfil e impactos dos procedimentos de incubação sobre os beneficiários.

Foram visitados os seguintes projetos:

<b>Título</b>	<b>Executor</b>
Reaplicação de tecnologia social de incubação em quatro Incubadoras Municipais de Cooperativas Populares.	ITCP – Coppe/UFRJ Rio de Janeiro
Geração de trabalho e renda em bases associativas através da organização e estruturação da Rede de Cooperativas Populares.	PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais Salvador – BA
Incubação de núcleos produtivos associativos para o desenvolvimento sócio-territorial da Península de Itapagipe.	UFBA (Universidade Federal da Bahia)
Metodologia de agregação de valor para incubação de empreendimentos solidários através de tecnologia social.	Instituto Genesis / PUC-RJ
O Fortalecimento do Cooperativismo Popular na Bahia.	UNEB (Universidade do Estado da Bahia)
Incubação de Empreendimentos Populares e Solidários no Sul do Pará.	Coopatorô – Pará
Rede Industrial de Confeção Solidária (RICS).	Guayí / Porto Alegre – RS
Reestruturação da Incubadora da UFAC	UFAC (Universidade Federal do Acre)
Inovar, Empreender e Reciclar	UFAM (Universidade Federal do Amazonas)
Centro de Formação em Economia Solidária	CEPAT (Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores) / Curitiba-Paraná

Além das visitas, a participação de outros projetos apoiados nos seminários promovidos pela FASE também possibilitou o conhecimento do estágio de desenvolvimento destas iniciativas.

A leitura do plano de trabalho das Incubadoras, visitas e seminários indicam a classificação dos projetos apoiados a partir de quatro eixos principais: **linhas de políticas públicas estaduais e municipais de economia solidária; estratégias de desenvolvimento local/territorial; estruturação de redes e segmentos produtivos; formação e sustentabilidade de Incubadoras Universitárias.**

## 3.2. Realização de seminários

A organização de seminários teve como referência as visitas e a percepção das problemáticas que atravessavam a realização dos projetos. Sendo assim, foram realizados três seminários regionais, com a participação de entidades executoras, gestores públicos e parceiros envolvidos na execução dos projetos.

O primeiro seminário foi realizado no Espaço Cultural FINEP, na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 08 e 09 de novembro de 2007. O seminário: *Tecnologia Social, Incubação de Empreendimentos Solidários e Políticas Públicas* teve sua programação formulada, especialmente, tendo como referência os projetos e instituições executoras da Região Sudeste.

A percepção da problemática da vinculação das estratégias de incubação ao desenho de políticas públicas assume destaque na orientação destes projetos. Dada a relevância desta articulação para a configuração do campo de atuação e a ampliação da escala de intervenção das iniciativas da RTS, principalmente no contexto das regiões metropolitanas, a pauta do seminário foi estruturada para debater os principais temas e questões que envolvem a reaplicação da incubação nestes cenários.

Nos dias 10 e 11 de abril de 2008, foi realizado na cidade de Salvador o *Seminário: Tecnologia Social e Economia Solidária: Estratégias de Formação e Desenvolvimento Local*. O encontro contou com o apoio da Rede de Tecnologia Social e da Superintendência de Economia Solidária, ligada à Secretaria de Trabalho, Renda e Esporte da Bahia. O encontro abordou temas relativos ao estabelecimento de programas voltados para a formação em economia solidária, desenvolvimento local, redes e cadeias produtivas.

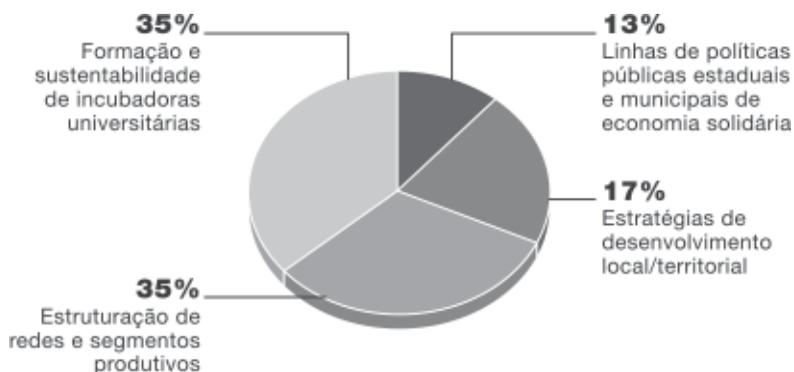
Por fim, foi realizado nos dias 16 e 17 de julho de 2008 o *Seminário: Tecnologia Social e Incubadoras de Empreendimentos Solidários*, reunindo, principalmente, os projetos executados na Região Norte. O encontro abordou, sobretudo, a atuação das Universidades na construção de alternativas de inserção produtiva, através do apoio ao cooperativismo popular e da economia solidária. Outro enfoque relevante foi dado ao papel dos movimentos sociais e instâncias ligadas ao Estado, através da análise de programas estaduais e municipais de economia solidária.

# 4

## Eixos de análise dos projetos

A partir da leitura do plano de trabalho dos 21 projetos apoiados, foram estabelecidos eixos de análise envolvendo os principais enfoques, objetivos e estratégias de intervenção. Com base nessa classificação, foram selecionados os projetos a serem visitados e organizados os três seminários temático-regionais realizados pelo projeto.

**GRÁFICO 1**  
Eixos de atuação dos projetos apoiados



A seguir faremos uma breve abordagem sobre a execução dos projetos visitados, segundo os quatro principais eixos identificados no gráfico acima: **linhas de políticas públicas estaduais e municipais de economia solidária; estratégias de desenvolvimento local/territorial; estruturação de redes e segmentos produtivos; formação e sustentabilidade de Incubadoras Universitárias.**

## 4.1. Políticas públicas estaduais e municipais de economia solidária

A configuração de políticas públicas de economia solidária no Brasil tem forte referência nas diretrizes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Rede de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária, que reúne representantes de governos estaduais e municipais que desenvolvem programas nessa área.

Desta forma, resultam de conquistas advindas da abertura de diálogos com a sociedade civil e do reconhecimento de demandas de movimentos sociais e populares. As experiências em curso no país, normalmente, vinculam-se às administrações identificadas como de esquerda, que atuam em cooperação com espaços públicos e democráticos de representação, como os conselhos e fóruns de Economia Solidária.

Nos estados da Bahia e do Acre assume destaque a vinculação dos projetos executados aos programas estaduais de economia solidária. No primeiro caso, por iniciativa da Superintendência de Economia Solidária (SESOL), ligada à Secretaria Estadual de Trabalho, foi criado um programa estadual de Incubadoras Públicas, com recursos da Fundação Banco do Brasil e do Fundo Estadual de Combate à Pobreza. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Estado da Bahia (ITCP-UNEB) integra o grupo propositivo que atua na formulação das diretrizes para o funcionamento do Programa, que pretende financiar a criação de 40 Incubadoras e um centro de referência em economia solidária no estado. Outra iniciativa da SESOL, articulada aos projetos executados, é o Programa Estadual de Reciclagem, com a perspectiva de criação de um complexo de cooperativas de catadores na Região Metropolitana de Salvador, através do apoio a 14 empreendimentos.

No estado do Acre, no início de 2007, foi criada a Divisão de Economia Solidária, ligada à Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia. A Divisão formulou o Programa Estadual de Economia Solidária, com enfoque em compras governamentais, assessorias e investimentos nos empreendimentos. O processo de incubação em parceria com a Universidade Federal do Acre dará suporte a 15 empreendimentos em aspectos

formativos, infra-estrutura, organização do trabalho para aumentar o volume de produção e orientação para a participação em licitações. Para esta ação, o Programa conta com o orçamento de oito milhões, com prazo de execução até 2010.

Outra vertente agrupa os projetos voltados para a criação de Incubadoras Públicas, através de vínculos com políticas públicas municipais, reunindo os projetos executados pelas Incubadoras de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). No primeiro caso, o projeto objetiva qualificar equipes e repassar os procedimentos de incubação para as prefeituras de Nova Iguaçu, Mesquita, Osasco e Santo André. A Incubadora da UFRPE executa uma ação intermunicipal consorciada, através do *Programa de Desenvolvimento de Incubadoras Públicas Tecnológicas de Empreendimentos Econômicos Solidários*, tendo como objetivo a implantação de Incubadoras em três municípios da Região Metropolitana do Recife. Estas experiências foram apresentadas e debatidas no primeiro seminário realizado em novembro de 2007, a partir das exposições da prefeitura de Osasco e da incubadora da UFRPE.

Nas experiências de criação de Incubadoras Públicas, um ponto de destaque nos debates do seminário foi a necessidade de promover ações intra-governamentais, articulando no âmbito de prefeituras e governos estaduais o acesso a um conjunto de políticas de fomento aos empreendimentos, previstas em lei.

Também foi ressaltado o papel das Incubadoras Públicas no acesso à tecnologia, fomento à realização de compras públicas e investimentos no processo produtivo dos empreendimentos de economia solidária.

Outro aspecto destacado foi a necessidade de servidores públicos dedicados ao trabalho nas Incubadoras. A grande maioria dos membros das equipes participa de instâncias ligadas ao movimento de economia solidária e são contratados temporariamente. Se, por um lado, esta composição reflete o caráter democrático de formulação e de gestão dos programas de economia solidária, de outro, compromete a sustentabilidade das diretrizes e atividades das Incubadoras. Desta forma, coloca-se o desafio de se promover o envolvimento de funcionários públicos dos estados e

municípios, assim como a realização de concursos para a composição de quadros técnicos para as Incubadoras, com a garantia da gestão democrática e participativa na execução dos programas.

A visita ao projeto desenvolvido pela Copatiorô no Sul do Pará também revela algumas conquistas no campo da incorporação de demandas dos movimentos populares, atuantes na região, em políticas públicas. A incubação de empreendimentos solidários pela Cooperativa atende à demanda por geração de renda, a principal reivindicação dos movimentos populares urbanos. A partir da assessoria aos grupos, foi identificado como prioridade para a viabilização dos empreendimentos o acesso ao crédito, demanda que foi absorvida pelo Programa de Economia Solidária da Prefeitura de Xinguara. O município aprovou um projeto de lei que cria o Fundo Sol, gerido por um conselho envolvendo empresários, poder público e associações populares, para fomentar os empreendimentos de economia solidária.

As experiências de vinculação dos procedimentos de incubação às políticas públicas estaduais e municipais sinalizam para o reconhecimento das experiências das ITCP's e das demandas por estruturas de formação, assessoria e financiamento que surgem da mobilização de agentes do movimento de economia solidária. Tal como previsto na meta três do Convênio, o conhecimento e a sistematização destas iniciativas são fundamentais para a formulação e difusão de políticas públicas para a promoção do cooperativismo popular.

## 4.2. Estratégias de desenvolvimento local/territorial

Outro eixo de intervenções, identificado nas visitas, foi a concepção da incubação de empreendimentos solidários no interior de ações e articulações que têm como enfoque estratégias de desenvolvimento a partir de uma dada dimensão territorial.

A noção de território assume cada vez mais relevância na definição tanto de políticas de governo como na delimitação de estratégias de atuação de organizações da sociedade civil.

Para a leitura dos projetos visitados, podemos partir da compreensão do território como “*um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*” (Souza 2000b apud Raffestin 1993). A noção de poder é de grande relevância, na medida em que é inseparável do conceito de território e afirma seu caráter político.

Quando emerge das ações do Estado, a noção de território, normalmente, configura-se como um dado material, percebido como um espaço a ser projetado pela intervenção de gestores públicos governamentais. No entanto, compreendemos que o estabelecimento de territórios deve levar em consideração as relações sociais projetadas, que o define não como um substrato, mas como um campo de forças. Nesse recorte espacial, o poder é exercido a partir do momento em que existe um grupo que confere legitimidade a quem o exerce, através do reconhecimento de estruturas de organização e representatividade.<sup>10</sup>

Estas estruturas não se confundem com o território em si, mas demonstram atributos de uma territorialidade, para a qual são expressivos os vínculos sociais, aspectos culturais e simbólicos.

A esta noção podemos incorporar a percepção do território como um espaço configurado por relações sociais e formas organizacionais em permanente mudança, caracterizando o que Milton Santos (2001) reúne no conceito de *território usado*, ou seja, um território em constante processo de construção.

É esta a compreensão de território que informa a leitura dos projetos visitados durante a pesquisa. Fundamentalmente, com o enfoque no desenvolvimento de ações e articulações tendo como referência um determinado recorte territorial foram visitados os projetos executados pelas seguintes

---

10 A distinção entre poder e violência elaborada por Hannah Arendt é bastante útil ao entendimento dos processos em análise. Segundo a autora: “*O ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’ estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome*” (Arendt, 1985:85 apud Souza: 2000b: 24). Quando o poder está em vias de ser perdido, o que significa perda de legitimidade e representatividade, a violência vem à tona.

instituições: Coopatorô, no estado do Pará; Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

As experiências de incubação da Coopatorô são percebidas e articuladas a ações mais amplas que compreendem as linhas programáticas de: Gestão, Formação Política, Agroecologia, Beneficiamento e Comercialização, Gênero e Economia Solidária. Estruturada nestes seis programas, a entidade presta assessoria a movimentos sociais e empreendimentos solidários tendo como recorte territorial a região Sul do Pará, compreendida pelos municípios de Conceição do Araguaia, Rio Maria, Rendeção, Ourilândia, São Felix e Xinguara.

O processo de acompanhamento aos grupos e de atuação de membros da Cooperativa nessa região têm passado por mudanças que procuram atender de forma mais adequada às demandas e necessidades dos movimentos populares nos municípios. Estas expressam, sobretudo, as transformações pelas quais a própria região vem passando, como reflexo do modelo econômico baseado em atividades de exploração e transitórias (mineração, agroindústrias, extração de madeira e siderurgia).

As experiências com geração de renda executadas pela equipe remontam ao início da década de 1990, motivadas pela participação junto ao MEB (Movimento de Educação de Base) e, posteriormente, através do PDH (Projeto de Desenvolvimento Humano). Neste período, as iniciativas atuavam, sobretudo, na articulação campo-cidade, através de experiências de beneficiamento de produtos da agricultura familiar. Atualmente, os grupos que integram os processos de incubação estão inseridos no espaço urbano ou em pequenas propriedades no entorno das cidades.

Na década de 1990, a atuação da equipe do projeto caracterizava-se pela assessoria e apoio nas estratégias de mobilização, sobretudo, tendo como objetivo ampliar a participação popular nas políticas públicas destinadas, principalmente, à melhoria de loteamentos e bairros periféricos, que recebiam um grande número de migrantes.

As principais demandas que, inicialmente, eram por acesso a políticas públicas nas áreas de infra-estrutura urbana e de ensino, passam a incorporar a estruturação de alternativas de geração de trabalho e renda para as famílias que integravam os movimentos populares.

As ações da Cooperativa no campo da economia solidária são planejadas através de um fórum integrado pelos empreendimentos, organizações populares e prefeituras da Região Sul do Pará, que atua na proposição de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento sustentáveis, por meio do incentivo aos grupos da economia popular e solidária.

Os grupos apresentam uma grande diversidade do ponto de vista dos segmentos econômicos envolvidos nas atividades produtivas. Esta característica guarda relação com a inserção dos empreendimentos em bairros da periferia dos municípios, envolvendo em sua grande maioria mulheres em segmentos de baixo valor agregado e que comportam um número de reduzido de pessoas. Normalmente, os empreendimentos produtivos são familiares, mas encontram referência nas associações de moradores e/ou outras organizações comunitárias.

Outra iniciativa apoiada pela RTS, envolvendo incubação e diretrizes para o desenvolvimento territorial, é o projeto de apoio a grupos produtivos na Península de Itapagipe, caracterizado com uma das ações do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social – CIAGS da Universidade Federal da Bahia.

As atividades voltadas para a institucionalização da Incubadora estão inseridas em uma estratégia mais ampla de desenvolvimento da península, baseada nos estudos sobre gestão social desenvolvidos pelos programas de formação do CIAGS. Nessa perspectiva, o apoio aos núcleos produtivos é articulado a uma dimensão meso, relacionada à construção de um modelo de desenvolvimento socioterritorial para a Península de Itapagipe. Pesquisadores ligados ao CIAGS têm um acúmulo em estudos e pesquisas relacionadas a este território e, dentro deste ambiente, desenvolvem e aplicam ferramentas, como a metodologia de construção de cenários elaborada no âmbito da União Européia. Esta metodologia tem como objetivo a formulação de um plano de desenvolvimento para a Península de Itapagipe, baseado em uma dinâmica participativa, impulsionadora do surgimento de atores e lideranças, bem como de sua inserção nas estratégias de desenvolvimento local.

Apesar do acúmulo de atividades já realizadas no local e de articulações produzidas, a equipe encontrava-se em um processo de formação,

quanto aos procedimentos adotados no processo de incubação e à estruturação de uma incubadora, com uma rotina de assessorias aos grupos produtivos. No momento de realização da visita, a equipe se ampliava, através de um processo de reestruturação e o projeto passava por novas definições, que buscavam o foco na realização de cursos técnicos, assessorias para suprir demandas nas áreas de gestão, organização da produção e aquisição de equipamentos.

Ainda no estado da Bahia, a ITCP-UNEB iniciou uma aproximação com o Consórcio do Jiquiriça, uma associação integrada por 25 municípios situados na bacia do Rio Jiquiriça, localizada no sudoeste baiano. A região é rica em atrativos naturais, mas vem sofrendo um processo de desmatamento, com consequências para a degradação dos recursos hídricos da bacia. Além disso, apresenta péssimos indicadores sociais, cerca de 90% da população tem uma renda inferior a dois salários mínimos e as taxas de analfabetismo chegam perto de 50% em alguns municípios. Para planejar suas linhas de atuação, o Consórcio apoiou a criação de fóruns nos municípios e realizou um amplo diagnóstico da região.

Nesse cenário, a ITCP-UNEB colabora com as atividades de incubação e difusão da economia solidária junto às cidades que integram o Consórcio, através da promoção de seminários municipais e da realização de um seminário regional, preparatório à Conferência Estadual das Cidades, realizada em Salvador, em setembro de 2007. A Incubadora atuou no levantamento e sistematização das demandas dos municípios, em áreas relativas à geração de trabalho e renda e ao fomento à economia solidária. Estas demandas também originaram um projeto encaminhado à SEPLAN (Secretaria de Planejamento Urbano Integrado) ligada ao governo do estado da Bahia.

### 4.3. Estruturação de redes e segmentos produtivos

O incentivo à organização de redes e segmentos produtivos vem se configurando como uma das principais estratégias para a viabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos de economia solidária. No entanto, diferentemente das cadeias e arranjos produtivos desencadeados pela atuação

das grandes empresas, os empreendimentos de economia solidária têm uma forte vinculação a sua base territorial. Neste caso, podemos fazer referência à configuração de circuitos espaciais da produção, onde aspectos relacionados à espacialidade e à territorialidade são incorporados às dinâmicas sociais produtivas. Portanto, trata-se de formular e articular estratégias muito mais complexas do que simplesmente atuar na integração dos elos de uma cadeia produtiva.

Esta modalidade de atuação leva em conta as desigualdades sociais projetadas sobre as bases espaciais, onde a realidade de países que pertencem à periferia do sistema capitalista evidencia a configuração do que Milton Santos (2007) define como dois circuitos econômicos. O planejamento e a gestão das cidades devem considerar a existência de dois subsistemas que governam e organizam o espaço: o circuito superior e o circuito inferior da economia. O circuito superior é caracterizado pelas atividades que resultam da modernização tecnológica, é responsável pelos aspectos relativos à macro-organização do espaço. No circuito inferior, encontramos as atividades informais e os pequenos negócios desenvolvidos pelos trabalhadores mais pobres. De acordo com Milton Santos, “(...) a organização espacial em nível local se divide entre os circuitos inferior e superior. Portanto, é nesse nível que tem lugar a dialética entre os dois circuitos, embora as decisões macro-espaciais também afetem o circuito inferior” (Santos, 2007:172).

O lugar possui fundamental importância na configuração deste processo. Ao mesmo tempo em que acolhe os vetores do modelo hegemônico de planejamento e uso do espaço, que lhe impõe uma nova ordem, o lugar é palco para a produção de resistências de grupos marginalizados que buscam sua sobrevivência no cotidiano.

Desta forma, uma análise econômica aprofundada sobre as desigualdades sociais e espaciais deve levar em consideração as dinâmicas, interações e resistências afirmadas no confronto entre estes dois circuitos. Comumente, apenas o circuito superior é apontado como vetor de desenvolvimento para o conjunto das cidades, no entanto, a economia dos setores populares é parte estratégica da organização urbana em diferentes estágios do capitalismo e, muitas vezes, resulta do próprio processo de modernização tecnológica.

O apoio aos grupos de economia solidária também busca o estabelecimento e a potencialização de redes entre os empreendimentos. Nesse aspecto, cabe uma diferenciação entre as redes desencadeadas pelo capital empresarial e as redes sociais e produtivas, as quais se tem como perspectiva fomentar. Esta distinção apoia-se em estudos como o de Ana Clara Ribeiro (1999), onde a autora analisa os diferenciais e os usos atuais associados à noção de rede, demonstrando seu deslocamento da abordagem clássica, direcionada à compreensão de relações sociais profundas, para sua transformação em uma forma de mediação entre condições materiais e a ação social; e como referência a processos e estruturas de comunicação e informação associadas às novas tecnologias. A partir desta distinção, podemos compreender a noção de rede sendo empregada como referência a dois subsistemas, que interagem e interferem na configuração do tecido social.

Foram selecionados e visitados alguns projetos apoiados com o foco de atuação no processo de incubação voltado para a criação de redes e circuitos de produção populares, nos segmentos de turismo, reciclagem de resíduos sólidos, confecções e padarias comunitárias.

## Turismo

Um dos projetos visitados sob este enfoque é executado pela Incubadora Social de Comunidades do Instituto Gênesis, ligada à PUC/RJ com o propósito de desenvolver a cadeia produtiva do turismo, através do fomento ao “empreendedorismo” entre os moradores de quatro comunidades de baixa renda, através da identificação de produtos e serviços.

Foram visitados três empreendimentos localizados em Vila Canoas, comunidade próxima à Universidade. A Incubadora não trabalha com a perspectiva da criação de grupos, a metodologia é voltada para o trabalho com empreendedores. Nesse sentido, suas ações não se vinculam, como na maior parte das iniciativas apoiadas, aos referenciais do movimento de economia solidária.

Os critérios para incubar uma determinada iniciativa são: a qualidade e viabilidade do produto e/ou serviço e a “incorporação de características empreendedoras” pelos beneficiários. Os empreendimentos visitados, nas

áreas de artesanato em tecidos e jornal e hospedagem comunitária, inserem-se dentro de uma estratégia para fomentar uma cadeia produtiva ligada ao turismo. De fato, a atividade vem assumindo destaque no local, atraindo um público interessado em uma hospedagem de custo mais baixo e em conhecer o dia-a-dia de uma comunidade<sup>11</sup> na cidade do Rio de Janeiro.

A Incubadora identifica os empreendedores a serem apoiados, especialmente, em função do diferencial em relação à qualidade e o potencial dos produtos e serviços oferecidos, agregando valor às atividades através de cursos técnicos e de gestão. O foco na viabilidade do produto, ou serviço a ser desenvolvido, faz com que a Incubadora mobilize uma quantidade muito baixa de pessoas (42 beneficiários nas cinco comunidades em que atua), muitas vezes, trabalhando com empreendimentos individuais. Esta orientação contrasta com as metodologias adotadas pela maioria das Incubadoras apoiadas, direcionadas à formação de associações e cooperativas.

No entanto, cabe destacar que a Incubadora alcança resultados satisfatórios nas estratégias de apoio aos micro-empresendimentos familiares, inseridos no que alguns autores denominam de economia do trabalho ou familiar (Corragio, 2003).

## Reciclagem de Resíduos Sólidos

Apresentando um enfoque em redes e segmentos produtivos, assume destaque um conjunto de projetos voltados para a organização dos catadores de resíduos sólidos. Esta tendência já havia sido identificada na avaliação do Proninc e tem como principal justificativa os impactos gerados pelo fechamento dos lixões e sua transformação em aterros sanitários.

A questão do tratamento dos resíduos sólidos constitui-se em um dos principais desafios para a gestão dos centros urbanos, especialmente nas regiões metropolitanas. Por *resíduos sólidos* podemos compreender todos os resíduos gerados nos limites urbanos por domicílios, empresas, instalações

---

11 Embora seja divulgada como uma experiência de hospedagem em favela, integrada ao circuito Favela Tour, Vila Canoas destoa bastante das áreas favelizadas da cidade do Rio de Janeiro. A comunidade não tem tráfico de drogas e conta com um percentual relativamente elevado de moradores com nível superior.

públicas, etc. Um sistema integrado de gestão de resíduos sólidos deve contemplar todas as fases do ciclo que percorrem esses resíduos, incluindo a sua geração, coleta, aterramento ou reutilização / reciclagem. Trata-se, portanto, de um sistema complexo, no qual interagem, sob diversas formas, agentes públicos, privados e sociais.

Um primeiro aspecto a ser considerado refere-se à forma de depósitos dos resíduos sólidos. A forma utilizada pela maioria dos municípios brasileiros é o depósito em *lixões*, que são locais onde os resíduos se acumulam a céu aberto, sem nenhum tipo de tratamento, tornando-se um importante foco de geração de problemas sanitários e ambientais. A substituição dos lixões por aterros sanitários, conforme previsto em lei, esbarra, entre outros fatores, no alto custo de construção dos mesmos. Além disso, como os aterros têm um tempo limitado de vida útil, esse investimento tem de ser renovado periodicamente.

Além dos aspectos sanitários e ambientais, a questão da gestão dos resíduos sólidos possui um forte componente social relacionado com a existência em quase todos os centros urbanos do país de um expressivo contingente de catadores. Na sua maioria, esses catadores atuam de forma autônoma, porém uma parcela crescente deles vem se organizando em associações e cooperativas. Em geral, as atividades limitam-se à coleta e triagem do material reciclável, podendo incluir, em alguns casos, um pré-beneficiamento desse material.

Dos dez projetos visitados pela pesquisa, três (UNEB, PANGEA e UFAM) desenvolviam atividades para a organização de redes e outras formas de cooperação produtiva entre grupos de catadores.

A ITCP-UNEB, em parceria com a prefeitura municipal de Camaçari, desenvolve a incubação de uma cooperativa composta por um grupo de catadores do lixão desativado do município. A idéia é integrar a cooperativa ao Programa Estadual de Reciclagem da Bahia, voltado para o apoio à criação de um complexo de reciclagem na região metropolitana de Salvador, envolvendo 14 grupos organizados de catadores.

Outro projeto visitado com enfoque na criação de redes, especialmente envolvendo o segmento de reciclagem e coleta seletiva, é executado pela ONG Pangea. Inicialmente, o projeto tinha como objetivo a criação de uma

rede envolvendo todos os empreendimentos apoiados pela instituição. A idéia da rede foi percebida como um espaço de intercâmbio das experiências e planejamento de atividades, mas o fato dos grupos pertencerem a segmentos econômicos diferentes e localizarem-se em bairros e municípios distintos, fez com que os empreendimentos buscassem outras formas de intercooperação. Com os grupos de catadores, o Pangea articulou a criação da Rede Cata Bahia, com o apoio da Petrobrás, que incentiva a formação de cooperativas de catadores em 10 municípios, a partir da experiência da CAEC (Cooperativa de Catadores – Agentes Ecológicos de Canabrava) incubada pela entidade.

Em geral, os grupos apoiados pelo Pangea dispõem de satisfatória rede de parcerias, infra-estrutura e equipamentos para o desenvolvimento de suas atividades, contanto com a presença de um técnico da entidade em caráter permanente. Embora o projeto venha apresentando resultados positivos na geração de renda e a assessoria dos técnicos do Pangea se reflita na aquisição de maquinários e infra-estrutura para os grupos, notou-se, quando da realização da visita, pouca autonomia dos grupos na administração dos empreendimentos.

A experiência de incubação e apoio a diferentes formas de cooperação entre grupos de catadores desenvolvidos pela UFAM (Universidade Federal do Amazonas), em Manaus, apresenta elementos inovadoras na organização do cotidiano de trabalho desses trabalhadores, a partir da necessidade de fechamento dos lixões. A ITCP-UFAM realizou um amplo levantamento da realidade socioeconômica dos catadores, a partir de seus espaços de trabalho nas ruas da cidade. O projeto demonstra aspectos positivos na criação de vínculos e redes sociais entre catadores inseridos em territórios diferenciados, manifestados em seus percursos de catação. A metodologia, desenvolvida pela equipe da Universidade, permitiu a organização desses grupos em associações, a partir do levantamento das rotas de comercialização dos produtos recicláveis. A organização dos catadores permitiu o aumento dos valores negociados para compra dos materiais, fruto do aumento do volume dos resíduos a ser comercializado.

No seminário realizado nos dias 10 e 11 de abril em Salvador algumas experiências apresentadas anteriormente, ligadas ao circuito produtivo da reciclagem de resíduos sólidos, foram debatidas, com a participação de repre-

sentantes das cooperativas e projetos apoiados através da RTS. A necessidade de articulação das associações e cooperativas de catadores em redes ou complexos cooperativos foi bastante enfatizada, tendo em vista a constatação de que o segmento exige uma escala de produção bastante superior ao que, normalmente, pode ser comercializado pelos grupos isoladamente.

## Confecção

Outra experiência relevante envolvendo a construção de redes é apresentada pelo projeto Rede Industrial de Confecção Solidária (RICS), executado pela Oscip Guayí em Porto Alegre. A Rede foi criada em 2005, a partir de um convênio entre a Guayí e o Grupo Hospitalar Conceição (GHC), que por uma decisão política, decidiu incentivar os empreendimentos solidários. O grupo hospitalar fornece o tecido e os moldes para os cinco grupos integrados ao projeto, além disso, o próprio hospital ofereceu os cursos técnicos necessários à confecção dos uniformes.

A RICS integra a Associação de Empreendimentos Solidários em Rede do RS – a EMREDE. A Associação é formada por empreendimentos solidários e ONGs, configurando-se como uma rede que abriga diversos núcleos produtivos, entre os quais a RICS, coordenada pela Guayí. A EMREDE é co-executora do projeto e o contrato formal para fornecimento de uniformes para o GHC é feito através dessa associação.

Atualmente a RICS é composta por cinco empreendimentos, que atendem a uma média de 50 trabalhadoras (todos os grupos são constituídos exclusivamente por mulheres). O contrato com o hospital garante uma estabilidade e regularidade na remuneração dos grupos, mas atualmente a equipe do projeto, em diálogo com os empreendimentos, vem buscando formas de diversificar a produção, induzindo a confecção de novos produtos, atendendo à expectativa de elevação dos ganhos e ampliação de trabalhadoras nos espaços produtivos.

A experiência de constituição da RICS revela algumas inovações organizativas importantes no segmento de confecções, um dos mais expressivos da realidade dos grupos de economia solidária localizados em regiões metropolitanas. A RICS desenvolveu procedimentos de controle da produção, logística e formas de comunicação entre grupos de mulheres localiza-

dos em diversas localidades, incluindo um núcleo de produção no interior de um presídio feminino em Porto Alegre.

A RICS possui um comitê gestor, integrado por um representante de cada núcleo produtivo, responsável pelas decisões relativas a assuntos de logística e planejamento da Rede. Cada grupo tem sua gestão interna, contabilidade e regulamentos próprios. A comunicação entre os empreendimentos foi possibilitada através da aquisição de computadores, por meio de um convênio com a Caixa Econômica. O Projeto garantiu, ainda, a realização de cursos de informática e um contrato com uma companhia de telefonia, através do qual os grupos falam entre si por valores bastante abaixo das tarifas convencionais.

## Padarias Comunitárias

Foi visitado, ainda, o projeto desenvolvido pelo CEPAT (Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores), em Curitiba, tendo como objetivo a formação de uma rede de padarias comunitárias. O projeto é desenvolvido em parceria com o CEFURIA (Centro de Formação Urbano-Rural Irmã Araújo), uma organização surgida na década de 1980, num contexto de redemocratização do país, com o objetivo de prestar assessoria a movimentos sociais e populares. O CEFURIA presta assessoria a uma rede, formalizada juridicamente como uma associação, envolvendo 21 padarias comunitárias localizadas nas periferias da Região Metropolitana de Curitiba.

A Associação das Padarias Comunitárias é administrada por um conselho gestor, integrado por representantes dos grupos. As padarias são constituídas, fundamentalmente, por mulheres que além da geração de renda, vivenciam conteúdos de formação cidadã e atuam segundo a perspectiva da segurança alimentar e nutricional. Nesse sentido, o projeto busca a melhoria da situação alimentar dos trabalhadores e a geração de renda.

## 4.4. Formação e sustentabilidade de Incubadoras Universitárias

Parte dos projetos executados tem o foco de intervenção na criação e difusão das Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares, como iniciativas estratégicas ao desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas de fomento à economia solidária. A compreensão do papel estratégico das universidades nesse processo, derivada da experiência do Proninc, também foi reconhecida pelo Edital, que possuía como uma de suas linhas de financiamento o apoio à criação de novas Incubadoras Universitárias. Esta vertente foi considerada, tendo por premissa o apoio de Incubadoras mais antigas na transferência dos procedimentos de incubação para iniciativas em construção.

Com esse enfoque, foi realizada a visita de acompanhamento ao projeto desenvolvimento pela UFAC (Universidade Federal do Acre), que compreende procedimentos voltados para a estruturação e consolidação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade. O projeto é executado com o apoio da Universidade Federal do Pará (UFPA), responsável pela formação do quadro técnico da Incubadora. Neste caso, a orientação de professores, técnicos e estagiários aconteceu simultaneamente à incubação dos grupos.

As concepções sobre os impactos das Incubadoras nas universidades, sob o aspecto da indução de reformas nos modelos de organização e produção de conhecimento, foram amplamente debatidas no último seminário realizado Belém. O encontro contou com a participação de professores vinculados aos projetos executados pela UNEMAT, UFAC e com a exposição de pesquisadores que atuaram na elaboração de diretrizes para a transferência dos procedimentos de criação de Incubadoras para outras universidades.

A síntese dessas exposições e percepções, sobre o estágio de desenvolvimento, significado e impactos desse eixo de atuação dos projetos, demonstra que a atuação das universidades extrapola os objetivos de acompanhamento a grupos visando à inclusão produtiva. Assim, os resultados alcançados pelas Incubadoras Universitárias não podem ser

mensurados apenas através dos impactos percebidos pelos seus beneficiários diretos. As visitas e seminários promovidos apontam elementos fundamentais para a reflexão sobre o papel estratégico que as universidades exercem na estruturação de um modelo de desenvolvimento centrado nos princípios da economia solidária.

Do ponto de vista da dimensão formativa, que caracteriza os procedimentos de incubação, as universidades desempenham um papel singular relacionado à constituição de um campo disciplinar específico que articule as várias áreas que possam vir a configurar um eixo temático em torno da economia solidária no espaço acadêmico. Neste aspecto, as experiências de assessoria aos grupos têm influenciado um conjunto de reflexões sobre o tema, dando origem a artigos, teses, monografias e à criação de núcleos de pesquisa, disciplinas e cursos de pós-graduação em diversas universidades do país.

# 5

## Resultados alcançados junto aos grupos incubados

A execução do *Projeto de Acompanhamento* envolveu a visita a uma amostra de 30 grupos incubados. A seguir, apresentamos os principais resultados dos procedimentos de formação e assessorias prestados pelas Incubadoras aos empreendimentos apoiados, além do perfil de seus participantes.

As atividades de incubação envolvem formações em cooperativismo e economia solidária; cursos técnicos relativos às atividades produtivas dos grupos; assessorias em aspectos jurídicos, de gestão e contabilidade; elaboração de projetos para financiamentos e compra de equipamentos; apoio à comercialização e à construção de redes e circuitos produtivos.

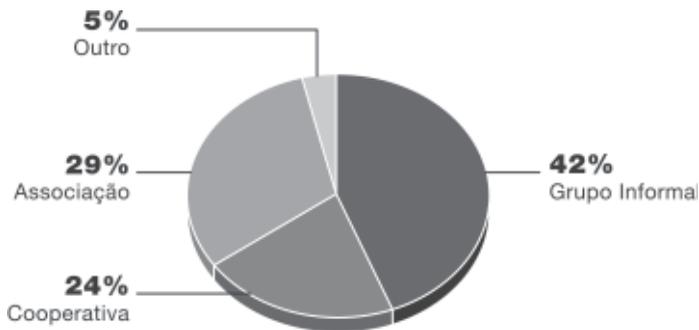
Os referenciais da autogestão e da educação popular, tal como abordada por Paulo Freire, constituem referencial estratégico para a afirmação da incubação enquanto tecnologia social, comprometida com a redução de desigualdades sociais, através da autonomia e da organização dos trabalhadores da economia solidária.

### 5.1. Caracterização dos empreendimentos

A maioria dos grupos visitados encontrava-se instituída sob a forma de associações ou cooperativas de produtores. Ainda assim, o percentual de grupos informais é bastante elevado em razão da inexistência de um marco regulatório que atenda às necessidades dos grupos produtivos do segmento popular.

## GRÁFICO 2

### Forma de constituição dos grupos visitados



Nos grupos visitados, é expressiva a relação entre o grau de formalização dos empreendimentos e a existência de legislações e políticas públicas de fomento a determinados segmentos produtivos. Dentre os grupos formalizados como cooperativas, existe uma forte presença dos empreendimentos de reciclagem/coleta seletiva e da agricultura familiar<sup>12</sup>. Isto reflete um conjunto de políticas públicas de financiamento e incentivo, que resultam da organização desses setores em movimentos sociais como MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais de Recicláveis) e o MST (Movimento dos Sem-Terra), por exemplo.

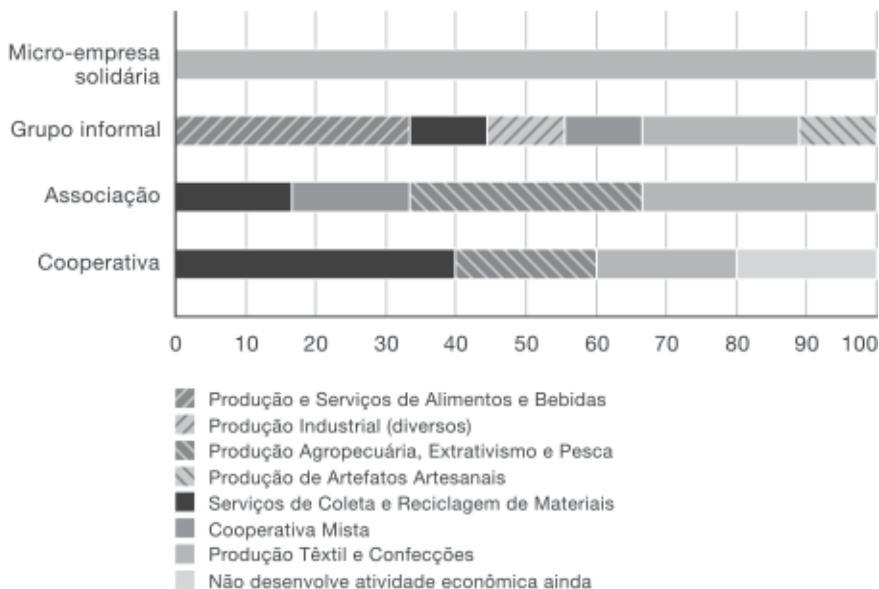
No segmento de *Coleta e Reciclagem de Materiais* é surpreendente a velocidade com que os trabalhadores dos lixões e aterros sanitários se afirmam na luta pela identidade de catador-reciclador. O acompanhamento dessa realidade revela o quanto é potente e extraordinário esse processo de afirmação e reconhecimento de um grupo – que na classificação social é visto como excluído – e se reconhece na sua potencia de conquistar direitos.

---

<sup>12</sup> A classificação dos empreendimentos por segmentos econômicos é baseada na nomenclatura adotada pelo SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária). O SIES é um sistema constituído por uma base nacional e por bases locais de informações que têm como objetivo proporcionar a visibilidade e a articulação da economia solidária, além de oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas. Essa iniciativa teve início em 2003, quando a SENAES e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, recém criados, assumiram conjuntamente a tarefa de realizar um mapeamento da economia solidária no Brasil.

**GRÁFICO 3**

**Forma de constituição jurídica dos empreendimentos segundo os segmentos econômicos envolvidos (%)**



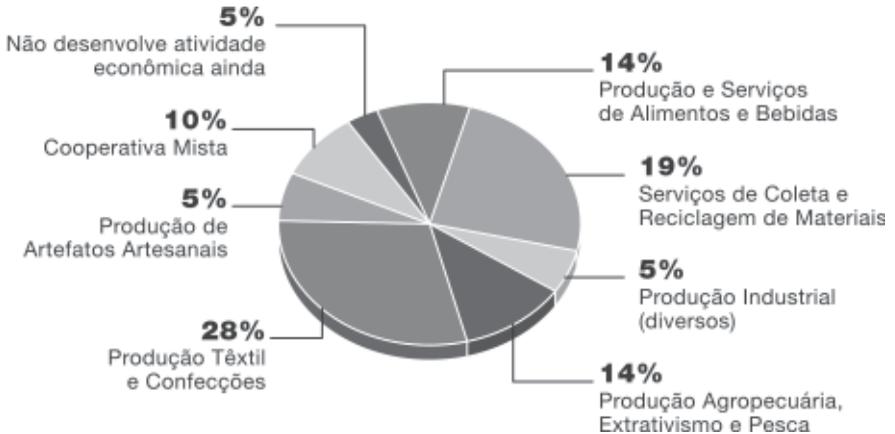
Os grupos visitados encontravam-se situados, em sua maioria, na área urbana, especialmente nas periferias de cidades médias e grandes, indicando os segmentos de *Produção Têxtil e Confecções*, *Serviços de Coleta e Reciclagem de Materiais* e *Serviços de Alimentos e Bebidas* como os mais expressivos na amostra pesquisada.

Os participantes dos empreendimentos, inseridos nesses segmentos, em geral, não apresentavam histórico de inserção formal no mercado de trabalho, sendo compostos majoritariamente por mulheres nos setores de *Produção Têxtil e Confecções* e *Serviços de Alimentos e Bebidas*, e por uma maioria de homens nos grupos ligados à *Coleta e Reciclagem de Materiais*. A busca pela organização em grupos produtivos tem origem nas atividades que já exerciam de forma individual e informal. O trabalho autônomo e informal nas grandes cidades eleva-se de forma significativa a partir do início da década de 1990, como consequência dos processos de reestruturação

econômica que influenciam a reorganização de relações de trabalho e de estruturas espaciais e urbanas. Observamos um aprofundamento do caráter concentrador e excludente do desenvolvimento brasileiro, decorrente de dinâmicas de deslocamento territorial de atividades produtivas, processos de desindustrialização e “*involução metropolitana*”<sup>13</sup>, aumento da violência e crescimento de áreas favelizadas.

Neste cenário, informações sobre a dinâmica sócio-produtiva nas periferias e áreas favelizadas das grandes cidades<sup>14</sup> indicam uma tendência crescente de esses locais acumularem funções de moradia e de geração de trabalho e renda, através de atividades autônomas e informais. Tradicionalmente ocupadas como opção de moradia para uma população inserida produtivamente fora desses espaços, as favelas reúnem, atualmente, uma infinidade de atividades econômicas caracterizadas por relações de proximidade e informalidade.

**GRÁFICO 4**  
Empreendimentos segundo os segmentos econômicos envolvidos



13 O termo *involução metropolitana* é utilizado por Milton Santos (1993) para caracterizar uma deteriorização geral das condições de vida e habitabilidade das duas metrópoles nacionais (Rio de Janeiro e São Paulo) e não a uma redução do tamanho destas.

14 Um exemplo dessa dinâmica na Cidade do Rio de Janeiro foi objeto da série de reportagens Favela S/A, publicada pelo Jornal O Globo, durante o mês de agosto de 2008.

O segmento de *Produção Têxtil e Confecções* é o mais expressivo dentre os grupos visitados por nossa pesquisa, e reflete o perfil feminino dos empreendimentos de economia solidária localizados nas periferias de cidades médias e grandes. É também o segmento onde encontramos a maior presença de associações e a totalidade de micro-empresas solidárias na amostra pesquisada.

Assim como as demais atividades produtivas desenvolvidas nos circuitos produtivos populares, de maneira autônoma e informal, os grupos visitados enfrentam dificuldades em relação à inadequação de um marco legal e de programas e políticas públicas de fomento às atividades que desenvolvem.

As reflexões e as experiências em curso no país trazem contribuições importantes no que refere às iniciativas de autogestão em fábricas recuperadas pelos trabalhadores e em cooperativas nas áreas rurais, especialmente as decorrentes de assentamentos da reforma agrária. Nesses casos, o acesso aos meios de produção aparece como um fator decisivo para o desenvolvimento de estratégias coletivas de produção.

Ao pensarmos nos trabalhadores da economia informal e popular, no contexto das periferias das grandes cidades, os desafios se complexificam. É necessário considerar o conjunto de características relativas a um dado território nas estratégias de organização desses trabalhadores. A dimensão espacial surge como um elemento fundamental na busca por alternativas de inserção produtiva, aliada a um conjunto mais amplo de direitos relativos à moradia, cultura e educação.

Em muitos casos, as Incubadoras vêm demonstrando resultados relevantes ao atuarem em conjunto com associações de moradores e organizações locais que, até a década de 1990, tinham o enfoque na ampliação da participação popular nas políticas públicas destinadas, principalmente, à melhoria da infra-estrutura nas favelas e bairros periféricos. O potencial associativo, desenvolvido por essas instituições, tem sido crescentemente mobilizado para a incorporação de estratégias de geração de trabalho e renda, através da criação de grupos produtivos. Um exemplo dessa dinâmica pôde ser observado em Porto Alegre, onde os núcleos produtivos ligados ao segmento de confecções encontram apoio e utilizam a infra-estrutura de

associações de moradores e centros comunitários surgidos e/ou fortalecidos no âmbito dos processos de participação popular promovidos no decorrer do Programa Orçamento Participativo, do governo municipal.

## 5.2. Perfil dos participantes dos empreendimentos

As diretrizes do Edital estabeleciam que 50% dos empreendimentos incubados deveriam obedecer a uma das seguintes características: grupo formado por, no mínimo, 80% de mulheres; grupo formado por, no mínimo, 80% de beneficiários do Programa Bolsa Família; grupo de catadores e outras atividades ligadas ao reaproveitamento e reciclagem de resíduos; grupo que desenvolva atividades econômicas relacionadas à produção de alimentos; grupo constituído por pessoas portadoras de deficiências.

As informações captadas durante a pesquisa demonstram haver uma distribuição equilibrada entre homens e mulheres, considerando o total de participantes nos empreendimentos visitados, com uma pequena maioria de homens. Na observação da distribuição dos sexos entre os segmentos econômicos, constata-se que a maioria masculina é encontrada nos empreendimentos da agricultura familiar, onde comumente os homens aparecem como os associados das organizações criadas nos assentamentos rurais; e também nos grupos ligados aos serviços de coleta e reciclagem de matérias (segmento priorizado no Edital).

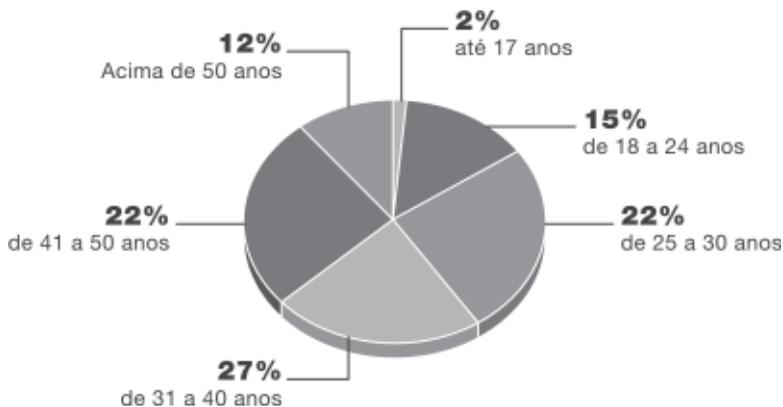
**GRÁFICO 5**  
Distribuição dos participantes



A maioria, ou totalidade de mulheres, é encontrada nos empreendimentos ligados aos setores de *Produção de Alimentos e Bebidas, Têxtil e Confecções*, que compõem o maior número de grupos visitados e de iniciativas que integram os processos de incubação. No entanto, são segmentos que comportam um número menor de pessoas (em média 8 participantes por empreendimento), o que justifica o percentual menor de mulheres no total da amostra.

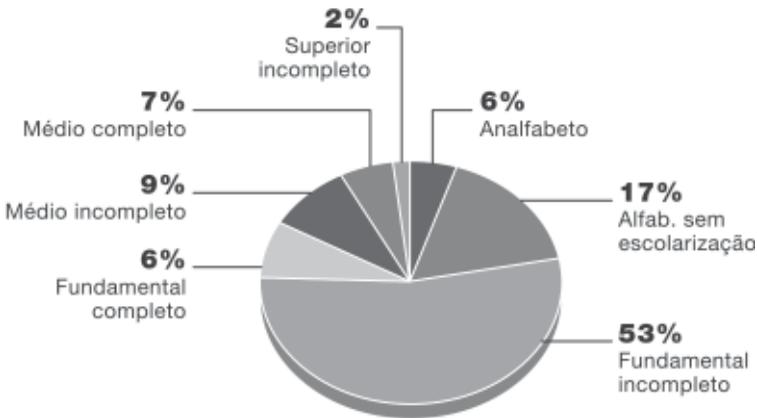
Em relação à faixa etária e escolaridade, em geral, os participantes têm idade superior a 25 anos, havendo uma maior participação de membros na faixa entre 31 a 40 anos; e não chegaram a completar o ensino fundamental<sup>15</sup>. Este perfil reafirma a importância da Educação de Jovens e Adultos no apoio às estratégias de organização e inserção produtiva dos trabalhadores da economia solidária, conforme mencionado no capítulo 2.

**GRÁFICO 6**  
Faixa etária dos participantes dos empreendimentos



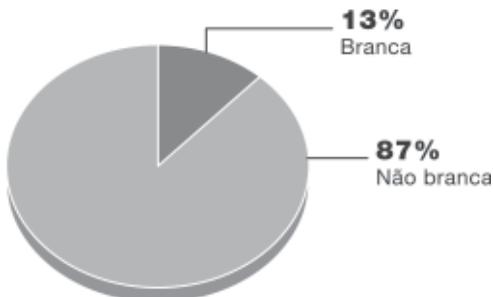
---

15 Esse contingente de trabalhadores insere-se nos mais de 65 milhões de brasileiros acima de 15 anos sem escolarização formal ou que tiveram acesso parcial aos sistemas de ensino, sem concluir o ensino fundamental (Soares, 2006).

**GRÁFICO 7****Grau de escolaridade dos participantes dos empreendimentos**

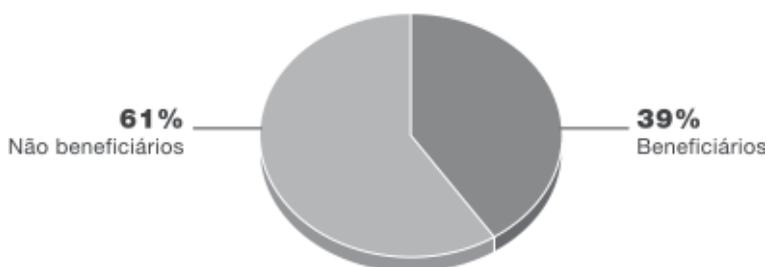
Outro dado que merece destaque é a super-representação de população não-branca, que chega a 87% dos participantes nos empreendimentos visitados, informação que demonstra a relevância de se conjugar as ações de incubação e apoio aos grupos de economia solidária com políticas públicas e projetos de ação afirmativa.

A economia solidária, ao atuar junto aos segmentos dos trabalhadores das classes populares, lida com vários aspectos que marcam as relações de desigualdade e lutas por reconhecimento, como as questões relativas a gênero e cor/etnia.

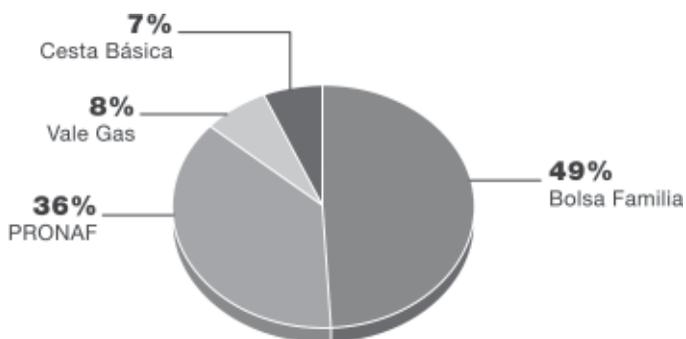
**GRÁFICO 8****Cor/etnia dos participantes dos empreendimentos**

O Edital também dava prioridade à construção de empreendimentos coletivos como forma de inclusão produtiva para beneficiários do Programa Bolsa Família, do Governo Federal. Sendo assim, a pesquisa levantou informações sobre a existência destes beneficiários nos empreendimentos apoiados, constatando que 39% do total de participantes recebiam auxílio de programas sociais redistributivos. Destes, 49% era formada por beneficiários do Programa Bolsa Família.

**GRÁFICO 9**  
**Presença de beneficiários de programas sociais**



**GRÁFICO 10**  
**Principais programas sociais**



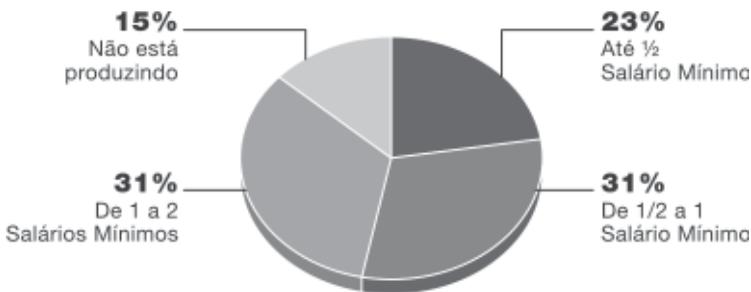
## 5.3. Aspectos financeiros

A maioria dos grupos visitados destacou a melhoria da renda e das condições de trabalho após a constituição do empreendimento e a integração ao processo de incubação. Foram indicados como pontos positivos: o acesso à infra-estrutura e maquinários; a abertura de canais de comercialização; o aumento da capacidade de gestão e a agregação de valor aos produtos; e a elevação da capacidade produtiva.

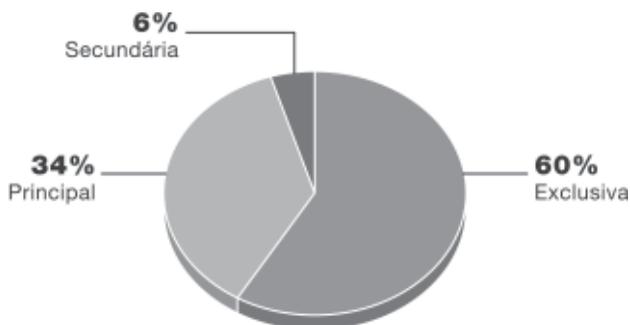
Considerando os empreendimentos que fazem retiradas, a maioria remunera seus participantes nas faixas entre  $\frac{1}{2}$  a 1 salário mínimo (31%) e entre 1 a 2 salários mínimos (31%). Esta remuneração revela-se superior a encontrada entre a maioria dos empreendimentos de economia identificados através dos últimos dados levantados pelo SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária). De acordo com o SIES (MTE, 2008), a maioria dos empreendimentos mapeados apresentava retiradas na faixa de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo.

Estes dados reafirmam a importância de ações de formação e assessorias, como as desenvolvidas pelas Incubadoras, aos grupos de economia solidária.

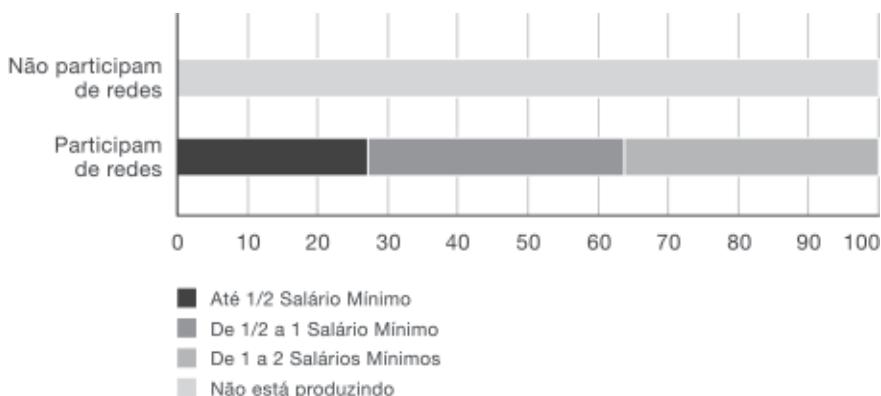
**GRÁFICO 11**  
Faixas de renda nos empreendimentos



A ocupação no empreendimento representa a atividade exclusiva, ou principal, para a maioria dos seus participantes, indicando que o retorno financeiro e as condições de trabalho no grupo são mais compensadoras do que as formas precarizadas e/ou individualizadas de inserção produtiva que vinham desenvolvendo.

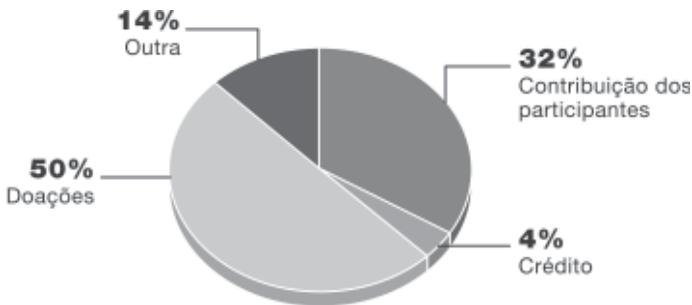
**GRÁFICO 12****Dedicação dos participantes aos empreendimentos**

Outro aspecto relevante, relacionado à viabilidade financeira dos grupos visitados, refere-se à participação em redes de empreendimentos, ligadas a determinados circuitos produtivos. O levantamento demonstrou que a totalidade dos empreendimentos que fazem retiradas afirmou estar inserida em alguma rede de produção e/ou comercialização. Desta forma, reafirma-se a importância deste enfoque, presente em grande parte dos projetos apoiados, relativo ao desenvolvimento de metodologias e ações voltadas para a organização de redes e circuitos produtivos com grupos de economia solidária.

**GRÁFICO 13****Participação dos empreendimentos em redes por faixas de retiradas**

O acesso aos recursos iniciais para constituir o empreendimento surge como um dos principais entraves à viabilidade dos grupos de economia solidária. A pesquisa revelou que 50% dos grupos contou com doações para adquirir os recursos mínimos para iniciar a atividade. Dentre os doadores, destacam-se iniciativas governamentais, através de programas e projetos de incentivo à geração de trabalho e renda; financiamentos de agências públicas e de organizações sociais.

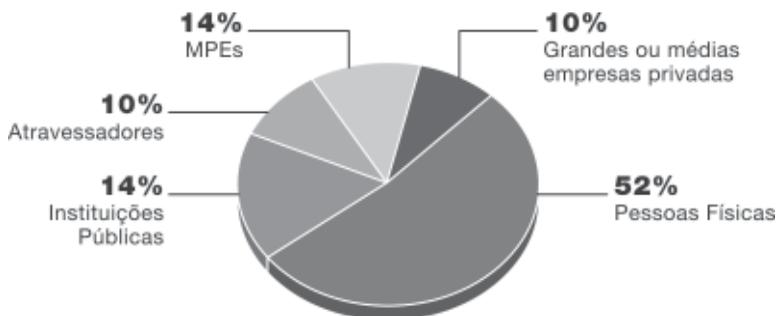
**GRÁFICO 14**  
Origem dos recursos para iniciar o empreendimento



A maioria dos grupos visitados apontou dificuldades em relação à comercialização dos produtos e serviços, relacionando a presença de atravessadores e a capacidade limitada de compra dos mercados circunvizinhos aos empreendimentos, como os principais entraves. A necessidade de diversificar os canais de comercialização e de estabelecer contratos regulares para o escoamento dos produtos e a prestação dos serviços surgem como os principais entraves ao aumento da renda e às possibilidades de incorporar mais membros aos grupos. A instabilidade nas vendas também se configura como um dos principais obstáculos à formalização dos empreendimentos.

Uma forma de viabilizar os empreendimentos de economia solidária, sob uma perspectiva redistributiva dos fundos públicos, seria através da criação de instrumentos legais que facilitassem a venda de produtos e serviços de cooperativas populares para instituições governamentais. No entanto, os resultados da pesquisa evidenciam que apenas 14% dos

empreendimentos visitados têm como compradores de seus produtos e serviços instituições públicas, beneficiando-se, sobretudo, dos programas de economia solidária existentes em alguns estados e municípios.

**GRÁFICO 15****Principais consumidores dos produtos e serviços dos empreendimentos**

## 5.4. Metodologias de incubação, redes e circuitos produtivos

As assessorias, formações e acompanhamentos, desenvolvidos pelas Incubadoras, apoiam-se em uma estratégia político-pedagógica emancipadora, que lida com os cenários de urgência presentes nas lutas das multidões precarizadas e desempregadas; e com a formulação de métodos capazes de promover avanços em matéria de protagonismo social, político e produtivo desses segmentos. São estruturas que executam projetos e ações de organização de grupos, partindo da premissa básica do direito a se instituírem como produtoras e produtores de riqueza, considerando seus saberes e necessidades; e interagindo com as disponibilidades de acesso educacional, cultural e técnico, voltadas para a geração de trabalho e renda.

As metodologias de incubação de empreendimentos solidários colocam em evidência a centralidade das tecnologias voltadas para a organização e gestão do trabalho associado. Esta é a principal assessoria/formação prestada pelas Incubadoras aos grupos apoiados, como pode ser observado no gráfico 16. Suas ações se orientam por uma percepção estratégica da organização dos trabalhadores em cooperativas populares. Não se trata de fomentar a cooperativa dos pobres, vinculada marginalmente à economia formal, mas a cooperativa popular inserida na dinâmica produtiva dos territórios. As reflexões sobre as tecnologias sociais, em suas relações com as formas de organização dos produtores, sugerem a incubação como um processo a ser deslançado através da institucionalização de políticas públicas de inclusão produtiva.

A importância contemporânea das redes sociais e produtivas constitui uma dimensão crescentemente valorizada pelas Incubadoras. O processo de incubação lida com a disputa entre as estratégias das redes e fluxos verticais das grandes corporações e as táticas organizadoras dos circuitos e redes sociais, técnicas e produtivas horizontais dos trabalhadores da economia solidária.

Os métodos, formações e assessorias prestadas aos empreendimentos buscam o fortalecimento do potencial de mobilização democrática e de cooperação produtiva entre os trabalhadores inseridos nos circuitos econômicos populares. Tem-se como perspectiva a construção de organizações produtivas, e o incentivo às formas de ação social tecnicamente capazes de garantir a socialização da riqueza e do conhecimento.

Esta premissa esbarra em uma questão de fundo presente na sociedade contemporânea, que é a concepção do corpo popular como um corpo ameaçador; como um corpo de uma antiestratégia; um corpo não produtivo e não gerador de valor.

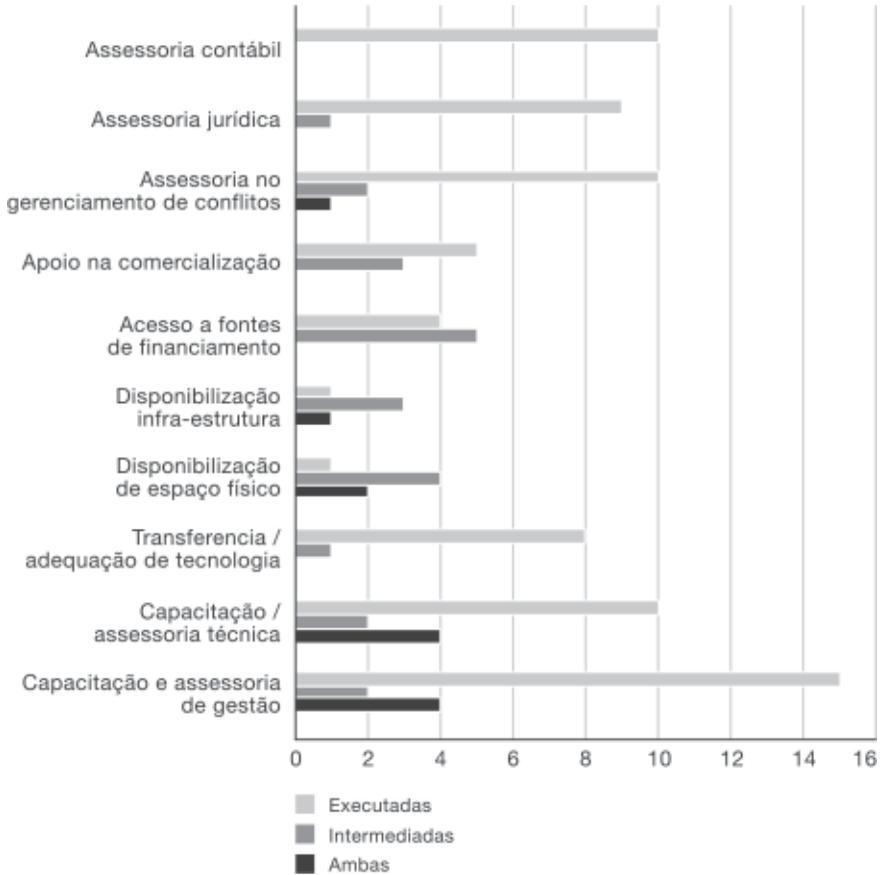
Na sua forma abstrata, o capitalismo pensa a funcionalidade da tecnologia, o caráter utilitário das ciências e o manejo instrumental das redes de organizações e empresas, definindo e legitimando seus conhecimentos práticos de organização, saberes e produtos. Para a construção da economia solidária e da organização autogestionária do trabalho, é preciso travar um embate estratégico no âmbito das práticas e dos saberes produtivos.

O que não pode ser respondido só por uma idéia intuitiva, sem uma estratégia de transformação e construção qualitativa de formas, competências e projetos sociais alternativos. Há uma complexidade de iniciativas atuais que promovem reconstruções, recriações e reapropriações de saberes na estruturação de uma alternativa de inserção produtiva baseada no trabalho associado.

As Incubadoras admitem repensar as cadeias produtivas a partir das dinâmicas de atuação dos trabalhadores nos circuitos populares horizontais, abrindo espaço para relacionarmos os problemas estratégicos de fundo do conflito social massivo, especialmente nos territórios urbanos, com os temas da tecnologia social e, em particular, com a questão da organização associativa e cooperativa do trabalho. Essa perspectiva evidencia uma questão-chave: como combinar a idéia ontológica da centralidade e do poder transformador do trabalho das classes populares nas periferias com uma mudança técnica e social, a partir da modificação dos padrões de organização dos circuitos econômicos e das políticas públicas? Como sabemos, na vida real o corpo das massas precarizadas e periféricas aparece como uma ameaça, não como força produtiva.

A estratégia de fomentar tecnologias de organização de redes sociais e produtivas, com base em circuitos populares – um dos principais enfoques das metodologias de incubação – baseia-se numa perspectiva mais ampla de descentralização da riqueza. É uma estratégia de redesenho distributivo, que combina densidade e qualidade do trabalho, com acesso à informação e ao conhecimento. Ela supõe repensar o modo de produção e reprodução social, na sua relação com o conhecimento.

**GRÁFICO 16**  
**Atividades executadas e/ou intermediadas**  
**pelas Incubadoras**



# 6

## Território, trabalho associado e autogestão

A realização do *Projeto de Acompanhamento da Rede de Tecnologia Social* motivou a aproximação de sua equipe executora ao *Laboratório da Conjuntura Social: Tecnologia e Território (LASTRO)*, cadastrado como grupo de pesquisa no CNPq, vinculado ao IPPUR/UFRJ. O Laboratório realiza investigações sobre formas de apropriação do espaço, leituras e oportunidades a partir dos territórios. As atividades junto aos pesquisadores do LASTRO contribuíram na definição de eixos, referenciais teóricos e analíticos para a compreensão dos impactos e ações executadas pelos projetos avaliados. A seguir, apresentamos algumas reflexões sobre categorias analíticas e dinâmicas socioespaciais como contribuição às leituras e interpretações do campo de atuação das Incubadoras apoiadas pelo Edital.

### 6.1. Apropriação do espaço e trabalho associado

O crescimento do trabalho informal e autônomo, sobretudo, nas periferias das regiões metropolitanas do país, vem suscitando uma série de estudos acerca da nova centralidade assumida pela categoria trabalho e sobre abordagens que sinalizam para o potencial de construção de estratégias de cooperação produtiva, através do desenvolvimento do cooperativismo popular, partindo de formações sociais espacialmente determinadas.

Nesse estudo, resgatamos a importância da Crítica da Economia Política, aliada às análises da *Teoria Crítica da Tecnologia*, na formulação de uma via

de transição produtiva, baseada na autogestão. Às duas dimensões mencionadas, cabe uma terceira: relativa a uma teoria crítica sobre o espaço.

A dimensão do espaço, em seus vínculos com a centralidade do trabalho e da ação social, compreende um aspecto fundamental à visualização e proposição de dinâmicas sociais e produtivas, especialmente através de sua abordagem como território.

Nas iniciativas de planejamento e execução de políticas públicas têm sido recorrente a referência ao estabelecimento de territórios, como recortes espaciais para suas implementações. Nesse aspecto, compreendemos que a dimensão territorial deve ser reconhecida a partir de sua afirmação como demanda dos sujeitos organizados nesses espaços.

Desta forma, necessita a percepção do espaço enquanto território usado, tal como define Milton Santos (2001): *“... o território, em si mesmo, não constitui uma categoria das ciências sociais, isto é, como questão histórica. A categoria de análise é o território utilizado. A partir desse ponto de vista, quando quisermos definir qualquer pedaço de território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política”* (Santos, 2001:247).

Em geral, os programas e políticas públicas de urbanização e geração de trabalho e renda partem de uma percepção altamente racionalizadora do espaço, no planejamento e execução de suas intervenções, sobretudo nas grandes cidades.

As metrópoles, atualmente, representam o *locus* da crescente interlocução entre ciência e técnica nos espaços sociais, que é analisada por Milton Santos (1994) através da constituição de um *meio técnico-científico e informacional*. Sua constituição se inicia após a Segunda Guerra Mundial, mas sua afirmação só acontece na década de 70.

Como resultado dessas transformações, presenciamos uma tendência à instalação de uma racionalidade sobre todas as esferas da vida, mas que convive com os espaços aliados da ação e resistências sociais que escapam a esta lógica. Esses são os espaços constituídos por relações de proximidade, interações baseadas em valores simbólicos comuns, onde a ação e a comunicação são determinantes para o estabelecimento de laços de sociabilidade. Conforme observa Milton Santos: *“Na cidade, hoje, a ‘naturalidade’ do*

*objeto técnico (...) crava no organismo urbano áreas 'luminosas', constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao resto da cidade onde vivem os pobres, nas zonas 'opacas'. Estes são os espaços do aproximativo e não (como as zonas luminosas) espaços da exatidão, são espaços inorgânicos, abertos e não espaços racionalizados e racionalizadores são espaços da lentidão e não da vertigem"* (Santos, 1994:83).

As visões racionalizadoras e totalizadoras sobre o espaço urbano são analisadas por Certeau (2000) como uma espécie de simulacro teórico, que pode levar ao desconhecimento e ao esquecimento das práticas sócio-espaciais. Constrói-se assim uma dupla cegueira, aquela dos governos e a dos praticantes que são afastados do acesso à compreensão da cidade em que vivem. De acordo com o autor: *"Os praticantes da cidade escrevem o texto urbano sem poder lê-lo... Numa cegueira que caracteriza as práticas organizadoras da cidade habitada"* (Certeau, op. cit.:171).

Desta forma, a cidade transumante e vivida é escondida por uma cidade planejada e visível em projetos e programas normatizadores do espaço urbano. Os movimentos e contradições que caracterizam as aglomerações urbanas são condensados no conceito de cidade. Enquanto unidade analítica, a cidade é tributária da racionalidade urbanística, que a compreende como um sujeito anônimo e universal adequado ao discurso técnico em diferentes contextos sociais. Desta perspectiva, a construção e a concepção do espaço rejeitam tudo aquilo que não é imediatamente tratável por meio de uma concepção científica e, sobretudo, modelar.

Na nossa percepção, as potencialidades do micro, daquilo que Lefèbvre (1991) denominou de vida cotidiana, na qual os fenômenos se materializam e são constituídos por práticas e modos de vida, necessitam ser plenamente considerados. Isto implica em investimentos em teoria e método, com o objetivo de que seja atribuída devida atenção à formação socioespacial das cidades, assim como à forma pela qual vem ocorrendo os impactos de sua transformação pela ação hegemônica.

Especialmente nas estratégias de trabalho encontradas pelos mais pobres nos espaços periféricos podemos encontrar elementos de sociabilidade e solidariedade, com potencial de transformação em formas emancipatórias de organização produtiva, a partir das assessorias e acesso aos meios de produção promovidos por iniciativas como as desenvolvidas pelas Incubadoras.

O processo tecnológico, que avança e transforma o espaço em um *meio técnico-científico e informacional*, impõe formas específicas de organização sócio-espaciais verticais, comandadas pelo capital hegemônico. Estas formas necessitam ser contrapostas através da potencialização de relações horizontais, que se constituem em elemento central de sociabilidade nos espaços periféricos, impulsionadoras de novas organizações sociais e produtivas.

## Marginalidade e dependência

O reconhecimento, fortalecimento e incentivo às condições de inserção produtiva dos segmentos populares, sob a perspectiva da construção de um modo de produção baseado no trabalho associado, também representa um posicionamento teórico-prático e político diferenciado para a compreensão da “questão social” brasileira.

Os trabalhadores que encontram alternativas de inserção produtiva através economia solidária, exerciam atividades de trabalho autônomas e informais. A existência desse contingente de trabalhadores, em geral, é compreendida sob a perspectiva de noções dualistas da sociedade, onde o trabalho assalariado e regulamentado é percebido como critério para inclusão/exclusão social.

A concepção de ampliação das relações de assalariamento como mecanismo de integração social encontra forte referência na *Teoria da Marginalidade*, em seus vínculos com a *Teoria da Dependência*<sup>16</sup>. No entanto, constata-se que o processo de industrialização e de institucionalização de

---

16 *Teoria da Dependência* é elaborada por Fernando H. Cardoso e Enzo Falletto após o golpe de 64, com o propósito de substituir a abordagem centro e periferia, formulada pela Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) nos anos 40. Com o objetivo de explicar as desigualdades entre países ricos e pobres, a perspectiva da Cepal desconsiderava a presença de centros internos de decisão nos países pobres, além de sustentar suas análises somente na esfera econômica. No entanto, ao realizarem a crítica a Cepal, os autores reproduzem o mesmo critério de periodização histórica cepalino (economia colonial/economia nacional, crescimento para fora, industrialização por substituição de importações e industrialização extensiva/industrialização intensiva). Neste critério de periodização podemos observar a idéia de que existem dicotomias, além da implícita noção de passagem de uma configuração social menos avançada para uma mais avançada, uma espécie de evolucionismo.

benefícios sociais por parte do Estado garantiu apenas a uma parcela da população certo grau de segurança social.

A partir das mudanças atuais na organização industrial e nas relações de trabalho, as leituras sobre o setor informal passaram a enfatizar, principalmente, os processos de desregulamentação do trabalho pelo Estado<sup>17</sup>.

As mudanças que têm ocorrido nas relações de assalariamento assinalam para o rompimento do compromisso social e das interações entre instituições econômicas, sociais e políticas que se configuram no momento da constituição e expansão do modelo industrial do pós-guerra. Sob o conceito de *modernização conservadora*, tal rompimento indica um processo de transformação responsável por maior fragmentação e desestruturação no mundo do trabalho.

No caso da América Latina marginalizada e urbana, ao rompimento das relações apontadas acima, se somam os segmentos urbanos que jamais haviam se inserido de forma regulamentada pelo Estado no circuito econômico. O trabalho informal e precarizado no Brasil não representam fenômenos recentes e formam parte da história da formação econômico-social da nossa sociedade.

O enfrentamento inadequado a essas questões fez com que, sobretudo, nas grandes cidades brasileiras, as camadas mais pobres, que não se inseriram de forma regulamentada no sistema econômico, estabelecessem táticas específicas de inserção produtivas no espaço urbano, que perpassam diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo.

A visualização de um processo de transição produtiva, a partir da reunião das atividades econômicas desenvolvidas de forma autônoma e informal pelos setores populares, deve considerar as especificidades dos espaços periféricos, em suas características de organização e reprodução sociais.

Os aspectos produtivos que marcam estas estruturas demonstram a importância das redes sociais, na configuração de territorialidades resultantes de interações que incessantemente refazem valores e atuam na formação de identidades articuladas aos lugares. Identidades que são, ao mesmo

---

17 Robert Castel (1998) utiliza o termo *desfiliaados* para se referir aos trabalhadores sem direitos reconhecidos e garantias previdenciárias do mundo atual.

tempo, sociais e espaciais e podem revelar-se por meio de ações e discursos, apreendidos no sentido que é atribuído por Hannah Arendt (1999). A autora nos mostra, que sem a revelação do agente no ato, a ação perde seu caráter específico e torna-se um feito como outro qualquer. Nesse sentido, “(...) ‘a ação’ passa a ser apenas um meio de atingir um fim, tal como a fabricação é um meio de produzir um objeto... Neste caso, as palavras nada revelam; a revelação advém exclusivamente do próprio feito, e este feito, como todos os outros não desvenda o ‘quem’, a identidade única e distinta do agente” (Arendt, 1999:193).

As diferentes táticas de inserção no espaço desenvolvidas pelos segmentos populares também podem ser compreendidas como expressão de “práticas de espaço”, assim como define Certeau: “Essas aventuras narradas, que ao mesmo tempo produzem geografias de ações e derivam para os lugares comuns de uma ordem, não constituem somente um suplemento aos enunciados pedestres e às retóricas caminhanças. Não se contentam em deslocá-los e transpô-los para o campo da linguagem. De fato organizam as caminhanças” (Certeau, 2000:200).

Desta forma, as redes sociais traduzem e revelam elementos relativos à identidade dos grupos, que interferem na organização de um determinado território, mas também são manifestações de uma concepção deste espaço, compreendido como experiência praticada, ou território utilizado, como propõe Milton Santos.

## Estado Penal e táticas de inserção urbana

As dinâmicas socioespaciais e produtivas descritas acima interagem e entram em conflito com programas e projetos desenvolvidos pelo Estado. As políticas públicas, na atualidade, voltadas para as periferias e favelas têm, fundamentalmente, se caracterizado pelo viés da segurança, através de medidas de controle e repressão direcionadas às populações mais pobres.

Esta tendência é estudada por Wacquant (2001) em diversos países, identificando o recuo do Estado frente às questões econômicas e sociais; e a configuração de um *Estado Penal*, em resposta aos debates contemporâneos de segurança. Na concepção do autor, a atual conjuntura revela

um Estado que assume, com cada vez mais veemência, funções repressoras, coordenando e criando órgãos e legislações específicas no combate à desordem. Neste cenário – assim como em outros momentos históricos – ocorre, com maior intensidade, a associação entre moradores de favelas, trabalhadores informais, marginais e foras da lei, o que mascara a estrutura de classes, cujas consequências são assumidas pelo Estado como problema de ordem pública. Neste contexto, “... desenvolver o Estado penal para responder às desordens suscitadas pela desregulamentação da economia, pela dessocialização do trabalho assalariado e pela pauperização relativa e absoluta de amplos contingentes do proletariado urbano, aumentando os meios, a amplitude e a intensidade da intervenção do aparelho policial e judiciário, equivale a (re)estabelecer uma verdadeira ‘ditadura’ sobre os pobres” (Wacquant, 2001:10).

As políticas de segurança, mencionadas acima, baseiam-se na noção de Tolerância Zero<sup>18</sup>, segundo a qual, pequenos delitos compreendem uma ponte para crimes maiores. Desta forma, é legitimada a punição desses “distúrbios” pelo Estado – através de uma exata e precisa visão de ordem – ao mesmo tempo em que é legitimada a sua ausência nas responsabilidades de origem social e econômica da insegurança, transferindo-as aos indivíduos.

No combate às táticas espaciais de sobrevivência das populações mais pobres estão presentes elementos que procuram demonstrar o fato destes segmentos não partilharem de uma identidade socialmente reconhecível. Características deste processo de estigmatização são apontadas em estudo realizado por Norbert Elias (2000), que procura identificar elementos constantes e estruturais que explicariam a natureza das fontes de poder em que se fundamentam os mecanismos de superioridade social de certos grupos em relação a outros. Estes grupos formariam as categorias dos *estabelecidos* e dos *outsiders*. Um dos elementos chaves da desigualdade (re) construída nas relações entre segmentos sociais se alimentaria da estigmatização dos *outsiders*. Estes são identificados pelos estabelecidos, por um conjunto de

---

18 A Operação Tolerância Zero foi introduzida na segurança pública de Nova York, pelo prefeito Giuliani e suas diretrizes vêm inspirando legislações em diversos países. A noção de Tolerância Zero consiste em reprimir pequenos atos infracionais, pois assim se estaria evitando, segundo a concepção de segurança que a orienta, a grande criminalidade.

características que o configura como uma massa anômica (em relação às normas do grupo superior); por outro lado, os *estabelecidos* possuem uma auto-imagem exemplar, nômica ou normativa.

A representação da desordem é constantemente explorada em operações, programas e políticas de segurança executadas por agentes do Estado no enfrentamento às formas de organização e ocupação de territórios pelas classes populares, nas favelas, periferias e espaços públicos. O recrudescimento da repressão policial tem como fundamento a construção de um consenso em torno da idéia central de que é necessário fortalecer as instituições e evitar a desordem. Como argumenta Wacquant (2001), esta forma de compreender a questão da segurança é baseada em argumentos assumidos em escala internacional.

À noção de ordem, soma-se a de tolerância, que necessita ser debatida e aprofundada, uma vez que vem sendo utilizada de forma instrumental e estratégica para definir o que deve e o que não deve ser tolerado. Seu acionamento está fortemente vinculado a uma relação de poder, pois quem se apresenta como tolerante, pode ser compreendido como intolerante também<sup>19</sup>.

Nas noções predominantes, a tolerância pode ser compreendida como uma prática de poder exercida por um agente que se auto-reconhece como ético ou moralmente correto. Isto implica no reconhecimento como justas as relações de poder que sustentam os seus papéis sociais e que constituem, ao final, os tolerantes e os tolerados. Cabe indagar se o que se faz necessário para garantir uma sociedade democrática é tolerância ou a rearticulação das relações de poder, no sentido da incorporação daqueles que resistem e diferem do modo de vida hegemônico.

Os segmentos sociais mais afetados pelo processo de desregulamentação da economia e de diminuição dos mecanismos de proteção social do Estado e, que buscam sua sobrevivência no cotidiano, vivenciam – na atual conjuntura – a crescente criminalização de suas táticas de inserção produtiva, especialmente nos espaços públicos. Sua permanência nestes espaços

---

19 Orientações relevantes para a reflexão, sob o ângulo das ciências sociais, da difusão da categoria tolerância, são apresentadas no estudo de Celi Regina Pinto (2000). Uma das contribuições fundamentais de sua abordagem consiste em apresentar as relações morais, éticas, religiosas e, principalmente, de poder que povoam a noção de tolerância.

requer inovações constantes das relações presenciadas e envolve o conflito com a repressão dos agentes do poder público.

Além das formas de coerção determinadas pelo Estado, as periferias e espaços populares são objeto de disputa e palco para a atuação de grupos paramilitares (milícias) e traficantes de drogas no varejo, que impõem regras de convívio e exploram atividades econômicas nesses espaços. Para Marcelo Lopes de Souza (2008), ao lado desses agentes, a segurança pública também é disputada com firmas particulares de vigilância formadas, muitas vezes, por policiais e ex-policiais, na configuração do que o autor denomina de militarização da questão urbana. De acordo com o autor: *“Em tais circunstâncias, certos ativismos sociais e suas organizações ficam em uma situação muito difícil: ao mesmo tempo em que disputam com o Estado o exercício do planejamento e da gestão do espaço da cidade, a começar pela escala local e seus ‘territórios dissidentes’(...) são obrigados a fazer malabarismos para resistir ao assédio daqueles agentes que disputam com o Estado o controle social efetivo em certos espaços (cobiçados enquanto pontos de apoio para negócios ilícitos e, adicionalmente, como espaços de obtenção de rendimentos por meio de extorsão)”*. (Souza, 2008:147)

## Estratégias, táticas e sociabilidade urbana

Esse confronto entre concepções, intervenções e práticas de usos dos espaços encontra na diferenciação entre estratégias e táticas, desenvolvidas por Certeau (2000), uma importante contribuição teórica e metodológica.

Na concepção do autor supracitado, a estratégia é compreendida como ações que, orientadas pelo exercício do poder, elaboram discursos e representações teóricas (sistemas e discursos totalizantes), nos quais as relações espaciais ocupam uma posição fundamental. Neste sentido, é possível admitir nessas *“estratégias um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio”* (Certeau, 2000:99). A estratégia consiste no cálculo e/ou na manipulação de forças articuladas pelo isolamento de um espaço tomado como sujeito. Este lugar, construído pelo agir dominante, é abordado como algo próprio e serve como base para gerir relações através de determinantes externos à situação

vivida. Este próprio, na compreensão do autor, marca a vitória do espaço, tornado absoluto, sobre o tempo, sendo ignoradas as relações temporalmente conduzidas.

A tática é definida, por Certeau (op cit), como uma ação calculada, que é determinada pela ausência de um próprio. “*A tática não tem por lugar senão o do outro... Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário*”. (Certeau, op cit: 102). Nas táticas, o fator tempo é de grande importância, especialmente para uma hábil utilização de frágeis e instáveis ocasiões favoráveis “*à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço...*” (Certeau, op cit:102).

No campo da estratégia, existe a possibilidade de circunscrever um lugar como próprio, que serve como base a uma gestão de relações que lhe são externas. No entanto, existe tensão entre as estratégias desenvolvidas pelas instituições e seus agentes – que visam impor uma paisagem – e as criações estabelecidas no âmbito das relações sociais vividas por aqueles que não detêm tal poder e que configuram suas táticas de inserção no espaço/construção alternativa do lugar.

A sociabilidade urbana nas periferias e favelas revela as táticas de sobrevivência dos pobres, negociadas no cotidiano e em constante conflito com os mais variados elementos relativos às desigualdades socioespaciais. É assim que estes segmentos criam uma economia e uma cultura territorializadas. Estas são expressões da escassez, mas também de formas específicas de criação e inovação, que revelam uma força – a riqueza e o movimento dos homens lentos, na percepção de Milton Santos (2000) – que constituem a organicidade dos seus territórios.

Enquanto formas sociais produtivas – baseadas em relações de proximidade e informalidade, que marcam uma presença histórica de grupos sociais no espaço urbano – os segmentos econômicos populares necessitam o apoio em programas e políticas públicas, na construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento econômico imposto à cidade.

## 6.2. Tecnologia social, economia solidária e modo de produção

A organização do trabalho popular em bases associativas requer esforços na direção de se perceber a criação de um novo modo de produção, caracterizado por relações sociais distintas, onde o desenho de tecnologias não pode apenas ter como horizonte o aumento da escala produtiva e os ganhos em termos de competitividade. É preciso que um sistema produtivo, que tenha como unidade a cooperativa popular e o trabalho associativo, assuma dimensões nacionais, com estruturas de crédito, formação, inovação (com a necessária formulação de tecnologias que correspondam aos valores e princípios que sustentam a economia solidária como construção social).

Esses aspectos, na atualidade, compreendem uma plataforma de mobilização democrática e produtiva, para atuar nas redes e nos territórios pela via da organização autônoma das produtoras e produtores, através da cooperação, da associação e da autogestão.

Para estabelecer as relações entre o conceito de tecnologia social e a categoria de trabalho associado, buscamos – seguindo uma perspectiva histórico-antropológica – identificar na fundação, formação e organização de instituições a principal tecnologia humana. O estímulo à constituição de estruturas de mediação social, através da ação individual e coletiva por meio de instituições, configura-se como a primeira capacidade criativa que impulsiona as formas históricas de organização societária.

Desta forma, a tecnologia pode ser percebida como modo de construir relações sociais regulares, reguladas, repetitivas ou institucionalizadas. Ou seja, como modo de reprodução social e construção de estruturas de mediação e objetivação temporal, sendo atravessada por uma segunda dimensão, relativa ao modo de produção.

O modo de produção, como categoria de análise social e histórica, possui a primazia para formular uma visão sobre o caráter social da tecnologia. Esta perspectiva justifica a construção de uma abordagem, ou defini-

ção da tecnologia social, como instrumento necessário para o projeto de luta pela economia solidária<sup>20</sup>.

A tecnologia social se articula com a formulação estratégica, em curso na contemporaneidade, de transição para um novo modo de produção, ligado ao contexto de emancipação do trabalho e redução de desigualdades<sup>21</sup>. Para a superação do modo de produção capitalista, de suas bases e condicionamentos técnicos (de apropriação dos meios de produção e dos produtos do trabalho), se torna estratégico o resgate da percepção do lugar da noção de força social produtiva. Esta se configura como um conceito que articula simultaneamente a dimensão material dos meios, comando e controle da atividade social no ambiente organizacional de apropriação, funcionamento e uso das capacidades do trabalho vivo. Para isso, afirma-se sobre uma rígida divisão social do trabalho.

As formas de propriedade em interação com as relações técnicas de produção, abrangendo condicionantes jurídicas, políticas e ideológicas, ampliam a complexidade social dos fatores e mediações que articulam o caráter sócio-técnico dos conceitos que definem o modo de produção: o de forças produtivas e o de relações de produção (Marx, 2004 [1933]). Ambas apresentam composição social e técnica retroativa e inseparável, estabelecidas no marco geral das formações de classe e dos seus modos históricos de estruturação.<sup>22</sup>

O sistema tecnológico se relaciona com a atividade direta do trabalho e com o regime de acumulação capitalista (formas primitiva, extensiva, intensiva e flexível de apropriação da mais-valia). Estas relações manifestam-se como transformações da natureza e construção de produtos, como

---

20 A relação entre divisão do trabalho, modo de produção, forma de propriedade, força produtiva, associativismo, comunidade e revolução é desenvolvida por MARX e ENGELS (2007).

21 Ao tratar da formulação de uma teoria sobre a construção social da tecnologia, devemos buscar sua flexão com as estratégias de superação das desigualdades, a democratização social e mesmo a transição para outro modo de produção, para o quê cabe a lúcida reflexão de FEENBERG (2002).

22 Para os conceitos de forças produtivas e relações de produção recomendamos a leitura de LABICA e BENSUSSAN (1999).

geração de valor e de excedente através das distintas formas históricas de fabricação de bens e serviços, por meio de um modo operacional-funcional-instrumental específico. Este é definido e condicionado pelo modo de produção dominante numa dada formação econômico-social.

Por isso, a esfera produtiva é onde o conflito de classe define o campo prático – operacional de atuação, dimensão da ação humana que interage com os processos de reprodução social e as mediações culturais e políticas. No âmbito da vida cotidiana, relaciona-se com os modos de organização social e a maneira de construir instituições.

O que é próprio da dinâmica de produção tecnológica é sua implementação e inovação voltadas para atender, principalmente, o regime de acumulação/produktividade/competição e extração de mais-valia, que articula as exigências de comando e controle do regime de produção e reprodução ampliada do capital (na interação social e histórica específica entre forças produtivas e relações de produção, mediada pela divisão social do trabalho).

O sistema produtivo, sua base técnica material e imaterial de produção e de controle social acabam tendo um impacto decisivo nas relações de poder e na apropriação do excedente, na constituição da posição e situação dos sujeitos. Desvendar as interações entre controle e materialidade na ossatura técnica-material, colocando em questão a divisão social e técnica do trabalho, é uma preocupação das formulações estratégicas da economia solidária.

A economia solidária, apoiada na noção de tecnologia social, coloca em pauta uma perspectiva de transição e transformação no paradigma produtivo. Esta abordagem apresenta uma agenda que tem por base as formas de organização do trabalho, adequadas a um modo de produção associado, que articule a autogestão e a cooperação como fundamentos de um novo metabolismo social e produtivo<sup>23</sup>.

---

23 A referência ao *modo de produção dos produtores associados*, que utilizamos aqui como modo de produção do trabalho associado, é encontrado no verbete sobre *associação cooperativa* em Bottomore (1988).

## 6.3. Autogestão, democracia e transição produtiva

A busca por integrar, teórica e praticamente, a construção de um projeto societário de novo-tipo – sob a perspectiva de organização das bases econômicas através do trabalho associado – orientou a pesquisa, desenvolvida por nossa equipe, sobre a metodologia de incubação como tecnologia social.

O trabalho associado, enquanto categoria de análise explicitada anteriormente, pôde ser apreendido nos diferentes formatos das organizações produtivas assessoradas pelas Incubadoras – cooperativas populares, redes e circuitos horizontais nos territórios. São formas sociais produtivas que se desenvolvem, sobretudo, a partir de uma forte vinculação às problemáticas expressas nas dimensões sócio-espaciais das periferias urbanas brasileiras.

A afirmação dos valores, princípios e práticas que configuram formas de autonomia e cooperação, representam diretrizes estratégicas para uma transição em direção a um novo modo de produção. Estas premissas são abordadas na idéia, desenvolvida por Bocayuva Cunha (2007), de mobilização democrática e produtiva das classes populares nos territórios das periferias, na visualização de seu potencial de disputa quanto aos padrões organizacionais e tecnológicos, tendo como referência seus contextos sociais e cotidianos.

A noção de autogestão, como veremos, pode impulsionar tanto a reflexão sobre o padrão de gestão e organização do trabalho, quanto às formas de democratização nas relações com as instituições econômicas, políticas e culturais. Desta forma, a autogestão pode ser compreendida como uma forma democrática de gestão de toda a economia, com base na propriedade social e/ou coletiva dos meios de produção, assim como é uma referência para mecanismos de participação igualitária nas tomadas de decisão (Bottomore, 1988:23).

No plano das esferas ordenadoras da vida social, a autogestão dialoga com a necessária radicalização da democracia, através do fortalecimento e reconhecimento de estruturas e práticas de mediação que facilitem a participação popular nos processos decisórios. As organizações populares

presentes e atuantes nos complexos favelizados no país (que em muitos casos alcançam população equivalente a de cidades médias brasileiras), por exemplo, representam espaços de diálogo indispensáveis à execução e elaboração de políticas públicas.

Esta hipótese é extensamente desenvolvida por Souza (2006 e 2008), ao discutir aspectos relativos ao desigual desenvolvimento socioespacial das metrópoles brasileiras responsáveis pela territorialização de atividades ilícitas, conflitos sociais e pelo sentimento de medo e insegurança que caracterizam o que o autor denomina como “Fobópole”<sup>24</sup>. A visualização de saídas para essa situação reside, para o autor, numa percepção crítica da atuação do Estado que incorpore as ações e demandas de organizações que se originam de movimentos sociais e populares em territórios da periferia urbana.

Na atuação das Incubadoras de Cooperativas Populares constatamos, em diversas localidades, o vínculo com organizações sociais que desempenham um papel pró-ativo em segmentos como educação, cultura, geração de renda e urbanização, sob um contexto de resistência e de proposição de alternativas, podendo configurar o que Souza (2008:49) compreende como *contraplanejamentos* ou *contraprojetos*. No protagonismo dessas organizações (qualificado como *insurgente*) é possível identificar, para o autor supracitado, uma modalidade específica de planejamento e gestão urbana críticos, radicalmente democrático e horizontal, que se afirma como autoplanejamento ou autogestão.

Como resposta ao isolamento e à escassez de investimentos por parte do Estado nas esferas educacional, cultural e econômica, as favelas e periferias das grandes cidades protagonizam o surgimento de organizações

---

24 Para Marcelo Lopes de Souza, “‘Fobópole’ é o resultado da combinação de dois elementos de composição, derivados das palavras gregas ‘phóbos’, que significa ‘medo’, e ‘pólis’, que significa ‘cidade’. Penso que a palavra condensa aquilo que tento qualificar como cidades nas quais o medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários da grande imprensa etc., o que se relaciona, complexamente, com vários fenômenos de tipo defensivo, preventivo ou repressor levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil – o que tem claras implicações em matéria de desenvolvimento urbano e democracia (*lato sensu*)”. (SOUZA, 2008:9).

e instituições que executam projetos e programas nessas áreas, muitas vezes, através de convênios com instituições públicas. As visitas aos projetos apoiados através da RTS, assim como o conhecimento e a colaboração dos autores dessa publicação com organizações que apresentam esse perfil indicam uma alteração importante relacionada à composição e representatividade de movimentos sociais e ativismos nas cidades. Estas iniciativas, constituídas em sua maioria por moradores dos espaços periféricos, têm originado organizações, redes e fóruns atuantes em complexos favelizados, na disputa por projetos de planejamento urbano e execução de políticas públicas<sup>25</sup>.

A democracia que articule as esferas política e produtiva também requer esforços no sentido da promoção de mudanças culturais e comportamentais, com investimentos em processos de aprendizagem e socialização de saberes. A perspectiva de transição produtiva, a partir da economia solidária, implica em formas institucionais e esferas de representação que estabeleçam canais de democracia direta para os grupos produtivos.

As limitações e bloqueios, desse processo de democratização, se dão no terreno dos mecanismos, formas de dominação e legitimação do capitalismo tardio. A lógica cultural, a racionalidade técnico-científica e o poder das grandes corporações investem na dissolução do potencial emancipatório e criativo das estratégias de trabalho nos circuitos populares.

A racionalidade do meio técnico e científico, comandado pelo capital, opera a reprodução social de circuitos econômicos, através da verticalização dos fluxos produtivos e do poder de decisão e controle das grandes corporações e classes dominantes. Aparelhos repressivos e ideológicos se difundem através de estratégias de controle difuso, como modos e tecnologias de poder, que são a outra face da lógica do mercado, manifestando-se na vida social através do valor monetário-abstrato e do individualismo possessivo e competitivo.

Herbert Marcuse (1999) atribui especial relevância ao papel da tecnologia na conformação dos mecanismos sociais de dominação instituídos a partir

---

25 O Fórum do Movimento Social de Manguinhos e o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) constituem exemplos dessa dinâmica em dois complexos de favelas no Rio de Janeiro.

da modernidade. Para o autor, a tecnologia representa a “... *totalidade dos instrumentos, dispositivos e invenções que caracterizam a era da máquina, é assim, ao mesmo tempo, uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais, uma manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes, um instrumento de controle e dominação.*” (Marcuse, 1999: 73).

A problemática emancipatória dos sujeitos – com base na complexidade das transformações de dispositivos de normalização e administração das vontades, dos desejos, das decisões e interesses – exige que a crítica da racionalidade capitalista esteja no cerne de um processo de autonomia dos produtores e produtoras, de autogoverno, de autogestão. Busca-se, desta forma, alcançar uma estratégia mais abrangente de democratização econômico-social, em contraposição aos paradigmas organizacionais e técnicos sustentados pela dimensão teórica e prática da razão positivista e funcionalista do capital.

Se o capital é uma relação social que se baseia na sustentação de um modelo de acumulação intensiva e flexível, com componentes de segregação étnico-social, espacial, geracional e de gênero, cabe uma crítica de modo invertido. Esta crítica fundamenta-se na revelação da dialética emancipatória que deriva do poder criador em matéria cultural e institucional, que pode ser potencializada através de diferentes formas de trabalho associado. A tecnologia social e a Teoria Crítica da Tecnologia, dentro de uma perspectiva de projetividade política e de radicalização democrática, afirmam a autogestão como condição necessária, não suficiente, para uma transição no modo de produção.

## Autogestão a autonomia

A autonomia, como expressão da autodeterminação dos sujeitos, ganha a forma institucional na construção política de organizações em regimes democráticos. Quando as pessoas e os grupos sociais assumem a direção de suas ações, opiniões e pensamentos, falamos de autonomia; quando obtêm de forma coletiva o comando de organizações produtivas e sociais, falamos de autogestão.

A difusão de formas autogestionárias está presente em variados projetos de transformação social sob diversas noções, tais como: autogoverno, sociedade auto-regulada, sociedade autônoma, movimentos sociais autônomos. Também surge como alternativa a partir da definição de recortes específicos e setoriais, como: autogestão habitacional, autogestão pedagógica, autogestão social, fábrica autogestionária, etc.

As leituras e interpretações sobre as formações produtivas reunidas na noção de economia solidária buscam dialogar com aspectos envolvidos em suas territorialidades, articulando o enfoque político da autonomia, ou autonomismo dos sujeitos, com os projetos e ações coletivas de caráter aplicado, através da concepção de autogestão.

A autonomia, como horizonte ético-político emancipatório e libertário, origina as formas históricas da democracia direta, representadas pelos conselhos, comissões e outros organismos políticos e econômicos, definidos por práticas jurídicas e culturais autogestionárias.

A transição para um novo regime de produção deve ser afirmada na busca pelas transformações processuais de agentes sociais e produtivos, que encontram sua reprodução no cotidiano dos circuitos econômicos populares. Os referenciais de autonomia e autogestão fundamentam o horizonte de emancipação do trabalho vivo, expressando mudanças qualitativas nas relações sociais.

Historicamente, as idéias de associação livre de trabalhadores e de democracia operária animaram parte da crítica política anarquista, comunista e socialista. As organizações de trabalhadores foram compreendidas como formas radicais de democratização e controle do poder (como superação das formas de dominação) e como formas de socialização da riqueza e do bem estar (como emancipação do trabalho). Esse debate clássico se traduziu em um conceito formal e institucional de processo de transição para/e através do modo de produção socialista, cujas formas jurídicas e políticas não conseguiram ampliar a autonomia e modificar as relações na direção de uma sociedade igualitária e auto-regulada<sup>26</sup>.

---

26 A passagem do projeto socialista para o projeto da autonomia é desenvolvida a partir dos estudos de Cornelius Castoriadis, tendo por base as reflexões Gérard David (2000).

A aproximação entre a idéia de revolução processual e a construção de uma hegemonia, baseada na autonomia construída na relação com as superestruturas e com o domínio da produção, modifica o conceito de transição. Afirma-se a necessidade de lutas e resistências que busquem a ampliação histórica dos possíveis, a partir da concepção de autogestão.

A luta pela forma tecnológica adequada ao padrão de conquista de autonomia pode aproveitar o suporte das novas tecnologias de informação e comunicação, onde o embate sobre a utilização do software livre, o acesso e a estrutura das redes é uma tradução clara do caráter social e dos antagonismos que marcam as opções organizacionais e técnicas. Por isso, concordamos com a afirmação de Lúcia Bruno (1990): *“tecnologia não é apenas máquina, técnicas, ou teorias de racionalização dos processos de trabalho. Ela é antes de qualquer coisa cristalização das relações sociais de produção muito precisas. Pois que cada modo de produção cria sua própria tecnologia”*. (Bruno, 1990:40)

A problemática autogestionária é impulsionada pela pedagogia da autonomia, pela guerra de posições e pelo movimento molecular das classes populares. Além disso, é marcada por conexões com inúmeras questões ligadas ao problema da superação das relações de produção e da divisão social e técnica do trabalho no capitalismo. É definidora também de elementos críticos, teóricos e práticos para os modelos de desenvolvimento, na medida em que afirma novas centralidades sociais, territoriais, culturais e técnicas.

De acordo com a argumentação desenvolvida nesse estudo, compreendemos que o tema da autogestão também assume relevância por romper com o que foi chamado de “etapismo” dos processos revolucionários. Estabelece cisões com as fórmulas centralistas e burocráticas, e com o determinismo de supostas leis de transição e suas regras de planificação. As articulações entre os modos, conteúdos, trajetórias, agentes e instituições da totalidade da vida social passam pelo crivo de experimentar de forma ativa, coletiva, solidária e participativa as transformações sociais, com destaque para o enfrentamento da crise do modo de produção e dos esquemas de valorização contemporâneo do capital globalizado.

Se, politicamente, autonomia significa autogoverno; autogestão significa capacidade de afirmar o comando do sujeito sobre as instituições e processos

de produção e reprodução social.<sup>27</sup> A convergência entre instâncias políticas e econômico-sociais, normalmente, separados nas análises do regime capitalista, supõe enfoques sobre as estratégias organizativas de novo-tipo, articulando formas de produção, distribuição e consumo.

O meio técnico-informacional contemporâneo transforma os sistemas de objetos e de ações, afeta a totalidade e o seu compósito de lugares, combinando a compressão e a uniformização abstrata do espaço. Os vetores de acumulação, verticalizados pelo poder corporativo, convivem com dinâmicas de fragmentação e desenvolvimento desigual que se conectam por meio de horizontalidades, solidariedades e resistências.

A autogestão é a categoria que agrega organizações baseadas no trabalho associado, tendo por objetivo a revolução processual em direção a um novo modo de produção. Os resultados dessa transição podem ser medidos pelo impacto das experiências protagonizadas por movimentos sociais e populares autônomos, expressando as forças que lutam pela afirmação de seus membros como cidadãos e produtores.

A economia solidária é a denominação atual para uma plataforma política que agrega os esforços realizados no sentido do resgate das práticas de cooperação e autogestão na esfera produtiva dos circuitos populares. O apoio a estas iniciativas começa a ganhar os contornos de uma necessidade histórica no enfrentamento aos modos de dominação e saber, próprios da era industrial-tecnológica do capital globalizado.

A cultura organizacional e técnica hegemônica, baseada no trabalho alienado, reflete o padrão capitalista de flexibilidade espúria e de precarização da força de trabalho. No entanto, ao dispensarem ou submetem os trabalhadores a precárias relações de trabalho abrem espaço para lutas e resistências que precisam se apoiar em contra-estratégias fundadas em novas trajetórias socioprodutivas<sup>28</sup>.

---

27 Para o tema da autonomia vide Chauí (2006).

28 Para pensar um projeto de recusa, resistência e superação do quadro da sociedade do capitalismo administrado, a partir da prática de grupos sociais e movimentos capazes de desenvolver o ângulo da criação de alternativas, vide Marcuse (1969).

A transição para um novo regime de produção, tendo a autogestão como fundamento para a organização das relações sociais e econômicas, apóia-se na luta pela radicalização da democratização e pela socialização da riqueza.<sup>29</sup> Um papel de destaque, nessa via de transformação social, deve ser dado ao trabalho associado desenvolvido nos circuitos produtivos populares das periferias urbanas. Suas estruturas de representação, organização e criação de novas relações sociais permitem a visualização de saídas para a superação das formas de dominação, hierarquização e burocratização das instituições reguladoras da sociedade. (Labica e Bensussan, 1992:73).

---

29 No plano do desenvolvimento tecnológico, as questões relativas à democratização e à socialização no repensar da transição socialista são desenvolvidas por Feenberg (2002).

# Considerações finais

As leituras sobre os impactos e as atividades desenvolvidas pelas Incubadoras demonstram que as iniciativas de formação e assessoria aos grupos de economia solidária, desenvolvidas por essas estruturas, apresentam enfoques qualitativamente diferenciados no que se refere à visualização de cenários mais amplos para a inserção econômica e sustentável dos empreendimentos.

Essas estratégias foram problematizadas a partir da classificação dos projetos apoiados nos quatro eixos apresentados no capítulo 4: **linhas de políticas públicas estaduais e municipais de economia solidária; estratégias de desenvolvimento local/territorial; estruturação de redes e segmentos produtivos; formação e sustentabilidade de Incubadoras Universitárias**. Em todos os casos tratava-se de fomentar estratégias de organização produtiva e de mobilizar a construção de plataformas políticas.

Conforme indicaram as visitas e seminários promovidos por nossa pesquisa, a incubação é percebida como um processo formativo voltado para a autogestão, o que pode envolver também o desenvolvimento de ferramentas e produtos.

A autogestão destaca-se como requisito fundamental, não só nos aspectos que se referem à gestão democrática do empreendimento, materializada nas relações de trabalho e apropriação das forças produtivas. Ela também se configura como uma categoria essencial para a ampliação de relações de produção que democratizam a relação com o Estado, criando e garantindo o acesso em esferas de representação, inclusive em estruturas voltadas para a inovação, para a produção de ciência e tecnologia e para o acesso aos meios de produção e de ensino.

Os aspectos organizativos e de gestão constituem o principal enfoque que caracteriza o processo de incubação enquanto “tecnologia social”. O significado estratégico dessa percepção encontra fundamentações e

contribuições importantes a partir da Crítica da Economia Política e da Teoria Crítica da Tecnologia.

As transformações contemporâneas no mundo do trabalho colocam em evidência elementos relativos à espacialidade desses processos, na proposição de alternativas que considere o protagonismo dos trabalhadores inseridos na chamada economia popular ou circuito inferior da economia, como define Milton Santos.

Os estudos sobre autogestão no país, comumente, têm como referência o ambiente das fábricas recuperadas, geridas pelos trabalhadores, onde a partir da apropriação das forças produtivas colocam-se os desafios de se implantar procedimentos democráticos de gestão e tecnologias adequadas à elevação da produtividade, com a garantia da manutenção dos postos de trabalho<sup>30</sup>. As assessorias desenvolvidas nessas situações enfrentam como maiores obstáculos o ambiente de alienação herdado, expresso pela divisão entre trabalho manual e intelectual e pelas formas de subordinação e controle exercidas nas grandes indústrias (Romero, 2005).

Diferentemente destes cenários, a atuação das Incubadoras se direciona a pensar alternativas de inserção produtiva para grupos populares, expressivos da realidade da grande maioria da classe trabalhadora brasileira, que se encontra fora do ambiente das fábricas e do trabalho formal.

A construção de alternativas nesses casos tem como centralidade a dimensão do espaço. A percepção da esfera da espacialidade nas estratégias de assessoria e apoio aos empreendimentos é pertinente por revelar a materialidade e as práticas sociais, onde se inscrevem suas estratégias de produção e reprodução, lutas e resistências, a partir de uma visão interativa e não abstrata da realidade.

Estas dimensões demonstram a importância de se conceber uma “espacialidade autogestionária”, onde a centralidade da periferia, através de suas organizações sociais, deve encontrar representatividade; e ter seus projetos, ações e diretrizes políticas reconhecidos e apoiados pelo Estado. Por isso, a principal tecnologia que se constrói na economia solidária é a

---

30 Uma importante reflexão sobre esses temas é desenvolvida na obra de Novaes (2007), através de pesquisa realizada em empresas sob controle dos trabalhadores (fábricas recuperadas e/ou sob controle) no Brasil, Argentina e Uruguai.

de organização de um potencial produtivo para o acesso aos meios de produção e de conhecimento. Parte-se da idéia central de que não é possível, nessas circunstâncias, separar as condicionantes econômicas, políticas e culturais que caracterizam as relações de desigualdades socioespaciais.

Uma das conclusões que podemos tirar desse trabalho, e da importância das perspectivas de apoio a programas e projetos que desenvolvam tecnologias sociais nas grandes cidades, situa-se no plano da organização das potencialidades de redes socioprodutivas territorializadas. É desta forma que as favelas e periferias são construídas pelas classes populares, como uma alternativa de sobrevivência no espaço urbano. A periferia deve ser reconhecida no seu caráter de centro, para os direitos e para a produção, a partir de uma dinâmica real que se inscreve nos modos de reprodução e nas estratégias cotidianas que garantem a existência de grupos, famílias e pessoas. Essa é a única forma de superar os processos de segregação e violência resultantes das desigualdades sociais no espaço urbano.

Os trabalhadores da economia solidária desenvolvem e interagem com organizações sociais e produtivas que, muitas vezes, resistem e confrontam os processos de modernização da sociedade, comandados pelo capital hegemônico. Além disso, convivem com a frequente criminalização de suas táticas de sobrevivência, dirigidas pelo Estado. Suas organizações compreendem formas sociais e produtivas que expressam elementos responsáveis por uma dada ordem social, abrangendo dimensões relativas às estratégias de ocupação de territórios, conflitos e lutas sociais. Nesse sentido, percebem a economia solidária como uma plataforma de reivindicações para uma transição produtiva, baseada no trabalho associado, que deve estar situada e em diálogo com dimensões mais amplas das relações de desigualdade social, que marcam a formação econômico-social brasileira.

Toda a argumentação desenvolvida neste estudo procurou demonstrar o potencial de interpretação das formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, atualmente reunidas sob a noção de economia solidária, como uma via de transição produtiva articulada a um projeto mais amplo de sociedade.

# Bibliografia

- ARENDRT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- BENSUSSAN, Georges e LABICA, Gérard. Dictionnaire critique du marxisme. Paris: Quadrige/Presses Universitaires de France, 1999.
- BOCAYUVA CUNHA, Pedro C. Cunha. *Tecnologia social e organização do trabalho associado ou cooperativo*. In: Revista Proposta, Rio de Janeiro: FASE, 2007.
- BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. Os usos das ciências sociais: por uma sociologia crítica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BRUNO, Lúcia. O que é a autonomia operária. São Paulo: Editora Brasiliense, 3ª edição, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 11.ed, 2006.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- CORAGGIO, José Luis. *Economia do Trabalho*. In: CATTANI, Antonio David (org.). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- DAVID, Gérard. Cornelius Castoriadis: le projet d'autonomie. Paris: Éditions Michalon, 2000.
- ELIAS, Nobert. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FEENBERG, Andrew. Questioning technology. London and New York: Routledge, 1999.
- \_\_\_\_\_. Transforming technology: a critical theory revisited. New York: Oxford, 2002.
- \_\_\_\_\_. O que é a filosofia da tecnologia. Disponível em: <http://www-rohan.sdsu.edu/faculty/feenberg/oquee.htm>, 2003.
- HABERMAS, Jurguen. Técnica e ciência como "ideologia". Lisboa: Edições 70, 1987.
- LEFÈBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.
- MARCUSE, Herbert. Vers la libération: au-dela de l' homme unidimensionnel. Paris: Les éditions de minuit, 1969.
- \_\_\_\_\_. A ideologia da sociedade industrial. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Algumas implicações sociais da tecnologia moderna*. In: Tecnologia, guerra e fascismo: coletânea de artigos de Herbert Marcuse. Douglas Kellner (editor). São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro 1. Volume II. Rio de Janeiro: 1998 [1867]. 16 edição.
- \_\_\_\_\_. O capital: crítica da economia política. Livro 3. Volume IV. São Paulo: Nova Abril Cultural, 1986 [1894].

- \_\_\_\_\_. Capítulo VI inédito de o capital. São Paulo: Centauro Editora, 2004 [1933].
- \_\_\_\_\_ e ENGELS, Frederic. A ideologia Alemã: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B.Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Relatório Nacional do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Brasília: MTE, 2007. Disponível em: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br).
- MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- NOVAES, Henrique. O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- PASSONI, Ilma. Cadernos debates: tecnologia social no Brasil. São Paulo: Editora Raiz, 2004.
- PINTO, Celi Regina. J. *Para além da tolerância*. In: Caderno CRH. Salvador: n° 32, Jan/jun, 2000.
- PISTRAK, Moisei. Fundamentos da Escola do Trabalho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Natureza do poder: técnica e ação social. Disponível em: <http://www.interface.org.br/revista7/ensaio1.pdf>, 1999.
- ROMERO, Daniel. Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- SANTOS, Milton. Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- \_\_\_\_\_. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.
- \_\_\_\_\_.SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. Economia Espacial. São Paulo: Edusp, 2007.
- SINGER, Paul. Uma utopia militante. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- SOARES, Leônicio (org.). Formação de Educadores de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, SECAD/MEC/UNESCO, 2006.
- SOUZA, Marcelo José Lopes. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, I. E. et all (orgs) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000a.
- \_\_\_\_\_. O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000b.
- \_\_\_\_\_. A prisão e a ágora. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- \_\_\_\_\_. Fobópole: o medo generalizado e a militarização da gestão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2001.

# ANEXOS

## Relatórios dos Seminários Temático-Regionais

A seguir, reproduzimos três documentos, relativos às sínteses das exposições e debates ocorridos nos seminários organizados pelo Projeto.

A programação dos encontros foi estruturada a partir da montagem de mesas, integradas por uma diversidade de atores, que abordaram os principais temas surgidos na execução dos projetos acompanhados, são eles:

- O marco conceitual, a organização da RTS e a percepção da tecnologia social como estratégia para redução das desigualdades;
- A incubação de empreendimentos solidários como tecnologia social de organização do trabalho e suas relações com a problemática do desenvolvimento territorial;
- As Incubadoras Públicas, suas estratégias de institucionalização a partir da configuração de programas e políticas públicas;
- A vinculação entre as tecnologias sociais e a construção de políticas públicas em economia solidária a partir da visão da Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária, de representantes de governos estaduais e de coordenadores de projetos sociais;
- As estratégias de incubação a partir da construção de estruturas de gestão mista (representantes governamentais e da sociedade civil), como os Centros de Referência, suas relações com as diretrizes do movimento de economia solidária e a articulação de atores no plano local;
- A construção de redes e cadeias produtivas;

- As Incubadoras Universitárias, vínculos com a produção de conhecimento e a construção de novas relações entre ciência, tecnologia e sociedade.

Os seminários representaram amplos espaços de reflexão sobre economia solidária e tecnologia, mais especificamente acerca das tecnologias sociais voltadas para a organização cooperativa e autogestionária do trabalho no território, com a participação de gestores públicos municipais e estaduais, equipes técnicas de Incubadoras, representantes da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), integrantes de ONGs e instituições representativas locais.

Além de informar e debater os resultados alcançados pelos projetos apoiados através do Edital, os seminários também contribuíram no fortalecimento de marcos institucionais, conceituais e culturais para a afirmação do cooperativismo e da autogestão como fatores de reorientação econômico e político das estratégias de desenvolvimento.

## Seminário

---

# Tecnologia Social, Incubação de Empreendimentos Solidários e Políticas Públicas

Rio de Janeiro, 8 e 9 de novembro de 2007

## Apresentação

A seguir apresentamos a sistematização dos principais pontos das exposições\* e dos debates realizados no Seminário “Tecnologia Social, Incubação de Empreendimentos Solidários e Políticas Públicas”, ocorrido nos dias 8 e 9 de novembro de 2007 no Rio de Janeiro.

O seminário, promovido pela FASE (Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional) e pela RTS (Rede de Tecnologias Sociais), com o apoio da FINEP, do MDS e da CAIXA, contou com a participação de representantes de organizações ligadas à RTS, da SENAES, do FBES, de instituições e programas estaduais e municipais de fomento à economia solidária, de Incubadoras Universitárias e Públicas e de estudiosos dos temas da Tecnologia Social e da Economia Solidária.

---

\* A versão integral das apresentações exibidas no seminário está disponível no site *Tecnologia Social e Incubação de Empreendimentos Solidários* (<http://www.incubadoras-ts.org.br>).

Os principais objetivos do seminário foram:

- Permitir um intercâmbio de idéias entre pessoas e instituições de diversa natureza, envolvidas com as questões da Tecnologia Social e da Economia Solidária.
- Fornecer subsídios conceituais, analíticos e informativos para o processo de acompanhamento e avaliação dos projetos de reaplicação da metodologia de incubação de empreendimentos solidários, que vem sendo realizado pela FASE em colaboração com o Comitê Coordenador da RTS, desde o dezembro de 2006.
- O relatório está estruturado a partir dos três eixos temáticos que agregam as intervenções ocorridas no seminário. São eles:
  - Tecnologia Social e Economia Solidária
  - Economia Solidária e Desenvolvimento Local
  - Incubação de Empreendimentos Solidários e Políticas Públicas

## 1. Tecnologia Social e Economia Solidária

As intervenções ocorridas no seminário em torno desse eixo temático envolveram dois aspectos básicos. O primeiro, de caráter analítico-conceitual, abordou a relação entre a tecnologia social e a economia solidária, bem como o significado dessas duas categorias em um cenário marcado pela crise e redefinição de paradigmas políticos, econômicos e culturais. O segundo relacionou-se com a formação e atuação da RTS e com a inserção da incubação de empreendimentos solidários no campo das tecnologias sociais.

### Marco Analítico-Conceitual

Em seu sentido amplo, a tecnologia pode ser entendida como um conjunto de informações, conhecimentos, métodos e técnicas utilizadas na produção de bens materiais e imateriais e serviços.

No sistema capitalista, o desenvolvimento tecnológico esteve historicamente subordinado à satisfação das necessidades produtivas e reprodutivas do capital, especialmente das grandes corporações.

A tecnologia social subverte esse princípio, na medida em que busca contemplar não os imperativos dos setores hegemônicos, mas sim os interesses da grande maioria da população. Ao contrário da tecnologia convencional, intrinsecamente associada à manipulação dos consumidores e à criação de uma “obsolescência planejada”, a tecnologia social está direcionada para o desenvolvimento de bens de produção e consumo que tenham uma vida útil mais longa, adequem-se as reais necessidades de produtores e consumidores e sirvam à reprodução social como um todo.

É a partir desse ponto que é possível começar a perceber os vínculos entre tecnologia social e economia solidária, uma vez que o fortalecimento da economia solidária demanda o desenvolvimento de técnicas e insumos produtivos que sejam compatíveis com a limitada capacidade de investimento dos empreendimentos solidários e possam ser utilizados para a produção de bens e serviços acessíveis às camadas populares.

Outro importante vínculo entre tecnologia social e economia solidária relaciona-se com a questão da organização do trabalho. Se considerarmos que a tecnologia encontra-se intimamente ligada às relações sociais e produtivas, que determinam as formas concretas de organização do trabalho, é fácil perceber que os empreendimentos solidários, baseados na autogestão coletiva do processo de trabalho (em tudo distinta da gestão heterônoma inerente às formas de produção capitalistas), necessitam de uma tecnologia qualitativamente distinta da utilizada pelas empresas capitalistas.

Um terceiro vínculo a ser ressaltado refere-se ao fato de que tanto a tecnologia social quanto a economia solidária objetivam a redução das desigualdades sociais e a repartição mais equitativa do poder político e econômico.

Embora tenha havido um amplo consenso entre os participantes acerca dos pontos resumidos acima, foi possível constatar a existência de visões diferenciadas acerca das estratégias de implementação da tecnologia social e da economia solidária no Brasil.

De acordo com uma das visões, a tecnologia social e a economia solidária têm assumido no Brasil (assim como em outros países latino-

americanos) uma dimensão excessivamente residual e secundária frente às políticas econômica e científico-tecnológica dominantes. De acordo com essa visão, a tecnologia social e a economia solidária, na forma em que vêm sendo implementadas, funcionariam como uma “gambiarra”, ou seja como uma medida paliativa, capaz de amortecer pressões e conflitos sociais, mas insuficiente para provocar mudanças significativas nas estruturas produtiva e social. Os objetivos perseguidos pela tecnologia social e pela economia solidária só poderiam ser alcançados na medida em que estas se tornassem o “motor de desenvolvimento” do país e passassem a determinar a conformação das políticas públicas nas áreas social, trabalhista, econômica, educacional e científico-tecnológica.

Essa visão foi contestada por alguns participantes do seminário, a partir centralmente de três argumentos. O primeiro é de que ela refletiria uma narrativa totalizante, enquanto que a sociedade contemporânea é caracterizada pela fluidez, pela fragmentação e pela pluralidade. A segunda é de que ela reproduziria, em outro patamar, o velho debate entre “reformistas” e “revolucionários” que marcou os movimentos sociais no século XX. Essa discussão não faria contudo mais sentido, em um cenário no qual a disputa pela hegemonia político-ideológica vem sendo frequentemente substituída pela convivência (ora harmoniosa, ora conflitiva) de uma multiplicidade de correntes de pensamento e de práticas sociais. Por fim objetou-se que essa visão desconhecera (ou minimizaria) os avanços (limitados e parciais, mas nem por isso, inexpressivos) que vêm sendo alcançados nos campos da tecnologia social e da economia solidária e que tenderiam a ampliar-se em virtude das mudanças que vêm ocorrendo na sociedade brasileira.

## A RTS e a Incubação de Empreendimentos Solidários

A RTS – Rede de Tecnologias Sociais foi constituída em abril de 2005, tendo como propósito contribuir para o desenvolvimento sustentável, através da difusão e reaplicação em escala de Tecnologias Sociais, entendidas como *“produtos, técnicas e metodologias reaplicáveis, desenvolvidos em interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de trans-*

*formação social”*

Atualmente a RTS é formada por 515 instituições governamentais e não governamentais. A sua estrutura de governança compreende as seguintes instâncias:

- **Fórum Nacional.** Evento de caráter bienal, de caráter consultivo e propositivo, do qual participam todas as instituições participantes da Rede. Sua principal atribuição é a elaboração de propostas para atuação da RTS, a serem encaminhadas ao Comitê Coordenador.
- **Comitê Coordenador.** É a principal instância de direção da RTS, possuindo entre outras as seguintes atribuições: definir e coordenar o Plano de Ação da Rede e acompanhar sua execução; definir o orçamento da RTS e atuar no sentido de que as propostas da Rede estejam contempladas no planejamento e no orçamento de diversas instâncias governamentais e de parceiros; estimular, articular e monitorar as ações de desenvolvimento e reaplicação de tecnologias sociais realizadas pelos integrantes da Rede. O Comitê Coordenador é formado pelas Entidades Mantenedoras (CAIXA, FBB, FINEP, Petrobrás, SEBRAE, MCT, MDS e MI), por Redes de Articulação Social (ASA, ABONG, GTA e Instituto Ethos) e pelo Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das universidades públicas.
- **Secretaria Executiva.** É formada por quatro profissionais com dedicação exclusiva e tem as funções de prestar apoio administrativo e operacional ao Comitê Coordenador e de acompanhar e dinamizar as atividades da Rede.

Em 2005, a RTS, através da FINEP, do MDS e da CAIXA lançou um edital para o apoio a iniciativas de reaplicação das metodologias de incubação de empreendimentos solidários. A inclusão dessas metodologias no campo da Tecnologia Social significa o reconhecimento dos avanços e do potencial de replicabilidade das experiências de incubação de empreendimentos solidários, que vêm sendo desenvolvidas em diversas universidades brasileiras desde 1995.

As 21 iniciativas selecionadas, distribuídas em 13 estados, possuem diferentes formatos institucionais e operam a partir de distintas matrizes conceituais e metodológicas, o que reforça a necessidade de articulação entre

elas. Nesse sentido, o projeto de acompanhamento, que vem sendo conduzido pela FASE em colaboração com o Comitê Coordenador da RTS pretende contribuir para a construção de espaços de articulação e intercâmbio entre essas iniciativas, além de ampliar a visibilidade das ações desenvolvidas nesse campo e permitir a sistematização dos resultados alcançados.

## 2. Economia Solidária e Desenvolvimento Local

O tema do desenvolvimento local e de suas conexões com a economia solidária esteve presente em boa parte das exposições e dos debates ocorridos durante o seminário. Nesse sentido, esta seção do relatório busca sistematizar as intervenções realizadas em torno dessa interface temática.

### Elementos Conceituais

Em um sentido sistêmico, o conceito do desenvolvimento local associa-se ao entendimento de que as dinâmicas geradoras de exclusão e desigualdade social não podem ser desconstruídas pelo alto, mas demandam a articulação e a ação transformadora dos atores políticos, sociais e econômicos locais. Essa concepção subverte os fluxos de cima para baixo, que tradicionalmente marcaram os processos de desenvolvimento (especialmente nos países situados na periferia do sistema capitalista), na medida em que percebem os territórios como centralidades instauradoras de novas formas de organização social e produtiva.

Embora o termo “local” seja de uso mais frequente, alguns estudiosos preferem associar essa nova concepção de gestão social ao termo “lugar”. Para esses, o local teria uma conotação meramente espacial, enquanto que o lugar é um princípio societário, vinculado a uma sociabilidade historicamente construída, a um imaginário coletivo e a tradições, crenças e costumes comunitários. Dessa forma, a absorção do conceito de “lugar” impediria que os processos de desenvolvimento, mesmo os de base local, levassem à destruição de práticas e culturas comunitárias.

Apesar dessas diferenças conceituais e/ou terminológicas, ambas as visões convergem no sentido de perceber a ênfase na territorialização dos mecanismos de geração e acesso ao poder, ao conhecimento e à renda como um elemento essencial na construção de um novo padrão de desenvolvimento, capaz de articular mobilização socioprodutiva, redução das desigualdades sociais, pluralidade política e cultural e preservação ambiental.

## Identidades e Sinergias

As relações entre economia solidária envolvem aspectos de identidade, complementaridade e potencialização recíproca.

A existência de identidades entre esses dois campos de intervenção revela-se já nos seus objetivos. Apesar das suas distintas esferas de atuação, tanto a economia solidária quanto o desenvolvimento local almejam a redefinição dos modos de produção e reprodução social, abrindo espaço para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, na qual seja possível uma relação harmônica entre desenvolvimento econômico, bem-estar social e defesa do meio ambiente.

No tocante à complementaridade, deve-se considerar, por um lado, que a constituição, consolidação e articulação de empreendimentos solidários são dificilmente concebíveis sem a existência de dinâmicas econômicas, políticas e sociais locais, que forneçam a base de sustentação dessas iniciativas. Por outro lado, os processos de desenvolvimento local, mesmo com forte participação social, tornam-se estéreis se não envolverem mudanças no tecido socioprodutivo, que permitam a emergência de formas de gestão compartilhada e socialmente inclusiva das atividades econômicas, traço essencial da economia solidária.

Nesse sentido pode-se afirmar que economia solidária e desenvolvimento local são duas faces de um mesmo processo de mobilização e transformação socioprodutiva, que tendem a reforçar-se mutuamente. Essa sinergia, contudo, não se produz automaticamente. Ela depende, para a sua construção, da intencionalidade e da atuação dos agentes envolvidos em ambos os campos de intervenção.

Por um lado, é necessário que os processos de desenvolvimento local não se limitem numa fase inicial (que, às vezes, prolonga-se por anos) a ações meramente superestruturais (como a criação de espaços de articulação socioinstitucional, a capacitação de agentes, a sensibilização sociopolítica, etc), mas envolva, desde o primeiro momento, uma intervenção junto à base produtiva local, capaz de suscitar a geração de novas (e socialmente mais equitativas) formas de organização do trabalho, como é o caso dos empreendimentos solidários.

Por outro lado, é importante que o fomento à economia solidária não se restrinja ao apoio a alguns grupos isolados, mas envolva uma estratégia coletiva, centrada na criação de circuitos socioprodutivos mais amplos, que articulem-se territorialmente com redes políticas e sociais.

A sinergia entre economia solidária e desenvolvimento local ainda é uma questão pouco estudada e talvez ainda menos praticada. No entanto, já existe um acúmulo de experiências – numericamente reduzido, mas qualitativamente significativo – que indica ser esse um caminho possível, além de necessário.

Uma das experiências de articulação entre economia solidária e desenvolvimento local foi apresentada durante o seminário. Trata-se do Projeto “Mercado-Escola” que vem sendo desenvolvido pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP/USP).

O projeto tem origem no Programa “Oportunidade Solidária” da prefeitura municipal de São Paulo, que foi interrompido em 2005, após mudança na gestão municipal. A ITCP/USP, com o apoio de organizações locais, resolveu dar continuidade a essa iniciativa, passando a centrar a atuação em três áreas de baixa renda do município de São Paulo: as sub-regiões de Campo Limpo, M’Boi Mirim e Palheiros. Em uma fase inicial, o projeto envolveu a criação de um Banco de Trocas Solidária, que opera a partir de três vertentes: incubação de empreendimentos solidários, microcrédito e moedas sociais. Em um momento seguinte, foi construído em Campo Limpo, um Centro de Referência em Economia Solidária, gerido pelas próprias organizações comunitárias. Esse Centro abriga cooperativas de produção e é utilizado para encontros e para a realização de cursos (inclusive a formação de agentes de desenvolvimento local).

Além dessa, outras experiências de articulação entre economia solidária e desenvolvimento local, citadas no seminário, foram o Banco Palmas em Fortaleza e a Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local, no Rio de Janeiro.

### 3. Incubação de Empreendimentos Solidários e Políticas Públicas

O processo de construção das Incubadoras de Empreendimentos Solidários no Brasil iniciou-se com a fundação em 1995 da primeira Incubadora Universitária de Cooperativas Populares, a ITCP/COPPE-UFRJ. Nos últimos anos, graças aos esforços de professores e alunos de diversas universidades e ao apoio recebido (especialmente a partir de 2003) do PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares), esse processo tem se expandido consideravelmente. Atualmente existem cerca de 80 Incubadoras Universitárias de empreendimentos solidários ligadas ao PRONINC, além de outras que ainda não se vincularam ao Programa.

O sucesso alcançado por essas iniciativas tem, por um lado, levado a sua expansão para além do âmbito universitário, com a sua reprodução por governos municipais e estaduais, ONGs, instituições de ensino técnico, etc e, por outro, tem contribuído para que a incubação de empreendimentos solidários assuma um crescente destaque no interior das políticas públicas de geração de trabalho e renda e de inclusão social.

#### Relato de experiências

Durante o seminário, foram feitas exposições de quatro programas públicos de fomento à economia solidária, todos envolvendo a incubação de empreendimentos, bem como de uma representante da Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária, que congrega mais de 80 gestores de prefeituras municipais ou governos estaduais.

As experiências apresentadas foram as seguintes:

- **Programa Estadual de Economia Solidária do Acre.** Iniciado no segundo semestre de 2007, o Programa encontra-se ainda em fase de implantação. Seu objetivo é a incubação de EES (Empreendimentos Econômicos Solidários), através de um conjunto de ações articuladas, incluindo qualificação empreendedora, produtiva e gerencial; elaboração de projetos técnicos e planos de negócios; concessão de microcrédito produtivo orientado; certificação socioambiental; prospecção de mercado e apoio à comercialização. O planejamento do Programa teve um caráter participativo, envolvendo a realização de Ouvidorias Públicas em diversas regiões do estado. O Programa é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia do Acre, mas a sua execução envolve também a participação de prefeituras municipais e de organizações da sociedade civil como o Fórum Estadual de Economia Solidária, a ACS Amazônia (entidade certificadora) e a Amazoncred (OSCIP de microcrédito). Na sua fase inicial, o Programa tem como meta a incubação de 15 EES localizados em sete municípios do Acre.
- **Programa Estadual de Economia Solidária da Bahia.** Criado em 2007, o Programa articula um conjunto de ações de apoio ao fortalecimento da economia solidária no estado. As ações estão estruturadas nos seguintes eixos:
  - *Informação e Divulgação*, que compreende ações de formação de empreendedores, capacitação de gestores públicos em economia solidária, promoção de eventos de divulgação da economia solidária e sistematização de informações sobre os EES na Bahia.
  - *Microfinanças Solidárias*. Esse componente tem sido operado através de um programa pré-existente de microcrédito do governo da Bahia (Credbahia). A metodologia desse Programa tem se mostrado, no entanto, inadequada para o financiamento dos EES, uma vez que ele realiza apenas empréstimos individuais e não a grupos. Dessa forma, está em curso um debate em torno da reformulação desse Programa ou da criação de um novo programa de microfinanciamento adequado às características dos EES

- *Fomento à Economia Solidária*, cujos principais focos de ação são o apoio aos empreendimentos da cadeia de reciclagem e àqueles surgidos a partir de empresas falidas, bem como a implementação de centros públicos de economia solidária.
- *Incubadora Estadual de Economia Solidária*, voltada para o apoio à formação e consolidação de novos EES.

O Programa é coordenado pela Superintendência de Economia Solidária (órgão vinculado à Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda da Bahia) e possui um Comitê Propositivo, do qual participam representantes das Redes ITCP e UNITRABALHO, da Fundação Banco do Brasil, do Fórum de Cooperativas e do Fórum Baiano de Economia Solidária.

- **PRODIPTES – Programa de Desenvolvimento de Incubadoras Públicas Tecnológicas de Empreendimentos Econômicos Solidários.** O Programa surgiu de uma articulação entre a INCUBACOOOP da Universidade Federal Rural de Pernambuco e três prefeituras da Região Metropolitana do Recife: Paulista, Olinda e Recife. O objetivo do Programa é a implantação de IPTTEES (Incubadoras Públicas Tecnológicas de Empreendimentos Econômicos Solidários) nesses três municípios, tendo como perspectiva a construção de uma Rede Metropolitana de IPTTEES. A estratégia a ser implementada envolve, entre outras atividades, a implantação da infraestrutura das IPTTEES; a transferência da tecnologia de incubação desenvolvida pela INCUBACOOOP às equipes das IPTTEES, bem como a adequação dessa metodologia à realidade específica de cada município e a construção de um sistema integrado de monitoramento e avaliação. O planejamento do Programa compreende três fases:
  - *Fase de Implantação*, envolvendo a elaboração de diagnósticos socioeconômicos dos territórios, seleção e capacitação das equipes técnicas das IPTTEES e o estabelecimento de critérios e procedimentos para a seleção dos EES.
  - *Fase de Pré-Incubação*, envolvendo a realização de diagnósticos dos EES selecionados, contemplando as seguintes dimensões: social, político-ideológica, econômica, tecnológica e organizacional.

- *Fase de Incubação*, incluindo a elaboração de planos estratégicos dos EES, a formalização jurídica dos empreendimentos, a capacitação técnica e gerencial dos empreendedores e a construção dos mecanismos de autogestão.
- **Programa Osasco Solidária.** Instituído através de lei municipal de dezembro de 2005, o Programa tem como objetivo “apoiar e fomentar iniciativas de geração de trabalho e renda, através de novos modelos socioproductivos e autogestionários ancorados nos valores da economia popular e solidária”. A principal instância operacional é a IEPS (Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários), que consiste em um espaço público destinado a apoiar a criação, organização e consolidação de EES no município. As ações implementadas pela IEPS envolvem, entre outras, a realização de cursos de gestão de empreendimentos solidários, assessoria multidisciplinar, realização de oficinas por segmento econômico e de experiências práticas de produção e comercialização. A IEPS conta com uma equipe técnica interdisciplinar, formada por profissionais de 12 áreas de conhecimento. O Programa Osasco Solidária é coordenado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão. Sua implementação conta com o apoio de outros órgãos públicos (das três esferas de governo) e de organizações e movimentos da sociedade civil.

## Potencialidades e Desafios

O surgimento de Incubadoras Públicas de EES, ligadas a governos estaduais ou municipais, constitui-se sem dúvida em um fator positivo para a disseminação e aumento das possibilidades de êxito das iniciativas no campo da economia solidária. Além de disporem (de uma forma geral) de maiores recursos financeiros e materiais, do que as Incubadoras ligadas a universidades ou a ONGs, as Incubadoras Públicas, por estarem inseridas na estrutura estatal, possuem condições potencialmente mais favoráveis de articular ações intra-governamentais que contemplem as diferentes dimensões (educacional, econômica, jurídica, político-social, etc) envolvidas nos processos de incubação.

Por outro lado, as experiências de implantação das Incubadoras Públicas, apesar de recentes, vêm revelando a existência de alguns pontos críticos, que devem merecer uma atenção especial dos gestores e apoiadores dessas iniciativas.

Entre os aspectos críticos, mencionados no decorrer do seminário, incluem-se:

- Possibilidade de ingerências políticas, tanto no tocante à escolha das equipes técnicas, quanto na seleção das comunidades e dos empreendimentos atendidos.
- Inexistência (em alguns casos) de um quadro técnico fixo, levando a que os técnicos engajados nas Incubadoras acumulem funções sem remuneração adicional.
- Morosidade na compra de equipamentos e na implantação das infraestruturas das Incubadoras devido, entre outros fatores, às normas licitatórias que regulamentam as compras públicas.
- Ausência ou debilidade da articulação entre as secretarias e outras instâncias dos governos estaduais ou municipais, o que, por um lado, dificulta a formação de equipes interdisciplinares e, por outro, inibe o desenvolvimento de ações intragovernamentais de suporte aos processos de incubação.

Naturalmente nem todos esses problemas afetam o conjunto das Incubadoras Públicas, mas encontram-se presentes, com graus e matizes diferenciadas, em boa parte delas. Dessa forma, o êxito dessas iniciativas irá depender em boa medida da adoção de estratégias capazes de superar ou minimizar essas dificuldades. Enquanto aspectos dessas estratégias podem ser mencionados:

- A criação de comitês gestores ou de acompanhamento das Incubadoras Públicas, que incluam representantes da sociedade civil e dos empreendimentos incubados, de forma a reduzir o risco de utilização política das Incubadoras.
- A formação de equipes interdisciplinares e com dedicação exclusiva para as Incubadoras.

- A adoção pelas Incubadoras Públicas de um status jurídico diferenciado do da administração direta, de forma a permitir-lhes maior agilidade e flexibilidade operacional.
- A construção de mecanismos intragovernamentais, que implementem ações transversais nas diferentes dimensões envolvidas nos processos de incubação.

Outro ponto ressaltado no seminário refere-se às diferenças entre as Incubadoras Públicas e as Incubadoras Universitárias. Essas diferenças relacionam-se não só com os distintos contextos institucionais, mas também com a escala de operação. Enquanto serviço público, as Incubadoras Públicas não podem limitar sua atuação a um grupo reduzido de empreendimentos, mas devem estar preparadas (ao menos a médio prazo) para operar em uma escala que viabilize uma efetiva democratização do acesso às tecnologias necessárias à formação, viabilização e desenvolvimento dos EES. Por sua vez, essa escala só poderá ser alcançada na medida em que as Incubadoras estejam integradas a outras vertentes de política pública.

Dito de outra forma, isto significa que as políticas públicas de fomento à economia solidária não podem limitar-se à criação e manutenção de Incubadoras Públicas de EES, mas devem articular uma ampla gama de políticas setoriais, nas áreas educacional, econômico-financeira, jurídico-institucional e político-social.

Entre os múltiplos aspectos que devem ser contemplados pelas políticas públicas de fomento à economia solidária, podem ser destacados os seguintes:

- Elaboração de um marco jurídico-institucional adequado à constituição e ao funcionamento das diversas modalidades de EES (cooperativas, associações, microempresas autogestionárias, etc)
- Realização de investimentos sociais para a construção e funcionamento de uma rede de suporte aos EES, formada por Incubadoras (estatais e não estatais), instituições de assessoria e capacitação técnico-gerencial, centros de referência em economia solidária, etc).
- Desenho e implementação de linhas e/ou programas de crédito, adequados à realidade e à dinâmica dos EES, em parceria com

bancos públicos e privados, cooperativas de crédito e outras modalidades de IMFs (Instituições Microfinanceiras).

- Incentivo ao desenvolvimento de tecnologias produtivas adequadas às características dos EES.
- Apoio à formação de circuitos socioprodutivos e redes de comercialização, que ampliem a escala de operação e favoreçam a viabilização econômica dos EES.
- Articulação das ações de fomento à economia solidária com outros programas e políticas públicas nas áreas social, econômica e educacional.

Construção de espaços públicos ampliados, com a participação da sociedade civil, que permitam uma gestão compartilhada e democrática das políticas públicas de fomento à economia solidária.

## Programação do Seminário

### 08 de Novembro de 2007

**9:30 às 10:00h**

#### **Abertura**

- Representantes do Comitê Coordenador da RTS e FASE
- Eugenius Kaszkurewicks – Diretor da FINEP
- Marcus Villarim – MDS/Comitê Coordenador da RTS
- José Domingos Vargas – Superintendente da Caixa Econômica Federal
- Alex Vargas – Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos/RJ
- Pedro Cunca Bocayuva – FASE

**10:00h às 13:00h**

#### **1. O marco conceitual da tecnologia social e a construção da RTS**

- Rodrigo Fonseca – Área de Tecnologias para o Desenvolvimento Social da FINEP
- Henrique Novaes – Unicamp
- Larissa Barros – Secretária Executiva da RTS
- **Moderador:** Ricardo Mello – ABONG/Comitê Coordenador da RTS

**13:00h às 14:00h**

Almoço

**14:00h às 16:00h**

#### **2. Tecnologia social, organização do trabalho e dinâmicas territoriais**

- Pedro Cunca Bocayuva – FASE
- Ana Clara Torres Ribeiro – LASTRO – IPPUR /UFRJ
- **Moderador:** Juarez de Paula – Sebrae Nacional/Comitê Coordenador da RTS

**16:00h às 17:00h**

**3. Incubadoras Públicas: processos de institucionalização e integração de políticas voltadas para a inclusão produtiva**

- Maria Augusta Vieira de Mello -Programa de Desenvolvimento de Incubadoras Públicas Tecnológicas de Empreendimentos Econômicos Solidários na Região Metropolitana do Recife
- Gonçalo Guimarães – ITCP/COPPE
- Sandra Praxedes – Coordenadora do Programa Osasco Solidário da Prefeitura Municipal de Osasco/SP
- **Moderador:** Marcus Villarim – MDS/Comitê Coordenador da RTS

**18:00 h**

**Os resultados do Proninc e a difusão das metodologias de incubação de empreendimentos solidários / Lançamento das publicações do Projeto de Acompanhamento e Avaliação do Proninc**

- Paul Singer – Secretaria Nacional de Economia Solidária

**Livros:**

- *Diagnóstico e Impactos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares*
- *Acompanhamento e avaliação do Proninc: relatórios dos seminários e oficinas*

**Revista Proposta:**

- *Economia Solidária e Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – nº 111*
- *Economia Solidária e Tecnologia Social – nº 112*

## 09 de Novembro de 2007

**9:30h às 12:00h**

**4. Economia Solidária, Tecnologias Sociais e Políticas Públicas**

- Sandra Mishimura – Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária
- Alex Vargas – Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos/RJ
- José Leonídio – Coordenador de Projetos Sociais da ENSP/FIOCRUZ
- Danuza Lemos – Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia do Governo Estadual do Acre
- Tatiana Araújo Reis – Secretaria do Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia (SESOL/SETRE-BA)
- **Moderador:** Paulo Magalhães – Caixa Econômica/RTS

**12:00h às 13:40h**

Almoço

**14:00h às 17:00h**

**5. Sociedade Civil, Incubadoras e Desenvolvimento Local**

- Catia Jourdan – Incubadora Social do Instituto Gênesis/PUC-RJ
- Daniel Tygel – Secretaria Executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- Sylvia Leser de Mello – Centro de Referência em Economia Solidária/USP
- **Moderadora:** Ana Paula Varanda – FASE



Mesa de Abertura do Seminário: Tecnologia Social, Incubação de Empreendimentos Solidários e Políticas Públicas.



Mesa do Seminário: Tecnologia Social, Incubação de Empreendimentos Solidários e Políticas Públicas.

## Seminário

---

# Tecnologia Social e Economia Solidária: estratégias de formação e desenvolvimento local

Salvador, 10 e 11 de abril de 2008

## Apresentação

Esse documento sistematiza os principais pontos das exposições e dos debates realizados no Seminário “Tecnologia Social e Economia Solidária: estratégias de formação e desenvolvimento local” realizado em Salvador nos dias 10 e 11 de abril de 2008.

O seminário, promovido pela FASE (Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional) e pela RTS (Rede de Tecnologias Sociais), com o apoio da SESOL/SETRE (Superintendência de Economia Solidária da Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia) contou com a participação de representantes de instituições e programas atuantes nas áreas da Tecnologia Social, da Economia Solidária e do Desenvolvimento Local no Nordeste (especialmente na Bahia) e de estudiosos e pesquisadores desses temas.

O objetivo do seminário foi dar continuidade ao processo de reflexão e intercâmbio de idéias e experiências em torno desses eixos temáticos. Esse processo, que já envolveu a realização de um seminário (no Rio de Janeiro, em novembro de 2007) situa-se nos marcos do projeto, conduzido

pela FASE, de acompanhamento e avaliação das iniciativas de fomento da economia solidária e de reaplicação da tecnologia social de incubação de empreendimentos solidários apoiadas pela RTS.

O relatório está estruturado em quatro seções:

- A primeira seção, de caráter conceitual, sintetiza as visões sobre os eixos temáticos do seminário e sobre as interfaces existentes entre eles.
- A segunda seção resume um conjunto diversificado de iniciativas voltadas para o fortalecimento da economia solidária.
- A terceira seção busca retratar processos de desenvolvimento local, que envolvam a construção de novas relações socioprodutivas.
- Por fim, a quarta seção aborda a construção de redes e cadeias produtivas solidárias (ou a inserção de empreendimentos solidários em redes já existentes) em três setores da economia.

## 1. Tecnologia Social, Economia Solidária e Território

Essa seção busca sintetizar as intervenções ocorridas ao longo do seminário acerca dos conceitos de tecnologia social, economia solidária e território / desenvolvimento local, das interfaces entre esses conceitos e do seu significado no contexto da atual realidade econômica, política e social brasileira.

### Tecnologia, Produção e Sociedade

O conceito de *Tecnologia Social* surge no contexto do debate sobre o significado econômico, político e social do desenvolvimento científico-tecnológico. De acordo com a visão tradicional, a ciência e a tecnologia seriam em princípio “neutras”, podendo ser aplicadas em diferentes contextos e para distintas finalidades políticas e sociais. A idéia da neutralidade da tecnologia encontra defensores tanto entre as correntes de pensamento favoráveis ao sistema capitalista, quanto entre as correntes críticas desse sistema, como o marxismo. De acordo com o pensamento marxista, o desenvolvimento das “forças produtivas”, engendrado no âmbito e de acordo com

a lógica do capitalismo, geraria a base material para o colapso desse modo de produção (através da crescente contradição entre forças produtivas e relações sociais de produção) e para a construção do socialismo, através da apropriação pelo proletariado das forças produtivas geradas pelo capitalismo.

Essa concepção – lapidarmente expressa na conhecida afirmação de Lênin “*socialismo = soviets + eletricidade*” – tem sofrido diversas críticas nas últimas décadas. Para citar um exemplo, André Gorz no seu livro *Adeus ao Proletariado*, publicado originalmente em 1980, já defendia a idéia de que as forças produtivas geradas pelo capitalismo trazem a sua marca impressa, não podendo ser utilizadas a não ser no âmbito de uma racionalidade capitalista. Dessa forma, a construção de uma nova forma de organização produtiva e social demandaria uma reconversão / refundação das forças produtivas do capitalismo ou, em outras palavras, a construção de uma nova tecnologia, voltada não para a reprodução do sistema, mas para a sua transformação.

É a partir dessa visão que se estrutura a RTS – Rede de Tecnologias Sociais, organização criada em 2005 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável, através da difusão e reaplicação em escala de Tecnologias Sociais, entendidas como “*produtos, técnicas e metodologias reaplicáveis, desenvolvidos em interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social*”

Atualmente a RTS é constituída por cerca de 600 instituições governamentais e não governamentais. Sua atuação tem tido uma importância decisiva para a difusão do conceito de tecnologia social no Brasil e para o desenvolvimento de tecnologias sociais específicas, entre as quais a incubação de empreendimentos solidários. É evidente, contudo, que as ações empreendidas pela RTS são insuficientes para provocar uma redefinição dos padrões que historicamente têm orientado o desenvolvimento científico-tecnológico no país e que encontram-se afinados com os interesses dos setores hegemônicos. Para a construção de um novo paradigma tecnológico, voltado para a mudança social, é necessária a interveniência de diversos outros atores, como o sistema público de fomento à ciência e tecnologia, entidades educacionais e de formação profissional e outras organizações públicas e privadas.

## Tecnologia Social e Economia Solidária: uma relação dada ou a ser construída?

A relação entre Tecnologia Social e Economia Solidária foi objeto de inúmeras intervenções, ocorridas ao longo do seminário.

De uma forma geral, registrou-se um consenso entre as identidades e o potencial sinérgico existente entre esses dois conceitos e suas respectivas formas de implementação. Essas identidades e sinergias baseiam-se na convergência entre a tentativa de construção de novas formas de organização social da produção, presentes em ambos os casos, na adoção pelos empreendimentos solidários de técnicas produtivas inovadoras, compatíveis com a sua estrutura de custos e com o padrão de consumo da sua clientela (majoritariamente formada por segmentos populares) e no fato de que tanto a tecnologia social quanto a economia solidária visam à redução das desigualdades sociais e à repartição mais equitativa do poder político e econômico.

A partir desses pontos comuns, algumas visões expressas no seminário, defendem a existência de uma relação pré-definida entre economia solidária e tecnologia social. Enquanto as empresas capitalistas teriam como correspondente a tecnologia convencional, a mesma correspondência existiria entre os empreendimentos solidários e a tecnologia social.

Essas visões foram contestadas por outras intervenções, com base, entre outros argumentos, no fato de que tanto as tecnologias sociais podem ser adotadas por empresas capitalistas (seja por interesses econômicos, como estratégia de marketing ou por necessidade de legitimação social) quanto às tecnologias convencionais podem ser utilizadas por empreendimentos solidários (inclusive por dificuldades de acesso a tecnologias alternativas).

De acordo com essa interpretação, a interação entre tecnologia social e economia solidária não está dada *a priori*, mas necessita ser socialmente construída. O espaço principal para a construção dessa relação é o *território*, aonde se cruzam os fluxos produtivos e tecnológicos, o que não impede que esse processo interativo venha a ser estimulado por ações de instâncias supralocais ou suprarregionais.

## Economia Solidária e Desenvolvimento Local: diagnóstico e perspectivas de interação

As reflexões contidas no tópico acima remetem à questão da relação entre economia solidária e desenvolvimento local, outro ponto intensamente debatido durante o seminário. Antes de abordarmos essa relação é importante fazermos uma breve referência à situação atual da economia e dos empreendimentos solidários no Brasil.

O 2º. Mapeamento Nacional da Economia Solidária, realizado em 2007, identificou a existência de 21.859 empreendimentos econômicos solidários em todo o país. Como o mapeamento abrangeu apenas 52% dos municípios brasileiros, o número de empreendimentos existentes é seguramente maior, sendo estimado, através de projeções estatísticas, em cerca de 32 mil. Embora esses números demonstrem uma forte expansão da economia solidária nos últimos anos, eles indicam também que os empreendimentos solidários permanecem sendo uma parcela ínfima dos milhões de pequenos empreendimentos (formais e informais) existentes no país.

As limitações da economia solidária não se restringem, contudo à sua reduzida dimensão, mas envolvem também aspectos relacionados ao desempenho econômico-financeiro e à gestão dos empreendimentos. De acordo com dados do mapeamento, apenas 39% dos empreendimentos apresentaram um superávit financeiro, enquanto que 13% enfrentaram um déficit e 34% encontravam-se em situação de equilíbrio. No tocante a aspectos mais qualitativos, pesquisas desenvolvidas junto a grupos de empreendimentos (como as realizadas pela FASE no contexto da avaliação do PRONINC) indicam que uma parcela expressiva de empreendimentos enfrenta dificuldades em áreas como produção e comercialização de bens e serviços, nível de qualificação dos participantes, implantação e funcionamento dos mecanismos de autogestão, acesso a financiamento, etc.

A superação (ou minimização) das debilidades da economia e dos empreendimentos solidários irá requerer um conjunto de ações complementares e convergentes nos campos econômico, educacional, tecnológico e político-social, envolvendo um elenco diferenciado de atores (governos,

ONGs, instituições de ensino e pesquisa, etc). Dada à profunda vinculação entre a economia popular e solidária e os territórios – já apontada por Milton Santos em seus estudos sobre o “circuito inferior da economia” – essas ações devem ser desenvolvidas, sobretudo, no plano local, embora devam incluir iniciativas de âmbito estadual, regional e nacional.

É a partir dessas considerações que é possível pensar a relação entre economia solidária e o desenvolvimento local na realidade brasileira contemporânea. Em virtude das fragilidades dos empreendimentos solidários, seria ilusório pensar que esse segmento seria capaz de promover o desenvolvimento local. Mais realista seria supor que as ações necessárias à criação de condições de sustentabilidade para a economia solidária, gerariam efeitos múltiplos e sinérgicos, que beneficiariam também os processos de desenvolvimento local, cujo êxito, por sua vez, reforçaria o crescimento da economia solidária. Trata-se, portanto, de criar uma relação virtuosa, na qual economia solidária e desenvolvimento local se reforcem mutuamente e possam vir a concretizar os ideais de mudança social contidos em ambas as propostas.

## 2. Fortalecendo a Economia Solidária: ações e projetos

Como visto na seção anterior, a economia solidária no Brasil – apesar dos inegáveis avanços registrados nos últimos anos – ainda apresenta importantes limitações quantitativas e qualitativas. Nesse sentido vêm surgindo diversas iniciativas voltadas para o fortalecimento da economia solidária, tanto no que se refere à ampliação do número de empreendimentos e de pessoas neles ocupadas, quanto no tocante à melhoria da capacidade de gestão e do desempenho econômico-financeiro dessas atividades.

Durante o seminário foram expostas três iniciativas (em andamento ou gestação) voltadas para o fortalecimento da economia solidária, envolvendo as seguintes modalidades de ação: formação em economia solidária, construção de estruturas multifuncionais de suporte aos empreendimentos solidários e difusão / reaplicação da tecnologia de incubação de empreendimentos solidários.

## Formação em Economia Solidária

A elaboração de uma estratégia de formação de agentes atuantes no campo da economia solidária encontra-se em debate desde 2005. Nesse ano foi criado, através de uma iniciativa da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) em parceria com o FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), um Grupo de Trabalho destinado a traçar as linhas gerais dessa estratégia. Nos anos seguintes, esse debate teve continuidade através de diversas oficinas, encontros, fóruns e publicações.

Na visão da SENAES, expressa durante o seminário, uma estratégia de formação em economia solidária deve incluir, entre outras, as seguintes linhas de ação:

- Inserção da economia solidária no Plano Nacional de Qualificação Social e Profissional (PNQ).
- Inserção da economia solidária na educação de jovens e adultos e em iniciativas de elevação da escolaridade.
- Formação de gestores públicos de economia solidária.
- Criação de Centros de Formação em Economia Solidária.

O Centro de Formação em Economia Solidária do Nordeste (CFES/NE), cujo projeto foi apresentado no seminário, é uma experiência-piloto, de alcance regional, voltada para a formação de educadores e gestores de programas de apoio à economia solidária. A proposta baseia-se em um conjunto de princípios conceituais e metodológicos, entre os quais incluem-se a criação de um espírito investigador coletivo, a centralidade na construção de novas relações econômicas e sociais, a interação entre ação, reflexão e sistematização, o respeito à diversidade de linguagens e a valorização da cultura popular.

O CFES/NE tem como objetivo *“Desenvolver processos de formação de formadores(as), educadores(as) e gestores(as) públicos(as) que atuam junto a empreendedores(as) da Economia Solidária, contribuindo para fortalecer o potencial dos mesmos numa perspectiva emancipatória capaz de gerar a democracia política e socioeconômica”*.

Através de suas ações, o Programa busca alcançar as seguintes metas:

- Concepção e distribuição de pelo menos 1.000 exemplares de 1 texto de apoio didático por ano
- Elaboração de um cadastro informatizado de formadores em economia solidária na região
- Realização anual de 40 oficinas de formação local, 20 cursos de formação (2 de âmbito regional e 2 em cada estado do Nordeste), 20 seminários de articulação de formadores (2 de âmbito regional e 2 em cada estado) e 1 seminário regional sobre economia solidária para conselheiros do PNQ.
- Elaboração de documentos e promoção de discussões e debates para a construção da Política Nacional de Formação e Assessoria Técnica para a Economia Solidária

O CFES/NE será coordenado por duas instâncias:

- *Conselho de Gestão Regional (CRG)*, que é a principal instância decisória do Programa e é formado por 1 representante da SENAES, 1 representante de cada Fórum Estadual de Economia Solidária da região, 1 representante da Rede de Formadores e 1 representante de projetos da SENAES, que envolvam atividades de formação em economia solidária.
- *Coordenação Pedagógica e Administrativa*, que é uma instância de coordenação executiva, formada por 1 coordenador (a) pedagógico (a), 1 assessor (a) pedagógico (a) e 1 auxiliar técnico e administrativo.

O conteúdo do processo de formação compreende um núcleo comum, formado por seis componentes (Integração e Expectativas, Economia Solidária, Educação Popular e Questões Psicopedagógicas, Sistematização de Experiências, Redes de Colaboração e Encaminhamentos e Avaliação) e uma parte diversificada abrangendo temas específicos (como Gestão e Viabilidade de Empreendimentos Solidários, Desenvolvimento Local, Marco Jurídico da Economia Solidária, Finanças Solidárias, Comércio Justo e Solidário e Políticas Públicas). Está prevista também a criação de núcleos temáticos, integrados pelos próprios formadores, para o aprofundamento

de questões relacionadas com a economia solidária, tais como agroecologia, gênero e etnia, políticas sociais e educacionais, etc.

## Centros Públicos de Economia Solidária

Os Centros Públicos de Economia Solidária são espaços multifuncionais de desenvolvimento e fomento da economia e dos empreendimentos solidários. Entre os diversos serviços a serem oferecidos por esses centros incluem-se: formação e qualificação técnica, incubação de empreendimentos, microcrédito, loja solidária e infocentro.

No caso da Bahia, a implantação desses centros, que será coordenada pela SESOL/SETRE, está prevista no Programa do governo estadual *Bahia Solidária* e no PPA (Plano Plurianual) estadual. O PPA prevê a construção de nove centros, sendo um de caráter estadual (que servirá de referência para os demais) e oito de caráter regional. A proposta de estruturação dos centros foi precedida de um processo de debate e reflexão sobre os principais desafios colocados ao avanço da economia solidária, desenvolvida no âmbito da SESOL/SETRE e em interação com diversos parceiros como a UNEB, a UNITRABALHO, o CEFET, a Fundação Banco do Brasil e a Rede Metropolitana de Cooperativas.

Os centros deverão orientar-se por uma linha metodológica comum, porém capaz de adaptar-se aos diversos contextos regionais e locais. O desempenho de cada centro será acompanhado através de um sistema de monitoramento, que deverá contemplar aspectos gerenciais (técnicos e financeiros) e os impactos de cada centro em relação à evolução da economia e dos empreendimentos solidários em sua respectiva área de atuação.

## Difusão e Reaplicação da Tecnologia de Incubação de Empreendimentos Solidários

O reconhecimento da incubação de empreendimentos solidários como tecnologia social tem levado a RTS a apoiar a difusão dessa tecnologia, visando a estimular sua reaplicação por instituições governamentais e da

sociedade civil. Durante o seminário, foram apresentadas duas iniciativas nessa área, conduzidas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Estado da Bahia (ITCP/UNEB) em duas regiões do estado.

A ITCP/UNEB foi formada em 1999, tendo sido uma das primeiras Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares do país e também a primeira Incubadora de Empreendimentos Solidários criada na Bahia. Embora tenha concentrado sua intervenção no município de Salvador, a ITCP/UNEB buscou desde a sua criação desenvolver atividades em outras regiões do estado.

Uma dessas iniciativas tem sua origem no próprio processo de formação da Incubadora, ocorrida no contexto do THABA (Projeto de Tecnologias de Habitação), que tinha por finalidade desenvolver tecnologias alternativas para a habitação popular, priorizando a utilização de insumos locais, materiais renováveis e resíduos agroindustriais (especialmente da agroindústria sisaleira). A ITCP/UNEB deu continuidade e agregou novas dimensões às atividades desenvolvida pelo THABA. Dessa forma, surgiu o PROSISAL, programa que abrange 13 municípios da Região do Sisal, e que, além do desenvolvimento e aplicação de tecnologias habitacionais inovadoras, implementa ações de incubação de cooperativas urbanas e rurais e de fomento ao desenvolvimento local.

A segunda iniciativa, denominada de *Projeto Incube*, teve origem em uma parceria da ITCP/UNEB com a prefeitura municipal de Camaçari, voltada para o fortalecimento da economia solidária no município. Com o apoio do Consórcio do Vale do Jiquiriçá (ver seção 3), essas ações têm se expandido para outros municípios da Região do Vale do Jiquiriçá.

Em ambos os casos, a atuação da ITCP/UNEB tem se pautado na adequação da metodologia de incubação às características de cada localidade e região, no respeito à autonomia dos atores locais e no incentivo à formação de redes sociais locais e ao desenho e implementação de políticas públicas de inclusão social.

### 3. Desenvolvimento Local e Dinâmicas Socioprodutivas

Além dos aspectos conceituais abordados na primeira seção desse relatório, a abordagem da questão do desenvolvimento local no seminário envolveu a apresentação e o debate de diversas experiências nessa área. Apesar da diversidade dessas iniciativas, elas apresentam, como principal traço comum, a articulação entre a reordenação socioespacial e a mobilização socioprodutiva dos territórios, através de ações voltadas para o fortalecimento da cidadania e a geração de trabalho e renda.

A seguir, apresentamos uma síntese das experiências de desenvolvimento local apresentadas no seminário:

#### Consórcio do Vale do Jiquiriçá

Essa experiência tem como ponto de partida a criação em 1994 de uma associação formada pelos 25 municípios situados na região da Bacia do Jiquiriçá, no sudoeste baiano. Apesar de possuir diversos atrativos naturais, a região sofreu um processo de degradação ambiental, em virtude de atividades de desmatamento, em boa parte financiadas com recursos de instituições financeiras públicas (Banco do Nordeste e Banco do Brasil). Outro aspecto crítico refere-se à existência de grandes déficits econômicos, sociais e educacionais. Indicadores dessa situação são, por exemplo, o baixo nível de renda (95% da população tem uma renda inferior a dois salários mínimos) e as altas taxas de analfabetismo (que chegam perto de 50% em alguns municípios).

Desde a sua formação, o Consórcio tem se guiado pelos seguintes princípios norteadores:

- **Participação**, entendido como vetor crítico, que se traduz na adoção de métodos interativos de planejamento e no caráter articulador, mediador e suprapartidário da organização.
- **Sustentabilidade**, baseado numa concepção que valoriza a proteção do meio ambiente e busca concretizar oportunidades de desenvolvimento criativo na sua relação com a natureza.

- **Integração e agilidade**, envolvendo a organização e articulação entre os diversos segmentos dos setores público, privado e da sociedade, com vistas ao agenciamento de recursos e à utilização de ferramentas ágeis que viabilizem o desenvolvimento da região

Nos primeiros anos de existência, a atuação do Consórcio esteve voltada principalmente para a gestão dos recursos hídricos da Bacia do Jiquiriçá. Um importante estímulo, nesse sentido, foi a aprovação da lei 9.433 de 1997, que define a água como recurso limitado, público e dotado de valor econômico e estabelece o princípio da gestão participativa dos recursos hídricos. Nos anos seguintes, o Consórcio passou a desenvolver atividades em outras áreas econômicas e sociais.

Para a expansão do campo de atuação do Consórcio, bem como para a consolidação da sua estrutura orgânica, foi de fundamental importância a criação de fóruns locais em todos os 25 municípios participantes. A criação desses fóruns – que contou com o apoio da Caixa Econômica Federal e do SEBRAE – viabilizou a realização de diagnósticos socioeconômicos, permitindo identificar os potenciais e as prioridades de ação em cada município.

A partir desses diagnósticos, cujos resultados encontram-se reunidos em um banco de dados, o Consórcio desenvolveu uma estratégia de ação, que inclui, além da gestão dos recursos hídricos, os seguintes componentes:

- Recuperação de áreas degradadas, especialmente das matas ciliares.
- Educação Solidária, com ênfase na alfabetização de jovens e adultos.
- Fomento a Atividades Produtivas e à Geração de Renda Familiar, em áreas como avicultura, fruticultura, artesanato e turismo rural.
- Incubação de empreendimentos solidários, em colaboração com a ITCP/UNEB.

Como principais desafios para a continuidade e aperfeiçoamento da iniciativa, são consideradas as complexidades inerentes à articulação econômica, social e político-institucional de um território formado por 4 microrregiões e 25 municípios e a ausência de fontes estáveis de financiamento, o que dificulta o desenvolvimento de um planejamento de longo prazo.

## Projeto Eco-Luzia

O Projeto Eco-Luzia é resultado de uma parceria entre a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Petrobrás e a comunidade de Santa Luzia, situada no município de Simões Filho, próximo a Salvador.

O objetivo do projeto é a implantação de uma Rede de Economia Solidária, como elemento central de uma estratégia de combate à pobreza e de promoção do desenvolvimento local sustentável daquela comunidade. O projeto baseia-se no entendimento de que a economia não deve ser vista como um fim em si mesmo e sim como um instrumento para a realização de objetivos políticos, sociais, culturais e ambientais. A economia solidária, entendida como uma nova forma de organização social da produção, é vista como uma base de referência para o desenvolvimento de novas modalidades de regulação econômica dos territórios e para a redefinição da relação entre a economia e as outras esferas da vida social.

O processo de implantação do Projeto Eco-Luzia envolveu até o momento duas etapas:

- A primeira etapa consistiu no “Planejamento com a comunidade do processo de intervenção”, contemplando as seguintes atividades: Mobilização comunitária; Fortalecimento do associativismo local; Mapeamento da produção e do consumo locais e criação de duas iniciativas: o banco comunitário de desenvolvimento e o mercadinho comunitário.
- A segunda etapa, em execução, corresponde ao “Processo de Implantação da Rede de Economia Solidária”, incluindo atividades como a construção de um Centro de Desenvolvimento Solidário, a formação de cooperativas de produção e de consumo, o incentivo à Algicultura Solidária, a criação de um grupo de jovens, a realização de um Mutirão-Escola para a construção de 23 unidades habitacionais e a consolidação do banco comunitário com expansão das suas atividades para o bairro vizinho chamado Mapele.

Futuramente o projeto pretende desenvolver outras iniciativas como a criação de um Infocentro e a organização de um fórum de debates sobre os problemas comunitários.

## Projeto Itapagipe

O Projeto Itapagipe é uma iniciativa do CIAGS/UFBA (Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social da UFBA), com o apoio da FINEP e da RTS, que tem como objetivo a promoção do desenvolvimento socioterritorial da Península de Itapagipe na Bahia a partir da incubação de núcleos produtivos na região.

A Península de Itapagipe caracteriza-se, por um lado, pelos elevados níveis de exclusão social e pelo “vazio econômico” gerado pela decadência do pólo têxtil instalado na região e, por outro, pela existência de diversos fazeres e saberes tradicionais, que constituem uma importante referência para estratégias endógenas de desenvolvimento. Nos últimos anos, a região tem sido alvo de diversas iniciativas no campo econômico e social, protagonizadas por organismos governamentais, empresas, ONGs, universidades, etc. Essas iniciativas, no entanto, não se encontram articuladas entre si, o que reduz a sua eficácia e gera um descrédito da população frente às ações institucionais voltadas para o desenvolvimento da região.

Nesse cenário, o Projeto Itapagipe buscou implementar uma linha de ação mais próxima das práticas tradicionais da comunidade, através da valorização da cultura do artesanato, amplamente difundida na região. Para isso foi desenvolvida uma metodologia denominada de “Residência Social”, através da qual universitários (as) de diferentes áreas de conhecimento interagem com diversas associações locais de artesãos, buscando alcançar melhorias em áreas como design, marketing e gestão dos empreendimentos. Atualmente o projeto trabalha diretamente com 9 grupos de artesãos. Enquanto perspectiva futura, o projeto pretende implantar, no período de 2008 a 2011, um laboratório de práticas de Maestria em Artes e Ofícios Populares, envolvendo o mapeamento dos mestres-artesãos e seus saberes populares no território do Sisal na Bahia.

## Rede Pintadas

A experiência de Pintadas distingue-se das demais iniciativas de desenvolvimento local apresentadas no seminário pelo fato de não ter surgido a

partir de uma ação de indução externa e sim da mobilização dos próprios moradores da comunidade.

Criado há 23 anos, o município de Pintadas, localiza-se na região do semi-árido baiano a 250 km de Salvador. O município conta com uma população de cerca de 12 mil habitantes, dos quais 7 mil residem em área rural. Suas principais atividades econômicas são a pecuária e a agricultura familiar. Como muitos outros municípios da região (e do Brasil) o município enfrenta sérios problemas econômicos e sociais, além de deficiências na oferta de bens e serviços públicos e privados.

O movimento que levou à construção da Rede Pintadas, cujo início praticamente coincide com a emancipação política do município, tem buscado enfrentar esses desafios, através entre outras das seguintes iniciativas:

- Fortalecimento do associativismo local, tendo como ponto de partida a criação em 1994 da AMP – Associação das Mulheres Pintadenses.
- Formação de uma cooperativa de crédito no município, que, desde o fechamento da agência local do Baneb, não contava com nenhuma instituição financeira.
- Melhoria das condições de acesso à água, através da captação e armazenamento em cisternas comunitárias de águas pluviais.
- Incremento da geração de renda e da segurança alimentar, através do incentivo ao cultivo e/ou beneficiamento de diversos produtos alimentares (feijão, mandioca, milho, hortaliças, frutas, mel, etc).
- Criação, através de um convênio com a CEMINA do Rio de Janeiro, de um canal de conexão à Internet e construção com o apoio da Fundação Banco do Brasil de uma Estação Digital, viabilizando o acesso público à Internet.

A dinâmica de funcionamento da Rede Pintadas é baseada em princípios como a transparência das informações, o caráter participativo dos processos decisórios, a negociação coletiva de parcerias e a solidariedade e o apoio mútuo entre as entidades envolvidas. Em relação ao governo municipal, a rede mantém uma relação de cooperação e respeito mútuo, o que permite conciliar a realização de ações conjuntas com a preservação da autonomia de ambas as partes.

Em síntese, a experiência de Pintadas, mostra que, apesar da relevância de apoios externos para os processos de desenvolvimento local, o elemento-chave para o êxito dessas iniciativas reside na mobilização e empoderamento das próprias comunidades e na sua capacidade de desenvolver soluções adequadas e criativas para o uso produtivo dos recursos existentes nos territórios.

## 4. Redes e Cadeias Produtivas

A participação em redes, cadeias e arranjos produtivos representa uma das principais estratégias para a minimização das debilidades dos empreendimentos solidários e para a conseqüente elevação da sua competitividade e do seu potencial de viabilização econômica.

Nesta seção são apresentadas experiências, expostas durante o seminário, de formação de [ou de inserção de empreendimentos solidários em] redes e cadeias produtivas em três segmentos da economia: vestuário, turismo e reciclagem de resíduos sólidos.

### Consórcio Social da Moda de Salvador

O Consórcio Social da Moda de Salvador é uma iniciativa da SEMPRE (Secretaria Municipal de Economia, Emprego e Renda) voltada para a articulação em rede de empreendimentos econômicos solidários do segmento de vestuário e entidades de apoio.

Os principais objetivos do Consórcio são:

- Ampliação da capacidade, técnica, gerencial e produtiva dos empreendimentos.
- Redução dos custos através de compras coletivas de insumos e serviços.
- Aperfeiçoamento do design dos produtos.
- Fortalecimento da autogestão dos empreendimentos e da rede.
- Erradicação do analfabetismo e elevação dos níveis de escolaridade dos participantes dos empreendimentos.
- Sensibilização para as questões ambientais e fortalecimento das identidades de gênero e raça.

Atualmente fazem parte do Consórcio 18 empreendimentos, sendo 8 associações, 7 cooperativas e 3 grupos informais. No total participam dos empreendimentos cerca de 400 pessoas, das quais a grande maioria (92%) são mulheres e pouco mais da metade de são de cor negra. Mais da metade dessas pessoas teve acesso ao ensino médio e a maioria dos empreendimentos conta com integrantes que já participaram de atividades de capacitação, especialmente, nas áreas de cooperativismo, empreendedorismo e corte e costura.

## Incubação de empreendimentos solidários na cadeia do turismo

A experiência de incubação e fortalecimento de empreendimentos solidários em áreas turísticas do Nordeste é resultado de uma cooperação entre o Ministério do Turismo e a ITCP/COPPE/UFRJ. O objetivo dessa iniciativa foi o de ampliar as oportunidades de geração de trabalho e renda em localidades com alto potencial turístico, através da incorporação de grupos associativos às atividades de produção de bens e serviços relacionadas a esse segmento econômico.

Iniciado através de uma experiência-piloto, que contou com a colaboração da AECL (Agência Espanhola de Cooperação Internacional), o projeto atua em 3 pólos turísticos do Nordeste (Lençóis Maranhenses, Serra da Capivara e Jericoacoara), abrangendo 12 municípios. Nessas localidades, o projeto incubou 20 cooperativas, com um total de 355 cooperados, que atuam em diversas atividades direta ou indiretamente relacionadas ao turismo, como artesanato, transporte, hospedagem familiar, beneficiamento de frutas nativas, etc.

Uma avaliação inicial do Programa destacou, como principais aspectos positivos, a melhoria na qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelas cooperativas, a interação entre os grupos incubados e o aumento da participação social e política dos cooperados. Como principais desafios, foram identificados o alto nível de sazonalidade da atividade turística, a falta de demanda por alguns produtos ofertados pelas cooperativas e as dificuldades de articulação entre os empreendimentos que operam direta ou indiretamente com o setor turístico.

De uma forma geral, o balanço das atividades realizadas até o momento foi considerado positivo, o que estimulou o Ministério do Turismo a realizar um novo convênio para a reaplicação da experiência em outras sete localidades.

## Coleta e Reciclagem de Resíduos Sólidos

A questão da gestão dos resíduos sólidos (com foco na situação nos municípios baianos e, em especial, na Região Metropolitana de Salvador) foi abordada em um painel realizado no seminário, que contou com a participação de representantes do Movimento Nacional dos Catadores, de uma rede de cooperativas de reciclagem, de uma OSCIP de assessoria a grupo de catadores e do governo estadual da Bahia (SESOL / SETRE).

A seguir, destacamos alguns pontos abordados nesse painel:

- Apesar de realizarem um trabalho ambiental e socialmente útil, os catadores de lixo permanecem sendo vistos como profissionais de segunda categoria, sem acesso a direitos trabalhistas básicos. Entre as iniciativas voltadas para a reversão desse quadro, podem ser mencionadas a inclusão da categoria do catador de lixo no Código de Ocupações elaborado pelo Ministério do Trabalho, a melhoria das condições de trabalho dos catadores e a criação de condições para que os trabalhadores tenham acesso à aposentadoria e a outros benefícios sociais e trabalhistas.
- A maioria dos catadores autônomos mantém com os atravessadores uma relação de subordinação que, em muitos casos, aproxima-se da situação de trabalho escravo. Apesar disso, apenas uma pequena parcela dos catadores autônomos tem optado por romper essa relação de subordinação e se organizar de forma independente em cooperativas e associações, o que lhes asseguraria condições de trabalho mais dignas. De acordo com uma pesquisa realizada pela UFBA mais de 70% dos catadores são autônomos e apenas 4% estão organizados de forma associativa. As resistências de muitos catadores em se organizarem em cooperativas ou outras modalidades de grupos solidários pode ser atribuída em parte às suas trajetórias de trabalho individual e/ou familiar e às dificuldades de assimilar os princípios do

cooperativismo e do trabalho em equipe. É provável que para essas resistências concorram também motivos financeiros: no caso dos catadores autônomos o pagamento é feito à vista, contra a entrega do material, já a remuneração dos cooperados é feita mensalmente, o que exige uma mudança completa dos hábitos de gastos. Além disso, a remuneração dos cooperados, durante a fase de consolidação do empreendimento, situa-se muitas vezes abaixo daquela obtida pelo catador individualmente. Nesse sentido, seria importante que a formação de cooperativas de catadores de lixo estivesse articulada com programas de transferência ou complementação de renda, que assegurassem aos integrantes desses empreendimentos uma renda básica durante a fase de transição.

- A cadeia de reciclagem de resíduos sólidos exige uma escala de produção bastante superior à capacidade das associações e cooperativas. Assim, para se tornarem economicamente competitivos, esses empreendimentos necessitam estarem articulados em Redes ou Complexos Cooperativos. Outro requisito fundamental para a viabilização econômica diz respeito à observância de rígidos padrões de qualidade, tanto no que se refere aos procedimentos de coleta quanto no tocante ao pré-beneficiamento do material coletado. Dessa forma, é de grande importância que sejam feitos investimentos na área de qualificação social e profissional dos integrantes das cooperativas de reciclagem, que, em muitos casos, devem estar associados à elevação do seu nível de escolaridade.
- As políticas públicas de gestão de resíduos sólidos devem articular os aspectos ambientais, econômicos, sociais, educacionais e institucionais envolvidos nessa questão. Enquanto elementos fundamentais dessas políticas podem ser mencionados: i) Construção de aterros sanitários para o depósito dos resíduos sólidos; ii) Instalação de uma infra-estrutura para a coleta seletiva de lixo e desenvolvimento de campanhas de esclarecimento e conscientização da população acerca da sua utilização; iii) Estímulo à organização dos catadores em cooperativas ou associações e apoio, sob múltiplas formas, à estruturação desses empreendimentos em redes e

complexos cooperativos; iv) Destinação de todo o material reciclável gerado por órgãos ou empresas públicas para as cooperativas de catadores; v) Criação de incentivos (fiscais ou de outra natureza) para que os grandes geradores de resíduos doem o material reciclável para as cooperativas; vi) Fiscalização da cadeia produtiva de reciclagem, no sentido de assegurar uma maior transparência às transações efetuadas no seu interior, evitando a formação de cartéis ou outras práticas escusas.

---

## Programação do seminário

### 10 de abril de 2008

#### 9 às 10h

##### Abertura

- Nilton Vasconcelos – Secretário Estadual de Trabalho, Renda e Esporte da Bahia
- Helbeth Lisboa de Oliva – Superintendente da SESOL (Superintendência de Economia Solidária da Bahia)
- Rodrigo Fonseca – FINEP/Comitê Coordenador da RTS
- Roberto Marinho – Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes / MTE
- Pedro Claudio Cunca Bocayuva – FASE

#### 10 às 12h

##### 1. Tecnologia social, organização do trabalho e território

- Pedro Claudio Cunca Bocayuva – FASE
- Larissa Barros – Secretária Executiva da RTS
- **Moderador:** Caio Silveira – Rits

#### 12 às 14h

Almoço

#### 14 às 18h

##### 2. Economia solidária: processos de formação e incubação de empreendimentos solidários

- Tatiana Araújo Reis – Projeto Estadual de Incubadoras Públicas / Superintendência de Economia Solidária da Bahia
- Cristiane Ferreira – Projeto de Centros Públicos de Economia Solidária / Superintendência de Economia Solidária da Bahia
- Roberto Marinho – Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE
- Ana Dubeux – Centro Público de Referência em Economia Solidária / Senaes – MTE – Região Nordeste / UFRPE
- Suely Guimarães – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares / UNEB
- Andre Santana – Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária
- **Moderador:** Aelson Almeida – Forproex /Comitê Coordenador da RTS

## 11 de abril de 2008

**9 às 12h**

### **3. Economia popular solidária e desenvolvimento local**

- Sidney Suerdieck – Projeto Arranjos Produtivos e Desenvolvimento Local / Superintendência de Economia Solidária da Bahia (SESOL/SETRE)
- Vera Lyra – Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá
- Gabriel Kraychete – Capina/UCSAL
- Rodrigo Ramiro – Coordenação de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas/Ministério do Turismo
- Nereide Segala – Rede Pintadas
- Genauto França Filho – Projeto ECOLUZIA/ UFBA
- Tânia Fisher – CIAGS / UFBA
- **Moderador:** Antônio Barbosa – ASA/Comitê Coordenador RTS

**12 às 14h**

Almoço

**14 às 17h**

### **4. Reciclagem de resíduos sólidos: experiências de organização e políticas públicas**

- Jorge Henrique Mendonça – Programa Estadual de Reciclagem / Superintendência de Economia Solidária da Bahia (SESOL / SETRE)
- Ubiratan Santa Bárbara – Caec / Movimento Nacional de Catadores
- Joilson Santos Santana – Camapet / Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia
- Antônio Bunchaft – Pangea / Coordenador da Rede Cata Bahia
- **Moderador:** Ana Paula de Moura Varanda – FASE

**17h**

### **Encerramento**

- Helbeth Lisboa de Oliva – Superintendente da SESOL (Superintendência de Economia Solidária da Bahia)
- Rodrigo Fonseca – FINEP/Comitê Coordenador da RTS
- Pedro Cláudio Cunha Bocayuva – FASE
- Ana Paula de Moura Varanda – FASE



Mesa de Abertura do Seminário Tecnologia Social e Economia Solidária: Estratégias de Formação e Desenvolvimento Local



Foto 4 – Plenária do Seminário Tecnologia Social e Economia Solidária: Estratégias de Formação e Desenvolvimento Local.

## Seminário

---

# Tecnologia Social e Incubadoras de Empreendimentos Solidários

Belém, 16 e 17 de julho de 2008

## Apresentação

Esse documento sistematiza os principais pontos das exposições<sup>31</sup> e dos debates realizados no Seminário “Tecnologia Social e Incubadoras de Empreendimentos Solidários” realizado em Belém nos dias 16 e 17 de julho de 2008.

O seminário, promovido pela FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) e pela RTS (Rede de Tecnologias Sociais), contou com a participação de pessoas e organizações que operam nos campos da Tecnologia Social, da Economia Solidária e da Incubação de Empreendimentos Solidários, especialmente, na Região Norte do país.

A realização do seminário insere-se dentro do processo de acompanhamento e avaliação dos projetos de incubação de empreendimentos solidários apoiados pela RTS, que vem sendo desenvolvido pela FASE desde 2007 e que já envolveu dois outros eventos (no Rio de Janeiro, em novembro de 2007, e em Salvador em abril de 2008). Como nos casos anteriores, o objetivo do seminário foi permitir uma socialização dos resultados, perspectivas e

---

31 A versão integral das apresentações exibidas no seminário está disponível no site *Tecnologia Social e Incubação de Empreendimentos Solidários* (<http://www.Incubadoras-ts.org.br>).

desafios dessas iniciativas e aprofundar aspectos de natureza conceitual, metodológica e política relacionados com os temas da Tecnologia Social e da Economia Solidária.

O relatório está dividido em 3 seções:

- A primeira aborda o tema da Tecnologia Social e de suas conexões com a incubação de empreendimentos solidários e o desenvolvimento local.
- A segunda apresenta um breve perfil da Economia Solidária no Brasil e sintetiza experiências de programas e políticas públicas de fomento a este setor.
- A terceira enfoca iniciativas de redes locais e regionais de economia solidária e examina algumas questões relativas à construção de parcerias entre o Estado e a sociedade civil para o fomento da economia solidária.

## 1. Tecnologia Social, Incubação de Empreendimentos Solidários e Desenvolvimento Local

Essa seção está dividida em três tópicos. O primeiro sintetiza alguns elementos conceituais relativos ao tema da tecnologia social expostos no seminário. O segundo examina a incubação de empreendimentos solidários sob a ótica da tecnologia social. O terceiro enfoca as possibilidades de interação entre a incubação de empreendimentos solidários e o desenvolvimento local.

### Abordagens Conceituais da Tecnologia Social

Durante o seminário, foram apresentadas três visões sobre o tema da Tecnologia Social, que embora não sejam necessariamente excludentes entre si, enfatizam aspectos distintos desse campo temático.

A primeira visão tem como ponto de partida a afirmação de Marx, para quem *“O capital, unicamente, não cria a ciência, mas a explora apropriando-se*

*dela no processo produtivo*". Historicamente, a apropriação da ciência e do desenvolvimento tecnológico pelo capital gerou uma crescente separação entre a tecnologia e o trabalho, além de uma desarticulação entre o conhecimento do trabalhador e a execução física do trabalho. A tecnologia social busca alterar essa situação, na medida em que direciona o foco do desenvolvimento tecnológico para o atendimento das necessidades dos trabalhadores, possibilitando com isso a superação do fosso entre conhecimento e trabalho e abrindo novas perspectivas de inserção socioproductiva.

A segunda visão situa a questão da tecnologia social dentro do debate acerca da relação entre ciência e sociedade<sup>32</sup>. As interpretações acerca dessa relação podem ser tipificadas em quatro categorias:

- i) A primeira defende a visão tradicional da neutralidade da ciência e tecnologia. As aplicações concretas da tecnologia, bem como as suas consequências econômicas e sociais, decorreriam de decisões políticas, que seriam tomadas fora da área de intervenção da ciência.
- ii) A segunda visão, denominada de "determinismo tecnológico", corresponde à visão marxista ortodoxa, que considera que o progresso da tecnologia (vale dizer da ciência aplicada ao processo produtivo) teria, independente das suas expressões concretas, uma consequência social benéfica, na medida em que acirrar a contradição entre o "desenvolvimento das forças produtivas" e as "relações sociais de produção" levando à superação do capitalismo e das formas de opressão e exploração presentes nesse sistema.
- iii) A terceira, designada de "tese fraca da não neutralidade," rompe com o paradigma da neutralidade científico-tecnológica, na medida em que reconhece que a ciência e a tecnologia são construções sociais, que interagem com o ambiente social, econômico e cultural no qual foram concebidas e sobre o qual atuam.
- iv) Por fim, a "tese da não neutralidade forte" parte dos mesmos pressupostos da interpretação anterior, mas busca associar as

---

32 Essa visão baseia-se no livro recém-publicado *Neutralidade Científica e Determinismo Tecnológico* de autoria do Prof. Renato Dagnino.

diferentes modalidades de tecnologia aos grupos sociais existentes na sociedade capitalista. De acordo com essa concepção, a tecnologia convencional corresponderia aos interesses dos setores capitalistas hegemônicos, enquanto a tecnologia social estaria direcionada ao atendimento das necessidades da classe trabalhadora, o que englobaria tanto os trabalhadores assalariados como os participantes dos empreendimentos coletivos e solidários.

Uma terceira visão contextualiza o tema da tecnologia social no momento histórico atual, marcado por uma profunda transformação das formas de organização da produção e da vida social. Como elementos emblemáticos desse momento, podem ser mencionados, o crescente desenvolvimento das técnicas informacionais e o papel estratégico das redes de múltipla natureza (redes empresariais, redes financeiras, redes tecnológicas, redes sociais, etc.). O capital tem buscado utilizar esses elementos a seu favor, através da apropriação privada dos recursos gerados pelo avanço da tecnologia da informação e da criação de *redes verticalizadas*, capazes de manter e dinamizar o seu processo de reprodução. Nesse quadro, os grandes desafios colocados para a tecnologia social, são, em primeiro lugar, o desenvolvimento e a socialização – dentro de uma ótica não subordinada aos interesses do capital – das potencialidades existentes, especialmente (embora não exclusivamente), na área informacional e na viabilização de *redes horizontalizadas*, capazes de articular um elenco diversificado de atores do campo popular e de impulsionar processos de valorização dos saberes e práticas populares, de repartição do conhecimento e da riqueza e de mobilização socioproductiva dos territórios.

## A Incubação de Empreendimentos Solidários como Tecnologia Social

O entendimento da incubação de empreendimentos solidários como uma tecnologia social baseia-se na definição de tecnologia social adotada pela RTS. De acordo com essa definição, tecnologias sociais são “*produtos, técnicas e metodologias reaplicáveis, desenvolvidos em interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social*”

A incubação de empreendimentos solidários enquadra-se plenamente dentro dessa definição, na medida em que:

- É desenvolvida em permanente interação com as comunidades e com os empreendimentos incubados.
- Promove a transformação social, na medida em que favorece a descentralização do poder econômico e a autonomização social e produtiva dos grupos envolvidos.
- É reaplicável, o que significa, por um lado, que ela possui um potencial multiplicador e, por outro lado, que ela é passível de ser adaptada a diferentes contextos sociais, econômicos e culturais.

Essas características da incubação de empreendimentos solidários foram reafirmadas pelos relatos das experiências de 3 Incubadoras Universitárias presentes ao seminário, vinculadas às universidades federais de Juiz de Fora, do Pará e do Acre.

Apesar de diversas especificidades, as exposições dessas experiências revelam a existência de importantes aspectos em comum, entre os quais pode-se destacar:

- A adoção de uma metodologia de capacitação que contempla as múltiplas dimensões (educacional, política, econômica, social e ambiental) presentes no processo de incubação.
- O esforço de adaptar instrumentos e técnicas gerenciais e produtivas às características e dinâmicas dos empreendimentos solidários e ao nível sociocultural dos seus participantes.
- A ênfase na autogestão e na auto-sustentabilidade dos empreendimentos.
- As iniciativas voltadas para a disseminação da tecnologia de incubação, seja através do apoio direto à formação e consolidação de novas Incubadoras, seja através das tentativas de inserção da tecnologia de incubação no âmbito de políticas públicas de fomento à economia solidária.

## Incubação de Empreendimentos Solidários e Desenvolvimento Local

Outro aspecto, debatido no seminário, relaciona-se com a interação entre a incubação de empreendimentos solidários e os processos de desenvolvimento local.

Para as Incubadoras de empreendimentos solidários, a inserção em projetos de desenvolvimento local possibilita:

- Um melhor entendimento do ambiente econômico, social, político e cultural no qual os empreendimentos são gerados e no qual vão atuar.
- Uma maior articulação com atores institucionais de diversa natureza existentes ou atuantes na localidade, ampliando as possibilidades de captação de apoios.
- A identificação e implementação de oportunidades de negócios com outros agentes econômicos locais.
- O estímulo à formação de redes e cadeias produtivas com outros empreendimentos da economia popular e solidária existentes na localidade.

Por sua vez, uma maior aproximação com as Incubadoras de Empreendimentos Solidários pode significar para os processos de desenvolvimento local:

- A agregação de novos conhecimentos, técnicas e metodologias adequadas à realidade local.
- O aumento das oportunidades de qualificação técnica e gerencial, e a conseqüente melhoria da formação humana na localidade.
- A ampliação do leque de atores envolvidos com esses processos.
- A organização de circuitos produtivos e o aumento da geração e da circulação de renda nas comunidades

Em resumo, pode-se afirmar que, além de perseguirem objetivos em boa parte comuns, a incubação de empreendimentos solidários e as iniciativas de desenvolvimento local possuem um alto potencial sinérgico. Trata-se, portanto, de criar as condições técnicas, gerenciais e político-institucionais para que esse potencial seja adequadamente explorado.

## 2. Economia Solidária e Políticas Públicas

Nos últimos anos, tem crescido a importância da economia solidária no âmbito das políticas públicas de geração de trabalho e renda e inclusão social. Um marco desse processo foi, sem dúvida, a criação em 2003 da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), que vem se constituindo como uma referência nacional e um espaço central de articulação e apoio à disseminação de ações públicas de fomento à economia solidária.

Graças aos esforços da SENAES e de outros atores situados nas três esferas de governo, bem como da atuação reivindicatória e propositiva de diversas organizações da sociedade civil, as ações de apoio ao desenvolvimento da economia solidária (até poucos anos praticamente ausentes da pauta das políticas públicas) envolvem atualmente treze ministérios, quatorze governos estaduais e centenas de administrações municipais.

Essa seção aborda a natureza da economia solidária e de suas relações com as políticas públicas no Brasil. O primeiro tópico apresenta um perfil resumido das principais características desse setor, com base no 2º Mapeamento Nacional da Economia Solidária realizado em 2007, sob a coordenação da SENAES. O segundo tópico expõe as concepções e os eixos que norteiam a política de fomento à economia solidária no plano federal. O terceiro tópico enfoca algumas experiências de governos sub-nacionais da Região Norte, expostas no decorrer do seminário.

### Perfil da Economia Solidária

O mapeamento, realizado em 2007, abrangeu 52% dos municípios brasileiros e permitiu a identificação de 21.959 empreendimentos econômicos solidários (EES). Através de projeções estatísticas, estima-se que o número total de EES existentes em todo o território nacional situe-se em torno de 32 mil. Esse número indica que a tendência à expansão da economia solidária – observável desde a década de 1980 – não tem sido alterada com o crescimento do emprego formal ocorrido nos últimos anos.

De uma forma geral, os EES podem ser classificados em duas categorias:

- i) A categoria majoritária consiste em empreendimentos, cuja função básica é a prestação de algum tipo de serviço aos seus integrantes. Nesse caso, enquadram-se as associações e cooperativas de pequenos produtores rurais e urbanos, que desenvolvem a produção de bens e serviços em bases familiares ou individuais, mas que realizam atividades em comum, tais como a comercialização, a compra de matéria-prima e insumos, o uso compartilhado de equipamentos ou instalações, etc.
- ii) A segunda categoria corresponde aos empreendimentos nos quais todas as etapas das atividades econômica são realizadas em conjunto e a propriedade e o domínio dos meios de produção é coletivo. Nesses casos, os integrantes do empreendimento sobrevivem basicamente da remuneração obtida através do trabalho coletivo.

No tocante ao formato jurídico-institucional, os EES encontram-se organizados na forma de associações (52%), cooperativas (10%) e grupos informais (37%). A existência de um nível elevado de informalidade encontra-se provavelmente associada à persistência de um marco regulatório desfavorável à constituição jurídica dos EES, especialmente no caso das cooperativas.

A distribuição setorial dos EES indica uma forte participação das atividades do setor primário (agropecuária, extrativismo e pesca) que concentram 41% do total de empreendimentos. Outros ramos de atividade econômica que aparecem com destaque são: alimentos e bebidas (17%), artefatos artesanais (17%) e têxtil e confecções (10%).

Aproximadamente 60% dos EES têm um faturamento bruto mensal de até R\$ 5.000. O confronto entre receitas e despesas indica a existência de um superávit em 38% dos casos, de um equilíbrio em 34% e de um déficit em 15%. A maioria (62%) dos integrantes dos EES recebe uma remuneração mensal de até um salário mínimo e 88% de até 2 salários mínimos. A remuneração média dos participantes dos EES é de R\$ 334, correspondendo a um pouco mais de um terço da remuneração mensal média dos trabalhadores brasileiros (R\$ 928), de acordo com dados da PNAD 2007.

## Concepção e Diretrizes das Políticas Públicas de Economia Solidária

No debate em torno das políticas públicas para a economia solidária, é possível distinguir três visões básicas:

- A primeira considera que a economia solidária reproduz conceitos neo-liberais e fortalece a precarização das relações de trabalho, não devendo portanto ser apoiada pelo Estado.
- A segunda entende as políticas de apoio à economia solidária exclusivamente como mecanismos compensatórios, destituídos de um sentido estratégico para o desenvolvimento econômico e social do país.
- A terceira concebe as políticas públicas de economia solidária como estratégias de direito e de desenvolvimento, fundamentadas na organização associativa e autogestionária das pessoas no mundo do trabalho e na vida social.

É a partir dessa terceira visão que a SENAES e seus parceiros na esfera governamental e na sociedade civil vêm buscando estruturar um sistema público de fomento à economia solidária, capaz de:

- Contemplar múltiplas vertentes de atuação, tais como: a construção de um marco regulatório adequado, formação, capacitação e assessoria aos EES, apoio à comercialização, acesso ao financiamento, desenvolvimento e reaplicação de tecnologias sociais, etc.
- Envolver diferentes esferas de atuação governamental, como educação, trabalho, ciência e tecnologia, economia e desenvolvimento social.
- Articular estratégias de âmbito nacional com iniciativas de caráter regional, estadual, municipal e local.

## Experiências nos planos estadual e municipal

Durante o seminário, foram apresentadas 3 experiências de políticas públicas de fomento à economia solidária na região Norte do país, cujas principais características são resumidas a seguir.

- i) O **Programa Estadual de Economia Solidária do Acre (PEES/AC)** é uma iniciativa do governo estadual do Acre, através da DESOL (Divisão de Economia Solidária), em parceria com prefeituras municipais e organizações da sociedade civil. O Programa tem como objetivo a construção coletiva de uma *“política pública de economia solidária, que promova o desenvolvimento local sustentável, que contribua para a geração de trabalho e distribuição de renda, com justiça social e responsabilidade ambiental, através do fomento, por meio de incubação, de empreendimentos econômicos solidários”*.  
A construção do PEES/AC, iniciada em 2007, vem ocorrendo de forma progressiva, através da implantação de projetos, que embora adotem uma mesma base conceitual e metodológica, possuem características específicas. Atualmente o Programa abrange 4 projetos: Fomento a EES; Fomento a EES como Estratégia de Desenvolvimento local; Fomento a EES de Mulheres e Fomento a EES – Demanda Espontânea.  
A metodologia de incubação adotada pelo Programa envolve, entre outras as seguintes atividades: diagnóstico socioeconômico, ambiental e territorial; qualificação empreendedora, técnico-produtiva e gerencial; elaboração de planos de negócio e projetos técnicos; certificação orgânica e socioambiental; prospecção de mercado, articulação e apoio à participação em feiras e facilitação do acesso ao crédito, através de cooperação com o Programa Estadual de Microcrédito, operado por instituições microfinanceiras locais. Numa fase inicial, de dois anos de duração, o PEES/AC pretende atender a 5.600 pessoas, o que corresponde a 28% dos integrantes dos EES mapeados no estado.
- ii) O **Programa Bolsa-Trabalho** é uma iniciativa do governo estadual do Pará e consiste em um *“investimento em formação profissional, que visa*

*dar oportunidade de acesso ao mundo do trabalho aos jovens paraenses de baixa renda*". O público-alvo do Programa é formado por jovens de 18 a 29 anos, que estejam desempregados há pelo menos seis meses, residam no Pará há pelo menos três anos e possuam uma escolaridade mínima de cinco anos. A estratégia adotada envolve a qualificação profissional dos jovens, a concessão de um auxílio-financeiro no valor de R\$ 70 por mês e o acompanhamento do acesso ao mundo do trabalho, que pode ocorrer de três formas: através da inserção no mercado de trabalho formal, da criação de microempreendimentos familiares e da constituição de empreendimentos solidários. Essa terceira vertente de inserção socioprofissional vincula-se a outras ações de fomento à economia solidária no Pará, entre as quais incluem-se: a incubação de EES realizada há vários anos pela UFPA, a construção de um Centro Público Estadual de Economia Solidária, a elaboração de um anteprojeto de Lei Estadual de Economia Solidária e as tentativas de adequação do Programa Estadual de Microcrédito ("Credipará") às demandas e características dos EES. No campo da economia solidária, a meta do Bolsa-Trabalho é a constituição, até 2010, de 620 EES, com a participação de jovens atendidos pelo Programa.

- iii) O **Programa de Economia Solidária de Xinguara** é uma iniciativa da prefeitura daquele município, localizado no sul do Pará, com o apoio de organizações da sociedade civil, em particular da *Copatorô*<sup>33</sup>, que há vários anos desenvolve ações de fomento à economia solidária na região. O marco inicial do Programa foi a aprovação em julho de 2006 de uma lei municipal que instituiu o Fundosol, voltado para o financiamento de EES. O fundo é formado com um percentual de 1% da receita tributária, o que corresponde a cerca de R\$ 360 mil, dos quais R\$ 290 mil deveriam ser utilizados na concessão de créditos e R\$ 70 mil na formação de um fundo de aval. No início de 2007, foi realizada a primeira Conferência Municipal de Economia Solidária e eleito o Conselho Gestor do Fundosol. A operacionalização do fundo enfrentou, no entanto, diversos obstáculos, tanto no tocante às

---

33 Ver seção 3 desse documento.

negociações com o agente financeiro (Banco do Brasil) quanto em relação à sua viabilização jurídica no contexto da administração municipal. Em razão dessas dificuldades, a estratégia adotada atualmente é a de buscar viabilizar o fundo através de cooperação com o Programa Estadual de Microcrédito, o *Credipará*. A atuação conjunta com o governo estadual tem se refletido também na implantação do Bolsa-Trabalho, que já atendeu mais de 200 jovens residentes no município.

### 3. Redes de Economia Solidária e Construção de Parcerias

Além das ações oriundas da esfera governamental, o crescimento da economia solidária vem sendo impulsionado pelo Movimento de Economia Solidária (MES), que abrange um amplo e heterogêneo conjunto de organizações e articulações institucionais, entre os quais incluem-se: a rede formada pelo Fórum Brasileiro e pelos Fóruns Estaduais de Economia Solidária, as entidades e redes de capacitação e assessoria, as redes de Incubadoras Universitárias e as redes locais, regionais e setoriais de empreendimentos solidários, que vêm se constituindo em diversos pontos do país.

Esta seção está dividida em duas partes. Na primeira é apresentado um resumo de três experiências de redes de economia solidária, localizadas nas regiões Norte e Centro-Oeste. Na segunda discute-se as perspectivas e desafios da articulação entre as ações governamentais e da sociedade civil, considerada por diversos participantes do seminário como um requisito fundamental para a construção e consolidação de uma política pública integrada de fomento à economia solidária.

#### Experiências de Redes de Economia Solidária

Durante o seminário, foram relatadas três experiências de construção de redes de economia solidária, sintetizadas a seguir.

- i) **A Copatiorô – Cooperativa de Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Humano e Sustentável** tem sua origem no trabalho social realizado na década de 1980 no sul do Pará por entidades vinculadas à Igreja Católica como a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o MEB (Movimento de Educação de Base). Na medida em que, a partir da década de 1990, a Igreja reduziu sua atuação no campo social, tornou-se necessária a criação de uma organização que desse continuidade e ampliasse o trabalho que já vinha sendo desenvolvido. A Copatiorô foi formada por profissionais de diversas áreas de conhecimento e a sua atuação está direcionada para a formação política, a geração de renda (através do apoio à agricultura familiar e ao beneficiamento e comercialização de produtos agroflorestais) e a proteção ambiental (através do incentivo à agroecologia). A atuação mais sistemática no campo da Economia Solidária inicia-se em 2005, com a aprovação de um projeto apresentado pela entidade a um edital da FINEP / RTS. O projeto abrange cinco municípios da região sul do Pará (Conceição do Araguaia, Redenção, Rio Maria, Xinguara e Piçarra) e está estruturado em cinco passos interligados: o primeiro corresponde à formação dos empreendimentos solidários, a partir da potencialização das práticas socioprodutivas locais; o segundo na formação de redes de EES em cada município; o terceiro na construção de uma rede regional de economia solidária; o quarto na utilização dessa experiência como um vetor estruturante para a formulação e implementação de uma Política Pública de Economia Solidária e o quinto na difusão, entre os atores participantes do processo da discussão, de temas transversais, como a questão de gênero e a sustentabilidade (nas suas dimensões econômica, política, ecológica e sociocultural).
- ii) **A Rede Mato-Grossense de Educação e Socioeconomia Solidária (Rensol)** é uma rede de economia solidária, com a atuação centrada no estado do Mato Grosso, mas cuja influência estende-se também a outras UFs da Região Centro-Oeste. A Rensol teve sua origem na UNEMAT (Universidade Estadual do Mato Grosso), com a criação da primeira incubadora de empreendimentos solidários da região Centro-Oeste. Esse processo expandiu-se inicialmente no âmbito da própria

UNEMAT, com a criação de mais seis Incubadoras em outras sedes da Universidade. Um segundo momento de construção da rede envolveu o apoio à criação e/ou (re) estruturação de outras Incubadoras de EES vinculadas a instituições de ensino superior da região Centro-Oeste, como as Universidades Federais do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, a Universidade de Brasília, a Universidade Católica de Goiás e o Cefet de Cuiabá. Um terceiro passo consistiu na articulação com organizações do movimento social, interessadas em atuar no campo da economia solidária, como: a Via Campesina, a CPT, a pastoral da juventude rural e o movimento das mulheres camponesas. Atualmente a Rensol abrange três regionais, localizadas na região de Cáceres (sudoeste de Mato Grosso), na região do Araguaia e no norte do estado. Como diversas organizações e pessoas presentes no seminário, a Rensol considera que um desenvolvimento quantitativo e qualitativo da economia solidária pressupõe a existência de uma política pública voltada para o fomento desse setor. No caso do Mato Grosso, destacam-se como ações prioritárias nesse campo, a aprovação definitiva de uma Lei estadual de Economia Solidária (cuja versão inicial, aprovada pela Assembléia Legislativa foi vetada pelo governador) e uma mudança nos critérios de alocação de recursos estatais de fomento do setor produtivo, que até agora tem beneficiado principalmente o agronegócio de grande porte (especialmente o setor sojeiro).

- iii) A **Rede Tocantina de Fruticultura** é uma articulação de empreendimentos solidários (cooperativas e associações de pequenos produtores) de oito municípios (Igarapé Miri, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará, Moju, Barcarena, Baião e Santa Izabel) da região do Baixo Tocantins. O objetivo da rede é fortalecer a economia solidária e o desenvolvimento regional através do cultivo ecologicamente sustentável, beneficiamento e comercialização de frutas (especialmente o açaí) e outros produtos agrícolas. O processo de construção da rede foi iniciado em 2007, com a aprovação de um projeto no âmbito do PLANSEC (Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária). O projeto está estruturado em três fases: a primeira envolve o cadastramento e a organização das

turmas, o lançamento do projeto para a sociedade e a realização de oficinas pedagógicas para educadores, lideranças e coordenadores; a segunda consiste na realização de cursos de capacitação de 200hs com os participantes dos EES, envolvendo temas como autogestão, planejamento estratégico, agroecologia, manejo e beneficiamento sustentável e estratégias de comercialização e a terceira compreende a realização de oficinas de avaliação do projeto e de um seminário de socialização dos resultados. A implementação do projeto conta com o apoio dos governos estadual e federal e de organizações da sociedade civil (como a ANTEAG, a Fundação Modert, o Instituto Paulo Freire e sindicatos de trabalhadores rurais).

## Estado, Sociedade Civil e Fomento à Economia Solidária

Na visão consensual dos participantes do seminário, a ação conjunta de governos e organizações da sociedade civil constitui-se em um fator essencial para o êxito das iniciativas no campo da economia solidária.

De acordo com as circunstâncias, a atuação das organizações e movimentos sociais pode ser de fundamental importância para:

- Dar início a experiências de pequena escala de fomento à economia solidária (como as descritas acima), passíveis de serem incorporadas por políticas públicas mais abrangentes.
- Influenciar instâncias do poder público para que estas adotem medidas favoráveis ao crescimento da economia solidária.
- Evitar, através da mobilização social, a descontinuidade de ações governamentais de apoio à economia solidária, no caso de mudanças político-administrativas.
- Fornecer uma maior agilidade e eficiência aos programas e políticas de apoio à economia solidária, através da execução direta de ações que enfrentam dificuldades para serem operadas por instâncias governamentais.

Por outro lado, a participação do Estado assume uma importância decisiva, entre outros fatores, para:

- Criar um arcabouço jurídico-institucional adequado à dinâmica e às características dos empreendimentos solidários.
- Gerar um fluxo regular de recursos para as ações institucionais (governamentais e não-governamentais) de suporte à economia solidária.
- Assegurar a transversalidade dos programas e políticas de apoio à economia solidária, através da sua articulação com outros vetores de políticas públicas (educação, ciência e tecnologia, desenvolvimento social, etc.).

Em síntese, pode-se afirmar que a ação integrada entre Estado e sociedade civil (o que inclui tanto as organizações de suporte técnico e gerencial, como as entidades representativas dos EES) é um requisito básico para a construção de uma política abrangente e eficaz de fomento à economia solidária. Para isso, será necessária a multiplicação (e, em alguns casos, a desobstrução) dos canais de ligação entre sociedade civil e Estado e a criação de esferas públicas ampliadas, que viabilizem a interlocução e a ação coordenada de todos os atores envolvidos nesse processo.

## Programação do Seminário

### 16 de julho de 2008

#### 9 h às 10h

##### Abertura

- Edson Antunes – Secretária Estadual de Trabalho e Renda do Pará
- Rodrigo Fonseca – FINEP
- Roberto Marinho – Secretaria Nacional de Economia Solidária/MTE
- Pedro Cláudio Cunha Bocayuva – FASE

#### 10h às 12h30min

##### 1. Tecnologia Social e Incubadoras de Empreendimentos Solidários

- Pedro Cláudio Cunha Bocayuva – FASE
- Ana Livia Souza Coimbra – Intecoop/UFJF
- Larissa Barros – Secretária Executiva da RTS
- Rodrigo Fonseca – FINEP
- **Moderador:** Aldalice Otterloo – Comitê Coordenador da RTS

**12h30min às 14h30min**

Almoço

**14h30min às 17h****2. Políticas Públicas, Tecnologia Social e Economia Solidária**

- Danuza Lemos – Divisão de Economia Solidária/ Secretaria Estadual de Trabalho de Desenvolvimento Ciência e Tecnologia do Acre
- Edson Antunes – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda (SETER) do Pará
- Ana Maria Barros Medrado – Programa de Economia Solidária da Prefeitura de Xinguara/Sul do Pará
- Roberto Marinho – Secretaria Nacional de Economia Solidária/MTE
- **Moderador:** Pedro Claudio Cunca Bocayuva – FASE

**17 de julho de 2008****9h30min às 12h****3. Incubadoras Universitárias: Tecnologia Social e Reaplicação**

- Armando Lírio de Souza – UFPA
- Pablo Marques– UFAC
- Laudemir Luiz Zart – UNEMAT
- **Moderador:** Ney Cristina (UFPA) – Vice-Presidente do Forproex – Comitê Coordenador da RTS

**12h às 14h**

Almoço

**14h às 15h****4. Tecnologia Social, Redes, Movimentos Sociais e Economia Solidária**

- Dalvina Batista de Souza – Rede de Empreendedores/as da Economia Popular e Solidária do Sul do Pará
- Geraldo Pereira Teixeira – Coopatorô
- Clóvis Vaillant – Rede Mato-Grossense de Educação e Sócio-Economia Solidária
- Rosevany Mendonça – Rede de Fruticultura do Baixo Tocantins
- Carlos Omar – Fórum Estadual de Economia Solidária do Acre
- Raul Lima – ARPA – Movimento Nacional de Catadores/Amazonas
- **Moderador:** Luís Dantas – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda (SETER) do Pará

**17h****Encerramento e Avaliação do Encontro**

- Larissa Barros – Secretária Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS)
- José Dantas – Secretária Estadual de Trabalho e Renda do Pará / SETER – Pará
- Ana Paula Varanda – FASE
- Pedro Claudio Cunca Bocayuva
- Maria José de Souza Barbosa – UFPA
- José Aroldo – SENAES



Foto 5 – Mesa do Seminário Tecnologia Social e Incubadoras de Empreendimentos Solidários



Foto 6 – Plenária do Seminário Tecnologia Social e Incubadoras de Empreendimentos Solidários

financeiros, apoio à cooperação e estímulo à estruturação de segmentos produtivos. Trata-se da complexa e tensa tessitura de uma economia popular, envolvendo um conjunto heterogêneo de instituições, atores sociais, segmentos da administração pública e agentes econômicos. Como avaliar os fios que costuram uma forma de produzir cujo centro é a autonomia do trabalhador e a superação de suas carências? Em resposta a esta pergunta, os autores demonstram que uma avaliação ética e correta do campo da tecnologia social exige a exposição da teoria que a orienta. Em seu caso, a teoria volta-se para um futuro construído pela autogestão e pela radicalização da democracia. Os autores superam, assim, a tendência, hoje predominante, à avaliação de práticas sociais como um novo instrumento de poder.

*Ana Clara Torres Ribeiro*

PUBLICAÇÃO



APOIO



FINANCIADORES



Ministério  
da Ciência  
e Tecnologia



Esta publicação apresenta os resultados do Projeto de Acompanhamento e Avaliação da Rede de Tecnologia Social, executado pela FASE Nacional no período de dezembro de 2006 a abril de 2009. O projeto envolveu a organização de seminários e atividades de visita a cooperativas populares e Incubadoras de Empreendimentos Solidários integradas a diferentes contextos institucionais: ONGs, prefeituras, governos estaduais e universidades.

As Incubadoras são estruturas constituídas por equipes multidisciplinares que desenvolvem assessorias, ações de formação e articulam-se a políticas públicas mais amplas de enfrentamento às desigualdades sociais, aliando alternativas de inserção econômica ao alargamento da participação popular nos processos decisórios.

Estas iniciativas articulam os temas da economia solidária e da tecnologia social, especialmente, através da percepção das estratégias de organização do trabalho, sob o enfoque das formas autogestionárias do trabalho associado em seu potencial emancipador.

Ao longo do livro, as raízes históricas dessa formulação são apresentadas em seus vínculos com a Crítica da Economia Política, a Teoria Crítica da Tecnologia (desenvolvida, sobretudo, a partir dos estudos de Andrew Feenberg) e suas relações com as dimensões do espaço e do território.

ISBN 978-85-86471-42-1



9 788586 471421